



Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI 01-0545/2001 DE 2001

MATERIA LEGISLATIVA: PL 01-0545/2001 DE 27/06/01

PROMOVENTE: EXECUTIVO MARTA GUELLY

NUM. OFÍCIO A.T.L.: 0025/2001

EMENTA:

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PARA O EXERCÍCIO DE 2002.

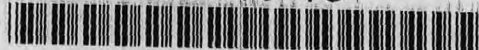
OBSERVAÇÕES:

ANEXO I
REUNIDAS TÉCNICAS

VOLUME 1

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
21/3/2011 13:45:12

00000059118-18



ARQUIVADO EM

04.02.2002

Marta Gueelly Corrêa
Chefe de Seção Técnica - Substituto



Câmara Municipal de São Paulo

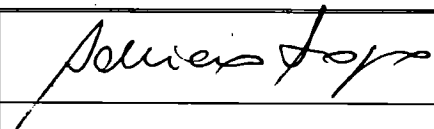
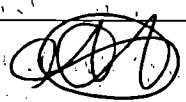
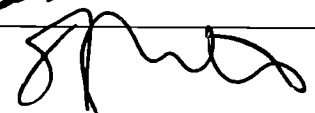
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

1ª REUNIÃO TÉCNICA
Proposta Orçamentaria 2002
Plano Plurianual 2002/2005

17 DE OUTUBRO DE 2001
10 HORAS - ANEXO G

Folha nº 0001 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

LISTA DE PRESENÇA DOS SENHORES VEREADORES

ADRIANO DIOGO	
AUGUSTO CAMPOS	
BISPO ATÍLIO FRANCISCO	
ELISEU GABRIEL	
ÍTALO CARDOSO	
MILTON LEITE	
RICARDO MONTORO	
VIVIANI FERRAZ	
WADIIH MUTRAN	

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

ELISEU GABRIEL
Presidente



Câmara Municipal de São Paulo
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

MEMBROS:

ELISEU GABRIEL - PRESIDENTE
WADIH MUTRAN
AUGUSTO CAMPOS
ÍTALO CARDOSO
RICARDO MONTORO
MILTON LEITE
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
ADRIANO DIOGO
ATILIO FRANCISCO

Folha nº <u>0002</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812

**REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO, EM 17 DE OUTUBRO DE 2001.**



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V01 FOLHA:1	TAQ.: Monteiro	COMISSÃO: Finanças
ORADOR:	DATA: 17-10-01	SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Bom dia a todos. Hoje é dia 17 de outubro, quarta-feira. Vamos iniciar a nossa reunião técnica para tratar da proposta orçamentaria para 2002 e do plano plurianual. Hoje vamos tratar basicamente da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

Inicialmente, queria registrar a presença do assessor da Secretaria, Dr. Police (?) e chamar, para fazer uso da palavra o Sr. Noé D'Agostini Neto, ou o Sr. Flávio Luiz Manaf. Qual dos dois vai falar primeiro? Então, representando o Tribunal de Contas do Município, o Sr. Noé D'Agostini Neto com a palavra.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Bom dia a todos, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator...

Folha nº 0003 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Por favor, seria melhor o senhor sentar-se porque o microfone aqui é muito antigo e aí não grava direito, é um precariedade. Então, os senhores têm todas as condições de fazer a exposição.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Bom dia a todos, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Sr. Vereador, sou representante da Secretaria de Finanças. Meu nome é Noé D'Agostini Neto, sou contador efetivo do Tribunal de Contas, exerço atualmente a função de Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças e, por extensão desse cargo, sou também coordenador da Comissão de Orçamento.

Estamos aqui hoje, eu e o meu colega Flávio, também contador e também membro da comissão, para fazer algumas considerações sobre a



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V01 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-10-01

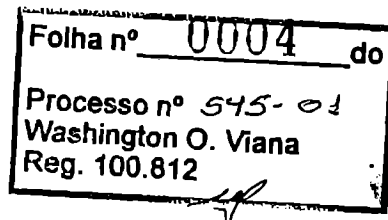
SEM REVISÃO

proposta que o Tribunal apresentou à Secretaria de Finanças. Como nos anos anteriores, procuramos manter o que vem sendo feito. Quer dizer, basicamente nos últimos três ou quatro anos o Tribunal tem-se limitado a manter as suas atividades no menor nível possível.

Para facilitar, vamos falar em termos de despesas de pessoal e outras despesas. Essas outras despesas englobam todos os gastos que o Tribunal faz, exceto pessoal, estando aí incluídos material de consumo, serviços prestados ao Tribunal, despesas com concessionários de serviços públicos tipo Eletropaulo, Telefônica, Sabesp, Comgás, serviço de limpeza do Tribunal, fornecimento de refeições, aquisição de vales-transporte, eventuais imobilizações e tudo mais.

Para todas essas despesas, a Secretaria de Finanças nos solicitou que nos limitássemos a três milhões e oitocentos mil. Apresentamos a proposta dentro desse valor, como foi solicitado, embora a nossa previsão de gastos até o final deste ano seja um pouco maior. Mas nos limitamos a três milhões e oitocentos. É claro que quando se fala em três milhões e oitocentos, parece um número grande e em valores absolutos realmente é. Só que tudo que se fala em termos de valores na cidade de São Paulo é grande. Para os senhores terem uma idéia, estou falando em três milhões e oitocentos para toda a manutenção do prédio do Tribunal de Contas, tudo o que aquilo exige.

Para efeito de comparação, a dotação só de fornecimento de refeições para a Câmara Municipal para o próximo ano será de quatro milhões. Por aí se vê que em termos relativos três milhões e oitocentos não é muita coisa, se formos considerar que aí temos todas as despesas do Tribunal.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V01 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 17-10-01

SEM REVISÃO

Em termos de despesa com pessoal, praticamente mantivemos...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O senhor trouxe isso por escrito...
Desculpe, dê-me um aparte. O senhor trouxe a discriminação dos 75 milhões por escrito?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Dos três milhões e oitocentos?

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Não, não estou entendendo esses três milhões e oitocentos a que o senhor está se referindo. O senhor tem a discriminação de como o Tribunal fará a sua distribuição dos gastos? Como vai ser em cada item da despesa?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Toda essa documentação foi encaminhada em 17 de agosto a esta Comissão. De qualquer forma, estamos apresentando agora um mapa onde constam todas as dotações.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu queria perguntar para o senhor... (V02)

Folha nº	0005	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V02

FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu queria perguntar para o senhor, esse material que o senhor mandou para a gente, na coluna inicial tem "Proposta 2002", essa é a proposta que foi do Tribunal para a Secretaria de Finanças. É isso?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Exatamente.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - E aí a Secretaria propôs dos 78 milhões, 467, propôs 71 milhões e 300. É isso?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO - Exato. Esses números...

P - O senhor vai discorrer sobre isso agora?

R - Exatamente.

P - Então, por favor, o senhor pegue item a item e vá discorrendo o que os senhores propuseram e o que a Secretaria propôs, porque a primeira rubrica aqui é aposentadoria e reforma, depois é salário família e o senhor já começou a falar de três milhões e oitocentos e estamos aqui procurando. Então, por favor, faça a apresentação mais didática possível, começando nos 71 milhões com pessoal e vá fazendo toda discriminação das rubricas que concernem ao Tribunal de Contas.

R - Eu falei nos três milhões e 800 pelo seguinte, eu entendi que ficaria mais fácil falarmos de despesas de pessoal e todas as outras despesas. Os três milhões e 800 significam, se o senhor olhar abaixo no mapa, o total do órgão na proposta apresentada pela Secretaria de Finanças é de 75 milhões e cem e lá em cima, o pessoal 71 e 300, diferença entre esses dois valores são os três milhões e 800 a que vinha me referindo. Espero que tenha esclarecido a origem desse valor.

Folha nº	0006	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V02 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

P - Eu queria que o senhor explicasse melhor. Eu já entendi que o total do órgão é 75 milhões e cem, e para pessoal a proposta da Secretaria é de 71 milhões e 300 e a proposta que o Tribunal havia feito é de 78 milhões, 477. Mas nós não estamos entendendo, quer dizer, três milhões e 800, todas as demais despesas, só de pessoal vai 71 milhões e 300. É isso?

R - Exatamente.

P - Então o senhor pode discorrer sobre o tema.

Folha nº 0007 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Como o Vereador Adriano Diogo falou, três milhões e 800 são as despesas gerais. É isso?

R - Exatamente. Todas as despesas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Todas. E os 71 milhões e 300 só para pessoal?

R - Exatamente. Eu fiz uma comparação entre todas as nossas despesas, exceto pessoal e uma das dotações da Câmara que é exatamente para que se tenha uma referência de valor.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O senhor falou em fornecimento de refeição. O senhor quer falar em vale-refeição, é isso?

R - Exatamente.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mas qual é a comparação, eu não estou entendendo? Para que eu não a considero ofensiva dá para o senhor explicar melhor, qual a sua insinuação que está atrás dessa sua afirmação.

R - Não se trata de insinuação. Como eu falei, quando se fala em valores em termos absolutos, eles podem representar, podem dar uma



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V02 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

idéia diferente do que eles representam. O que eu mencionei no início é que três milhões e 800 em números absolutos é bastante significativo, claro. Agora, quando se fala em termos da cidade de São Paulo todos os números são muito grandes. Então para que se pudesse ter uma referência desses três milhões e 800 o que eles representam, que eu mencionei que como tudo na cidade de São Paulo é muito grande, a despesa da Câmara Municipal só com o fornecimento de vales-refeições é de quatro milhões de reais para 2002. Para 2001 é de quatro milhões, 450. Evidentemente, aí não vai nenhuma crítica, até por que é uma obrigação legal do órgão fornecer ou a refeição ou o vale-refeição. Então a referência que fiz foi simplesmente para que houvesse uma noção de quanto representa isso. Ficou claro?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Claro. Continue.

R - Em relação à distribuição dos três milhões e 800 temos para material de consumo 365 mil. Material de consumo engloba tudo, material de escritório, basicamente material utilizado como papel, tudo que se refere a material de consumo, inclusive material de manutenção elétrica, hidráulica. Na parte de serviços, para o ano de 2002 houve uma série de alterações nas classificações orçamentárias, elas estão mais específicas, por isso temos na parte de serviços um item chamado diária civil. Esse item se presta a pagamento de diárias a pessoas que se encontram fora do município a serviço. Nós fizemos uma previsão de 12 mil reais para isso.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Embora seja uma quantia irrisória, o senhor podia me justificar por que o Tribunal, cuja área de atuação é exclusiva do município de São Paulo tem que ter diárias fora do

Folha nº <u>0008</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V02 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

município e por que tem. Por exemplo, a Câmara Municipal não paga nenhuma diária fora do município, não paga nenhuma espécie de diária, eu queria saber que viagens são essas? É uma previsão para os senhores conselheiros, para os técnicos de carreira do Tribunal? Qual é a origem tanto de passagens, despesas com locomoção como diárias? Queria entender a origem dessa rubrica, por favor?

R - Principalmente a partir de meados do ano passado tem havido muitos encontros entre Tribunais de Contas referente à Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é uma lei que diz respeito quase que diretamente aos Tribunais na parte de fiscalização. Técnicos do Tribunal têm participado desse tipo de eventos.....

Folha nº 0009 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V03 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

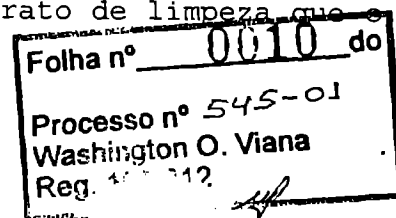
SEM REVISÃO

Principalmente, a partir de meados do ano passado, tem havido muitos encontros para discussões entre Tribunais de Contas referente à Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei que diz respeito quase que diretamente aos Tribunais na parte de fiscalização. Técnicos do Tribunal tem participado desse tipo de eventos. Eventualmente conselheiros também, mas na maior parte das vezes técnicos do Tribunal. Está claro?

Na parte de serviços de consultorias, eventuais contratações que o Tribunal tenha que fazer não é nada específico que já exista, mas eventualmente o Tribunal é obrigado a fazer contratação para consultorias diversas. Outros serviços de terceiros, pessoa física, mais ou menos a mesma coisa, um parecer, algo que tenha que ser contratado de pessoa física. Não tem ocorrido nos últimos anos, mas em virtude dessa especificidade maior que tem que ser dada ao orçamento agora nós tivemos que fazer constar.

Locação de mão de obra também é uma classificação nova introduzida agora para 2002, se refere à parte da mão de obra que está inclusa nos contratos tipo contrato de limpeza. No Tribunal é basicamente contrato de limpeza e manutenção do sistema de ar condicionado.

Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica é à parte desses contratos que se refere aos materiais, quer dizer, os contratos de prestação de serviços agora são divididos entre a parte de material e a parte de pessoal. Tudo dentro de um mesmo contrato, mas como o peso de uma e outra é muito diferente, então, optou-se por fazer uma classificação mais específica. Haja visto um contrato de limpeza que o





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V03 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

grosso dele é o pessoal contratado. De qualquer forma continua sendo pago dentro de uma fatura específica à empresa prestadora de serviço, só que a classificação orçamentária passará a ser distinta.

Obrigações tributárias e contributivas também é uma classificação nova. São taxas que têm que ser pagas. No caso, por exemplo, do Tribunal são aqueles rádios de comunicação, como são usados aqui na Câmara também, entre o pessoal que faz segurança, há uma taxa anual que se paga por esse tipo de serviço, que antes entrava na dotação genérica de serviços e agora é uma classificação específica.

Indenizações e restituições consta com valor pequeno, dois mil reais, que é para alguma necessidade que se classifique como indenização ou restituição. Também nada específico.

Na parte de imobilização nós temos aí 210 mil que seriam utilizados basicamente em imobilização de material de informática. Claro que o Tribunal sendo um órgão que trabalha basicamente com informações, a parte de informática vem tendo cada vez mais importância. Então a idéia é que se imobilize o máximo possível nesse tipo de equipamento para que o Tribunal possa ter um serviço melhor.

Depois as outras dotações especificadas abaixo, dentro de outros benefícios assistenciais o mais significativo são os auxílios funerais, eventuais, evidentemente, difíceis de serem previstos, mas que, infelizmente, ocorrem.

Sentenças judiciais. As próximas três dotações, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores constam com valor simbólico para eventuais necessidades.

Folha nº	0011	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V03 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

Então, dessa forma estão descritos os três milhões e 800. Eu gostaria de saber se há alguma dúvida que eu poderia esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Só queria esclarecimento sobre essa questão de outros benefícios assistenciais. O senhor falou de auxílio funeral?

O SR. - Basicamente é auxílio funeral. É o auxílio funeral, que de acordo com o Estatuto do Funcionário Público é devido um mês dos vencimentos da pessoas falecida ao beneficiário direto.

Em relação agora à parte de pessoal. Parte significativa da dotação destinada a pessoal do Tribunal vem sendo necessária para pagamento dos inativos, em torno de 28%. Nós solicitamos 20 milhões e 400 e nos foi concedido 19 milhões e 500. Esses 19 milhões e 500 basicamente é o valor que será gasto neste ano. Agora, as aposentadorias também ocorrem.

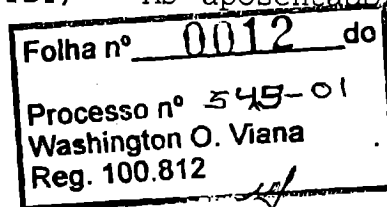
O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Aí está incluído tudo. Só uma pergunta, eu vi numa informação que a fundação do TCM foi em 1968?

O SR. - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Não sei se foi em agosto ou setembro.

O SR. - Agosto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - As aposentadorias então são em 30 anos?





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V03 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

O SR. - Há pessoas que se aposentam trazendo tempo de fora. Isso é permitido pela lei da reciprocidade. Agora, realmente o Tribunal tem uma quantidade bastante razoável...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Seria basicamente em 98 a grande incidência. Houve alguma coisa, uma grande incidência de aposentadoria num determinado ano?

O SR. - Houve.

O Sr. Presidente (Eliseu Gabriel - PDT) - Foi em 98?...

Folha nº <u>0013</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V04 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Foi em 98?

R - Em 98 houve principalmente por causa daquela expectativa, que depois se verificou através da Emenda Constitucional n°20, de dezembro de 98, que traria, como trouxe, muitas alterações. Então quem tinha condições de se aposentar antes disso se aposentou.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel -PDT) - E aconteceu isso em grande quantidade no Tribunal?

R - Em grande quantidade. Depois temos salário-família, que já não é pago no Tribunal. Salário-família antes era pago a qualquer nível de vencimentos, de algum tempo para cá ele se restringe ao pessoal de vencimentos até 360 reais, se não me engano, então o Tribunal não paga. O item seguinte, vencimentos e vantagens físicas pessoal civil. Esse é basicamente o pessoal da ativa. Estão englobados o pessoal efetivos, cargos em comissão e contratados. Também o valor de 511 milhões e 700 é basicamente o que devemos gastar até o final deste ano. Em seguida obrigações patronais, que nós solicitamos três, 130 mil e foi concedido cem mil. Essa rubrica, obrigações patronais, é para nós preocupante neste momento em função de que essa mesma Emenda Constitucional n°20, de 98, que me referi agora há pouco, estabeleceu a obrigatoriedade de os servidores não efetivos fossem vinculados ao regime geral da Previdência Social e isso, claro, trás uma despesa com obrigações patronais muito maior. Em seguida, no início de 99 a Prefeitura obteve uma liminar contra a aplicação dessa parte da Emenda Constitucional e essa vinculação ficou suspensa até que cerca de dois meses, mais ou menos, o Executivo publicou uma portaria vinculando novamente o pessoal não efetivo ao regime geral da Previdência Social.

Folha nº	0014	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg.	12	



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V04 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

Então, é uma despesa relativamente grande porque a contribuição será de 21% sobre o salário, por isso que solicitamos os três milhões, 130.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Só uma questão, esses não efetivos eles são celetistas?

R - Não. São cargos em comissão e alguns admitidos... Da CLT especificamente temos cinco funcionários apenas e cerca de 90 funcionários admitidos pela Lei 9.160.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Além dos Conselheiros, quais seriam os outros admitidos? Quais seriam os outros cargos em Comissão, porque essa necessidade de trazer tanta gente de livre provimento para ter uma despesa de três milhões, 130? A proposta dos senhores era três milhões, 130?

R - Exatamente.

P - E a proposta da Secretaria é de cem mil reais?

R - Cem mil reais. Esses cem mil reais foram consignados dessa forma pela Secretaria das Finanças porque no momento da elaboração da proposta orçamentária a liminar estava valendo e tanto o Executivo quanto o Tribunal não estavam recolhendo, como não estão até agora, porque ainda não foi colocado em prática, mas não estava recolhendo essas obrigações patronais, porque a vinculação ao regime geral da Previdência Social não ocorreu na prática, esses funcionários continuaram vinculados ao Iprem, por enquanto.

P - Então, quando foi feita essa proposta pela Secretaria a liminar estava valendo. Aí caiu a liminar, então vai ter que voltar a ter um valor compatível com as obrigações?

R - Exatamente.

Folha nº	0015	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V04 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

P - Então aqui tem que ser feito uma adequação?

R - Exatamente.

P - No entender do senhor?

R - Exatamente. Isso se refere aos cargos não efetivos.

P - Isso eu já entendi. Mas é importante porque como é significativa a diferença, é de três milhões, 030, antes da liminar e depois da liminar é preocupante porque temos que levar isso em consideração, a não ser que a gente consiga eliminar essa gordura de tanta gente contratada em cargos de comissão. Não é isso?

R - Exato. Existe um projeto de lei nesse sentido.

P - Siga, por favor.

R - As demais dotações, outras despesas, variação pessoal civil, variáveis de pessoal civil é uma classificação nova também, basicamente ela deverá também englobar horas extras e substituições. Esse tipo de despesa até este ano de 2001 vem sendo classificada como despesa de pessoal normal. A partir de 2002 ela terá que ter essa classificação específica. Basicamente o que consideramos que se encaixa aí seriam substituições e horas extras.

P - Essas são as outras despesas que a proposta do Tribunal é 490 mil e da Secretaria é ...

R - Zero.

P - O senhor poderia explicar um pouco melhor?

R - Eu posso explicar o motivo do pedido dos 490 mil.

P - Só isso.

R - Como falei, dentro dessa classificação seriam substituições e horas extras. Então fizemos uma projeção de quanto

Folha nº	0016	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V04 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

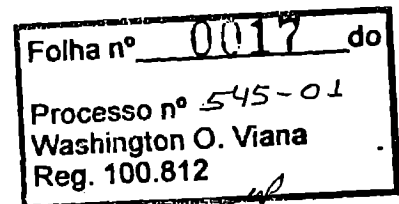
DATA: 17.10.01

SEM REVISÃO

poderia ser pago a esse título e chegamos à conclusão de 490 mil. Não sabemos as razões pelas quais a Secretaria de Finanças não consignou valor nenhum dessa dotação. Talvez por ser uma classificação nova haja algumas dúvidas ainda.

P - Prossiga.

R - As demais dotações, sentenças judiciais, que solicitamos 60 mil e também a proposta da Secretaria das Finanças foi zero. Sentenças Judiciais, aí o próprio nome já diz, é eventuais ações funcionais que tenham uma decisão contrária ao Tribunal que teriam que ser pagas por essa dotação. Evidentemente que isso também é de uma previsão muito difícil. Agora, tem ocorrido, principalmente em relação ainda





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V5

FOLHA:1

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 1710

SEM REVISÃO

Sentenças judiciais, o próprio nome já diz, eventuais ações funcionais, que tenham decisão contrária ao Tribunal, teriam de ser pagas por essa dotação. Mas isso é de uma previsão muito difícil.

Tem ocorrido, principalmente em relação àqueles reajustes não concedidos nos anos de 94 e 95, desde o ano passado decisões para serem pagas.

Despesas de exercícios anteriores também consignamos 60 mil reais. Também é de difícil previsão a solicitação de algo do exercício anterior.

Indenizações e restituições trabalhistas, também é uma classificação nova, não é comum acontecer no Tribunal, por isso solicitamos 6 mil reais, para consignar a dotação. A Secretaria das Finanças colocou zero, mas pode ter alguma dúvida na sua aplicação.

Desta forma, estão relatadas todas as dotações que o Tribunal solicitou.

Os 3.800 milhões para as outras dotações foram consignados pela Secretaria das Finanças exatamente como o Tribunal solicitou.

Se houver mais alguma coisa que eu possa...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Queria agradecer a exposição ao técnico do Tribunal, mas quero deixar consignado em ata que tramita na Casa projeto de lei 519/01, da Mesa, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, inclusive com o seu quadro de pessoal, denominação dos cargos e referências, e forma de provimento, revogando a legislação em vigor, em especial a Lei 9.167/80, com a redação dada pela Lei 11.548.

Folha nº 0018 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V5 FOLHA:2

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 1710

SEM REVISÃO

Queria saber se os técnicos têm cópia desse projeto. Todas as assessorias dos Vereadores e os nossos convidados podem ter acesso às três primeiras páginas, o caput desse projeto de lei.

Em resumo é o seguinte. Em 1993, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo tinha 333 funcionários; em 2001, 746. Esse projeto pretende cortar 424 funcionários, com redução das despesas.

Tenho como proposta que a Câmara Municipal de São Paulo deva apreciar esse projeto e, se necessário, ir a Plenário, para que antes da redação final desse orçamento sabermos a nova configuração do Tribunal.

Nesse sentido, solicito aos representantes da Secretaria Municipal de Finanças que façam alguns esclarecimentos sobre as colocações do técnico do Tribunal. Primeiro, relativos a esses 3 milhões, com obrigações junto ao INSS, anteriores à concessão da liminar, a dotação de 100 mil reais. E se a Secretaria tem conhecimento desse projeto, consequência da CPI sobre o Tribunal, e qual a readequação que poderia ser feita, caso venha a ser aprovado.

Então, peço ao presidente da Comissão que solicite aos técnicos da Secretaria que façam esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Consulto o representante da Secretaria das Finanças se tem condições de fazer algum comentário.

O SR. - A portaria da Prefeita, passando o pessoal temporário e os comissionados do regime IPREM para o INSS foi baixada exatamente no dia em que o orçamento estava sendo rodado em sua versão final.

Folha nº	0019	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V5 FOLHA:3

TAQ.:dagmar

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA: 1710

SEM REVISÃO

Isso era um estudo que vinha sendo feito na Secretaria da Administração, com a participação das Finanças, com o INSS, no sentido de tomarmos essa providência para sinalizarmos ao Ministério da Previdência que a Prefeitura Municipal estaria cumprindo todas as exigências para poder ter o certificado de quitação, ou negativo, previdenciário, para que isso pudesse ensejar a obtenção de empréstimos e outras providências a respeito da obtenção de recursos da área federal.

Essa data foi limite e se chocou praticamente com a da entrega do orçamento. Isso terá agora de ser discutido com a Comissão de Finanças, com todas as discussões do Orçamento, para que se verifique qual é a melhor forma de adequarmos a proposta orçamentária a essa realidade.

Da mesma forma como o Tribunal...

Folha nº 0020 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V06 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:17-10-01

SEM REVISÃO

- Sr. Pólis- (?)

Da mesma forma como o Tribunal acabou ficando sem a dotação orçamentária para o INSS, a Prefeitura também ficou. Isso terá de ser feita alguma readequação, para que sejam atendidas essas despesas. Quanto aos outros elementos de despesa que não consignamos, isso foi justamente por ser o primeiro ano de uma modificação bastante intensa na classificação da despesa e, em não sendo possível, na Administração Direta, ainda fazer a classificação como é desejável, neste ano, ainda nos mantivemos com três elementos de despesa só, razão pela qual não atendemos à solicitação do Tribunal.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - E como consequência disso...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Vai haver a readequação, tanto da Prefeitura quanto do Tribunal.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Porque tenho entendimento de que o projeto de lei, tomei conhecimento há dez minutos, da Mesa Diretora vai discutir a questão dessas contratações. Não tenho nenhum acúmulo sobre a questão do Tribunal, mas só, à vista dos olhos, 3,130 milhões de reais para contratação de livre provimento, de cargos em comissão. Parece-me uma quantia absurda e exagerada. Vejam bem, o Tribunal tem uma folha de pagamento de ativos de proposta por 54 milhões, a Secretaria reduziu a 51 milhões, e só as obrigações patronais são 3 milhões, e esses contratados, em comissão, esses cargos em comissão... Bom, acredito que esse projeto de lei vai proporcionar cortes necessários para haver uma readequação. Não tenho idéia de qual economia haverá, se esse projeto venha a ser aprovado.

Então, gostaria até que o senhor comentasse isso, Dr. Pólis

Folha nº	0021	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Req. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V06 FOLHA:2

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:17-10-01

SEM REVISÃO

O SR. PÓLIS - Nobre Vereador, aproximadamente 3 milhões representam cerca de 20%, que é a contribuição patronal ao INSS.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Isso.

O SR. PÓLIS - Ou seja, 3 milhões, 20%, os 100% seriam 15 milhões.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 15 milhões.

O SR. PÓLIS - Se o Tribunal está propondo uma redução de cerca de 50%, será uma redução de 7,5 milhões e mais 1,5 milhão patronal, serão 9 milhões de reais que haveria de economia pelo projeto que recebi agora, em mãos, ou seja, na parte do Tribunal, certamente esse projeto de lei fará com que se possam realocar recursos para atender ao INSS.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Nobre Vereador Adriano Diogo, vamos abrir a palavra...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A última pergunta que gostaria de fazer aos técnicos do Tribunal seria se essa readequação proposta pelo projeto, aqui pela Câmara Diretora, já é um processo, em discussão, em outras palavras, se existe consenso entre o corpo técnico do Tribunal e seus conselheiros e a Câmara Municipal para aprovação desse projeto, que é consequência do relatório da CPI.

O SR. PÓLIS - Nobre Vereador, eu não saberia dizer se existe esse consenso. Claro que sabia da existência desse projeto, até porque já houve a sua publicação no *Diário Oficial*, mas, no momento da elaboração da proposta, tivemos de fazê-la dentro das condições atuais.

Folha nº 0022 do
Processo nº 345-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V06 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:FIN

ORADOR:

DATA:17-10-01

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - OK.

O SR. PÓLIS - Realmente não sei dizer se há consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Muito obrigado. Srs. Noé e Flávio Luiz, querem fazer uso da palavra? Depois vamos abrir a palavra ao público presente. Embora não seja uma audiência, mas se alguém quiser fazer alguma pergunta, a palavra está aberta. (Pausa) Então não há ninguém. Agradeço então a presença dos senhores. Passaremos, a seguir, a palavra ao Sr. Diretor Geral da Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Antes de concluir esse assunto, requeiro ao presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e demais Vereadores que o projeto de origem da Câmara Municipal de São Paulo, o PL 519/01, que vai ser apreciado, no Congresso das Comissões, na tarde de amanhã, tenha caráter de urgência urgentíssima, porque ontem inclusive os bombeiros fizeram enormes demandas a respeito de remoção de verbas, e tudo mais, e essa migração de verbas, tanto dos 3,130 milhões das obrigações patronais, como de outros recursos poderiam ser originários do Tribunal de Contas, uma vez que só com a redução de 50% dá para fazer uma economia de 9 milhões de reais. Então, gostaria de submeter esse requerimento ao Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, para que pudesse ser aprovado, e nós, Vereadores de vários partidos, além de ser um projeto de origem da Mesa, que nós, Vereadores de vários partidos da Comissão de Finanças e Orçamento, assumíssemos a tramitação em caráter de urgência máxima do PL 519/01.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Vou dar uma olhada (Denise)

Folha nº 0023 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V07

FOLHA:1

TAQ.:Denise

SESSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17-10

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vou dar uma olhada no projeto e oportunamente deliberarei sobre isso. Agradeço a presença dos técnicos do TCM pela presença, muito obrigado. Se quiserem ficar, será um prazer, mas se precisarem sair, fiquem à vontade.

Está presente a Sra. Lilian Cristina Guilherme Pereira, da Cefao (?); Sr. Francisco Cizino Neto; Manoel Nogueira Neto e o Sr. Luiz Eduardo de Siqueira S. Thiago, que convidamos para falar a respeito das questões da Câmara. (Pausa)

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Bom dia a todos, gostaria de tecer algumas considerações rápidas a respeito do orçamento da Câmara, a proposta orçamentária da Câmara, e se houver necessidade, os técnicos da Cefao, Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Orçamentária, poderiam esclarecer melhor.

Depois de mais de dez anos, esta Casa apresentou uma proposta orçamentária à Prefeitura mantendo os mesmos valores do ano passado. Foi preparada uma peça bastante enxuta, não houve qualquer acréscimo em relação ao ano passado e a despeito disso houve uma diferença, um corte de 14 milhões na proposta enviada pela Câmara ao Executivo.

Esse corte se refere especificamente na rubrica de obras e instalações com uma diferença de 1,5 milhão aproximadamente, e material de consumo com uma diferença de aproximadamente 255 mil; um corte grande em equipamentos e material permanente, onde estava prevista a aquisição de equipamentos de informática e eventual aquisição da frota, houve um corte grande de mais de 3 milhões. E nas despesas de exercícios anteriores de pessoal, onde temos a despesa com o atraso de exercícios anteriores na fila desde 95 sem receber, que

Folha nº	0024	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V07 FOLHA:2

TAQ.:Denise

SESSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17-10

SEM REVISÃO

foi a proposta encaminhada de 9 milhões 170 mil e foi zerado pela Secretaria de Finanças.

Em linhas bastante largas são essas as rubricas que sofreram alteração pela comissão, pela Secretaria de Finanças, e eventualmente, teremos de rever e fazer pedidos de suplementação para atender necessidades efetivas desta Casa, que como disse no início, preparou uma proposta bastante adequada ao real e às reais necessidades deste legislativo. Gostaria de deixar os vereadores à vontade para qualquer esclarecimento.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Gostaria de um esclarecimento: qual é a despesa de vale-refeição da Câmara Municipal?

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - 4 milhões.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Tem alguma previsão de renovação da frota? Quanto se gasta com a frota atualmente com esses carros destruídos, que têm manutenção diária e absurda? E tem algum projeto de renovação da frota, de leasing?

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Há um pedido, houve um requerimento, inclusive, assinado por grande maioria dos Vereadores, pedindo a renovação da frota. Na proposta orçamentária foi incluído um valor pensando nessa aquisição. No entanto, conforme afirmei foi cortado muito.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Esse de 1,9 milhão?

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Isso, quer dizer, o valor total era de 3,640, com os 900 previstos para a renovação da frota e a Secretaria de Finanças propôs 250 mil.

Folha nº	0025	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V07 FOLHA:3

TAQ.:Denise

SESSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17-10

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Primeiro, gostaria que o senhor me respondesse a primeira pergunta, para poder acompanhar.

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Pois não. Não tenho idéia de quanto a Câmara tem gasto com a manutenção desses veículos. Tem sido necessário fazer...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Está contida...Doutor, só uma questão. A manutenção dos veículos está contida em que rubrica? Essa é a primeira pergunta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Está na 09100131209200, na segunda folha. Pela classificação antiga era 3132 OS de terceiros.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - OS, outros...

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Capacitação

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, a manutenção dos veículos da frota ...

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Estaria em contrato.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Nesta rubrica?

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Isso, exatamente.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - 5 milhões?

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - É, 5 milhões é o valor total de todos esses itens dessa classificação.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - E da frota?...V08

Folha nº	0026	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V08 FOLHA:1

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17-10

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - E da frota?

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Estaria em contratos. A Câmara tem contrato permanente com empresas mecânicas de manutenção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ EDUARDO DE SIQUEIRA S. THIAGO - Precisaria levantar, não sei assim.

A SRA. LILIAN - O custo mensal com a manutenção da frota hoje é bastante intenso, muito alto. Motivo pelo qual foi incluído o item "aquisição da frota", "renovação da frota" tendo em vista que os veículos precisam de retífica, é o óleo, bateria, funilaria e pintura, os itens que têm contribuído para que o custo da mão-de-obra com os veículos seja muito elevado. O que foi entendido é que se trocássemos a frota esse custo diminuiria sensivelmente.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Isso seria uma coisa importante para eventual explicação para a sociedade por que precisa de uma nova frota. Queria dar exemplo do meu veículo que vive quebrado, muitas vezes temos de pagar taxi, fica sem freio no meio do caminho, pára por dois ou três dias e outra, consome um litro para cada 2,5 quilômetro rodado. É uma coisa louca, é um absurdo total. Os veículos têm seguro?

A SRA. LILIAN - Eles têm seguro.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Seguro caríssimo.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Pediria, por favor, para nos dar esses dados para termos algo para comparação o que representaria em termos de economia uma nova frota. Seria o seguro, manutenção, o

Folha nº	0027	do
Processo nº	595-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V08 FOLHA:2

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17-10

SEM REVISÃO

consumo de gasolina e álcool, isso é um absurdo. Um litro para cada 2,55 quilômetros.

A SRA. LILIAN - O óleo também.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 5 milhões de reais para manutenção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Queria pegar os dados, Vereador Montoro, para podermos comparar o que seria uma nova frota, quer dizer, qual a diferença e poder explicar para a sociedade que isso não é uma questão de luxo, é questão de economia. O que acontece é uma verdadeira loucura, é inacreditável.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Presidente, queria fazer uma pergunta: primeiro, tem um projeto de lei aprovado por esta Casa prevendo uma nova organização dos gabinetes dos vereadores, distribuídos da seguinte forma: uma parte fixa e outra variável classificada como despesa de custeio. Queria saber dessa nova proposta sugerida pela Câmara e pela Secretaria de Finanças, porque o Tribunal de Contas apresentou a proposta de forma didática e interessante, e não estou vendo a mesma forma de apresentação da Câmara Municipal.

Queria saber, primeiro, qual a adaptação que está sendo feito ao projeto de lei que entra em vigor em fevereiro para a despesa, principalmente, dos gabinetes dos vereadores e da parte estável da Câmara, que corresponde ao corpo estável da Casa, fora dos gabinetes?

Segundo, qual foi a proposta inicial que a Câmara mandou para a Secretaria de Finanças e qual a adequação que a Secretaria sugeriu e enviou para orçamento? Para que possamos fazer uma comparação do que

Folha nº	0028	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
P. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V08 FOLHA:3

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17-10

SEM REVISÃO

eram as necessidades que a Câmara havia apontado e quais os cortes que houve no processo.

Terceiro, para concluir, reitero esse pedido do Vereador Eliseu Gabriel, porque se neste ano de 2001 e ao longo dos anos, estamos gastando nesse item 3132, tudo isso, 5 milhões 320 mil só com a frota por ano, acho que podemos ser processados a qualquer momento. 5 milhões de reais, sem adquirir veículos a mais de dez anos? Daria para comprar uma frota todo ano?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LILIAN - Todas as despesas, não é? A frota estaria incluída.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Seguro de veículo não está aqui?

A SRA. LILIAN - Está aqui também.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, temos duas realidades: o que é a Câmara hoje e o que será a Câmara a partir de fevereiro. Quando forem aprovar o orçamento, é evidente que haverá uma concentração porque todo mundo quer saber o futuro da Câmara, como ficarão os vereadores, como ficará a parte estável da Casa, todos os funcionários da Câmara querem saber isso.

É evidente que um ponto de estrangulamento de consenso, se não dos 55 vereadores, de 54, é como fica a questão da frota. É uma caixa-preta que nunca se acessa. Então, queremos ter informações sobre isso.

A SRA. LILIAN - Em relação à primeira pergunta que o senhor fez, em relação à resolução 9/2001, com relação ao corte dos gabinetes, essa proposta já foi feita com base nessa resolução. Então,

Folha nº	0029	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V08 FOLHA:4

TAQ.:Denise

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:17-10

SEM REVISÃO

no elemento econômico pessoal civil, que seriam os efetivos, cargos em comissão, onde entrariam todos, para este ano tínhamos um valor consignado de 139 milhões.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Em que item está? Pessoal civil?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LILIAN - Para este ano, 120,014 milhões é o que pedimos este ano. Para esse ano de 2000 (?) foi consignado o valor de 139 milhões. Então, considerando...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Um momento.

A SRA. LILIAN - É o quarto item da primeira folha.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 3111?

A SRA. LILIAN - É o pessoal civil. Então, para o exercício de 2001 (?) foi consignado um valor de 139 milhões, então, para a proposta orçamentária de 2002, consideramos a portaria 9, reduzindo os funcionários de gabinete, fazendo o ajuste todo, e já caiu para 120 milhões de reais. Esse valor traz reflexos na 3113, que é obrigações patronais, que está logo abaixo e este ano tivemos consignado um valor aproximadamente de 18 milhões e para o ano que vem estamos consignando o valor de 15 milhões e 700 mil. Isso também vai estar refletindo no vale-transporte que está na folha seguinte, no antepenúltimo item 3259.....Paula

Folha nº	0030	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V09

FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 17-10-01

SEM REVISÃO

No antepenúltimo item, 3259 é a rubrica anterior. Vale transporte um milhão...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Se a senhora for um pouco mais devagar.

A SRA. LILIAN - É o antepenúltimo item. Já está refletido também o impacto da Resolução 9 no vale-refeição, que é dois itens acima também já está refletido o valor da Resolução 9/2001. Com relação aos cortes, a nossa proposta para 2002 foi de 217 milhões 664 mil 500 reais. O valor do Orçamento da Câmara para 2001 é de 217 milhões 114 mil 500, ou seja, temos uma diferença de aproximadamente 200 mil reais. O que a Secretaria de Finanças está propondo é o valor de 203 milhões e 96.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Apenas para podermos seguir, esse valor está aonde?

A SRA. LILIAN - Nesse documento que passei da proposta eu não tenho. Tenho num outro documento que poderei passar na assembléia, que é o valor da proposta. O valor aprovado é de 203 milhões. A diferença é de aproximadamente 14 milhões, onde estariam 1.500 em obras. O valor total para conseguirmos terminar a obra...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quero pedir para parar um pouquinho enquanto copiamos a tabela que a senhora está se referindo porque não temos condições.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Temos de acompanhar com calma.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Quer dizer, o orçamento da Câmara caiu para 203 milhões, de 217 para 203 milhões, ou seja, 14 milhões, 7%.

Folha nº	0031	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V09

FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 17-10-01

SEM REVISÃO

A SRA. LILIAN - Isso.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Essa diminuição do orçamento seria reflexo de medidas tomadas de redução de pessoal?

A SRA. LILIAN - Não. O nosso orçamento de 217 já é com reflexo dessas medidas da Resolução 9. Esses 203 ele fez um corte em outros itens.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - O 217 já refletia o corte?

A SRA. LILIAN - Refletia o corte.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Então, é mais do que 14. É 14 mais a economia com funcionários?

A SRA. LILIAN - Isso. Do ponto de vista técnico o ideal seriam esses 217 para que conseguisse manter a Câmara em pleno funcionamento, pagando as dívidas que temos pendentes. Temos alguma coisa com relação a pessoal atrasado desde 96, 97, férias de exercícios anteriores. E, onde refletiu mais esse corte foi nesse item de despesas de exercícios anteriores.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Apenas quero fazer um comentário. Pelo que entendi os gabinetes promoveram um corte de 40%, os gabinetes vão sofrer um corte de 40% em relação a 2000, que vai se refletir em apenas 7% de economia na Câmara. É isso?

A SRA. LILIAN - É de 40% o valor total?

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - 55.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Quer dizer, os cortes nos gabinetes foram de 40. O raciocínio do Vereador Eliseu Gabriel é correto. Os gabinetes dos vereadores tiveram uma redução de 40% e a Câmara teve uma economia de 7%.

Folha nº 0032 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V09	FOLHA:3	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 17-10-01	SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Não é que ela fez. Graças a nossa redução que chegou no fim e cortou 7%. Tudo o que fizemos lá foi para 7%. Cortamos na carne, mandamos funcionários embora, um monte de coisas que acho que não eram necessárias. Fizemos um escândalo por causa de 7%. Vamos prosseguir.

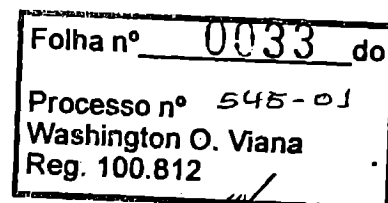
A SRA. LILIAN - Esse documento que vocês estão recebendo agora é a comparação entre o Orçamento vigente de 2001.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Agora temos o mesmo material, podemos acompanhar.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - eu achava que não iria adiantar e não adiantou mesmo. Quando o pessoal falava...depois falamos desse assunto.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Sr. Presidente, estou sendo para que façamos uma consulta que esses 217, que é a proposta da Câmara Municipal, ela já reflete a economia de 40%. 203 é o que a Secretaria das Finanças está propondo contra a nossa proposta de 217. Nos 217 está incluída a economia de 40% dos gabinetes. Quer dizer, a Secretaria está propondo que se reduza ainda mais o que já foi reduzido.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, a minha pergunta é a seguinte: a senhora nos entregou a proposta produzida pela Câmara. Então, de 217 a Secretaria propôs 203. A senhora tem rubrica por rubrica onde houve corte para que a gente pudesse acompanhar isso? Essa é a pergunta que estou querendo fazer desde o começo da explanação.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V09 FOLHA:4

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 17-10-01

SEM REVISÃO

A SRA. LILIAN - Sim. O primeiro documento que passei, logo no primeiro item da folha temos valor.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - a senhora deu dois documentos. Seria justificativa dos valores?

A SRA. LILIAN - Isso, na justificativa dos valores. Nesse na rubrica obras e instalações, o valor proposto pela Câmara seria 2 milhões 563 mil e o que foi proposto pela Prefeitura, pela Secretaria de Finanças, foi 1 milhão.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Nesse obras e instalações a Câmara havia proposto 2 milhões 563, rubrica 4110, e em contraposição a Secretaria aceitou que proposta?

A SRA. LILIAN - Um milhão de reais.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 1 milhão e 500 mil reais? Onde está isso?

O SR. _____ - Valor proposto pelo TMSP.

A SRA. LILIAN - Logo abaixo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Entendi. Essa é a metodologia que a senhora vai adotar para explicar para a gente? Está tomo mundo acompanhando? Então, vamos.

A SRA. LILIAN - O outro item, na mesma folha, na rubrica 3120...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - a senhora não vai falar dos inativos?

(A SRA. LILIAN ...Paula)

Folha nº 0034 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V10

FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 17-10-01

SEM REVISÃO

A SRA. LILIAN - Quanto aos inativos foi mantido o valor proposto pela Câmara, o valor enxuto, totalmente ajustado e foi aceito por SF. Com relação a pensionistas também.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quais as consequências para a Câmara Municipal de um corte de 1 milhão 563 em obras e instalações visto que acredito que essa proposta feita pela Câmara não é de construção de um prédio novo, deve ser para manutenção do que deveria estar mantido e qual a justificativa para um corte de tal magnitude?

A SRA. LILIAN - Na realidade, nós temos um processo feito em 97, se não me engano, onde teve uma empresa de engenharia que veio aqui e deu informação de quanto seria necessário para a conclusão da obra da Câmara. Partindo desse processo, ajustando, atualizando esses valores ano a ano quando a Proposta Orçamentária. Atualizando esse valor para hoje chegamos ao valor de 10 milhões 750 mil para a conclusão de toda a obra. Aí, conversando aqui, internamente, com engenheiros e arquitetos o que nos foi dito foi que seria impossível gastar 10 milhões 750 mil em um ano para se fazer uma reforma. Então, que o ideal seria que fosse feito por partes, pegar a parte elétrica este ano. Não sei qual seria a parte. 2 milhões 563 mil seria suficiente para uma dessas partes dos 10 milhões que seria o total para a conclusão geral da obra.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Excelente. Prossiga.

A SRA. LILIAN - Com relação a inativos o valor proposto foi o mesmo proposto pela Secretaria. O de pensionistas mantido também. O salário-família foi mantido o nosso valor, pessoal civil foi mantido, ressaltamos aqui que esse valor já está de acordo com a Resolução

Folha nº	0035	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V10	FOLHA:2	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 17-10-01	SEM REVISÃO

9/2001. Obrigações Patronais...em relação ao pessoal civil o nosso valor para 2001, o que está vigorando, foi consignado 139 milhões. De acordo com essa Resolução 9, o valor passou a ser de 120 milhões, uma economia de 19 milhões. Com relação a obrigações patronais que também já está de acordo com a Resolução 9, o valor desse ano está na faixa de 18 e baixamos para 15 milhões e 700. Com relação a sentenças judiciais deixamos um valor simbólico para manter a rubrica aberta e aquilo que vier a ser decidido em juízo tentamos a suplementação junto ao Executivo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Não entendi.

A SRA. LILIAN - Sentenças judiciais, geralmente essas rubricas não temos como prever um valor, fechar um valor. Então, como achamos prudente trabalhar? Manter um valor simbólico para manter aberta essa rubrica para qualquer momento em que haja uma decisão judicial a ser cobrada da Câmara possamos pedir suplementação.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Isso eu entendi. Não entendi porque tem uma quantia que embora simbólica para que não fiquemos na situação...

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Esse 1 milhão que a Câmara teve de pagar, que foi noticiado para quatro funcionários é dessa rubrica?

A SRA. LILIAN - Não, seria de despesas de exercícios anteriores, que ficaria nessa outra rubrica de processos que já estão abertos. Com relação a auxílio funeral é suficiente pelo que temos visto, o proposto foi exatamente o aprovado pela Secretaria das Finanças. Com relação ao material de consumo, foi solicitado o valor

Folha nº	0036	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V10

FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 17-10-01

SEM REVISÃO

de 1 milhão 200, sendo que o valor proposto pelo Executivo é de 945 mil. Hoje, o valor do orçamento da Câmara em material de consumo...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A senhora já passou aquele item das sentenças judiciais? Eu queria saber dos precatórios. Não tem uma fila?

A SRA. LILIAN - Tem uma fila. Essa rubrica está mais para baixo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A questão é se têm precatórios, se têm precatórios alimentares. Tem uma fila e em função disso não tem porque. Como a Câmara vive sempre nesses espasmos não tem nenhum valor simbólico? Tem fila de precatórios? Como é essa questão?

A SRA. LILIAN - Temos uma rubrica própria que está na folha seguinte onde fizemos uma consignação de 9 milhões 170, que seria pagamento dessas despesas com pessoal, queriam as férias que está em outra rubrica que não seria essa de sentenças judiciárias. É para um outro tipo de despesa. Então, ficaria só com esse valor simbólico. Por exemplo, em 13 anos que estou aqui na Câmara não vi um empenho feito nessa rubrica de sentenças judiciárias. Praticamente mantemos para caso aconteça alguma coisa. Mas, com relação a esses processos que o senhor está falando tem uma própria aqui na frente, que falarei sobre ela.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Embora nesses 13 anos nunca tenha tido, eu já vi várias situações de pessoas que precisavam receber porque não tinham nenhum valor na rubrica, não desses exageros como esse 1 milhão de reais recentes de quatro marajás, mas de

(funcionários humildes...Regina)

Folha nº 0037 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: VII FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 25-10

SEM REVISÃO

...funcionários humildes com pequena renda que tinham algumas vitórias na justiça e não conseguiram receber. Aí ficavam submetidas a tais suplementações e elas, passavam anos, não vinham e os funcionários não recebiam.

O SR. _____ - É verdade, Vereador, não é nessa rubrica, é em DEA - Despesas de Exercícios Anteriores.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Está bom.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Queria fazer um comentário, Vereadores, pelo que eu entendi - Vereador Montoro - porque esse é um assunto dos Vereadores, a portaria que foi feita pela Mesa Diretora em agosto determinou um corte na verba dos gabinetes e corte no número de funcionários. Havia em discussão também um projeto de verba de custeio para os gabinetes, que não está incluído aqui, pelo que estou entendendo. Se isso for decidido até dezembro, vai ter de ter uma readequação meio substantiva. Essa é uma questão que tem de ser levada em conta também. A nossa portaria não é conclusiva, tem mais coisas a serem..., inclusive a verba de custeio.

A SRA. _____ - Se de repente for revogada, vamos ter que rever. Exatamente.

- Manifestações longe do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Por favor, assine, Vereador. Só quero informar que o Vereador Milton Leite é da nossa comissão, mas não está presente porque faz parte da CPI.

Folha nº	0038	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V11 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 25-10

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Em função da questão de ordem do Vereador Eliseu Gabriel, que considero da maior pertinência, se essa verba de custeio não está prevista, como é que fica? Isso eu queria entender.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - O que se esperava é que a Casa tivesse feito já esse acordo. Acho que temos de acelerar, conversar, se haverá ou não para que possamos...(Pausa) Atendendo a sugestão do Vereador Adriano, se por acaso..., estamos ainda em processo de discussão da reforma dos gabinetes. Aquela hipótese de uma verba de custeio, onde inclusive até as despesas dos veículos ficariam ligadas aos gabinetes, tem-se alguma idéia, como é que poderia haver readequação ou é coisa para ser tratada em breve?

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Vereador, é sobre a questão. Vereador Montoro, Vereador Bispo Atilio, Vereador Eliseu Gabriel, na Presidência, quero fazer um requerimento. O requerimento tem a seguinte natureza: que a apresentação da proposta orçamentária da Câmara Municipal de São Paulo e a sua readequação, feita pela Secretaria de Finanças, seja da seguinte forma discriminada, primeiro, como vai ficar a situação dos gabinetes no ano que vem, tanto a parte fixa quanto a parte do custeio, e a Câmara Municipal na sua parte estável, como vai ficar? Essa proposta da forma que está apresentada, nas rubricas, não aparece esse tipo de discriminação. Eu acho que a apresentação do trabalho, além do requerimento anterior que eu havia feito, e quero submeter o requerimento à aprovação, que seja discriminado quanto se gasta com a manutenção da frota e quais são as propostas embutidas na despesa de custeio, com a frota, com a

Folha nº	0039	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: VII FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 25-10

SEM REVISÃO

aquisição de carros, se isso estaria dentro. Porque é a única forma que nós, Vereadores da Comissão de Finanças, que representamos todos os outros Vereadores, podemos nos comportar e nos manifestar diante dessa situação inusitada, que se apresenta para os próximos anos. Estou fazendo isso na forma de requerimento e queria submeter à apreciação dos demais Vereadores, Sr. Presidente.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Estou de acordo com a proposta, quer dizer, aceito a proposta e quero ouvir os demais Vereadores.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Eu complementaria a proposta do Vereador Adriano, solicitando uma atualização do exercício de 2001. Porque, por exemplo, o pessoal, os senhores estão falando em 139 e no orçamento está 132. Então, efetivamente, foi gasto mais de 217 com as suplementações ou estou raciocinando errado.

A SRA. _____ - Não, não, este ano não tivemos suplementações, tivemos remanejamentos, ou seja, de verbas. Por exemplo, no início do ano teve aquela modificação de pessoal, onde alguns cargos em comissão deixaram de ter a cascata, aquelas coisas todas, teve uma economia. Em função disso, foi ajustado os valores, ou seja, saiu de um elemento...

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Não houve suplementação?

A SRA. _____ - Suplementação, não, só remanejamento.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vereador Montoro?

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Estou cem por cento de acordo.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - Eu também estou cem por cento de acordo com o requerimento do Vereador Adriano Diogo.

Folha nº 0040 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: VII FOLHA:4

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 25-10

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vereador Eliseu Gabriel também é favorável a proposta do Vereador Adriano. Vereador Adriano quer falar mais alguma coisa?

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Não, eu só queria encaminhar que ainda no prazo das audiências públicas, para a redação e apresentação do relatório, que nós tivéssemos claro como vai ficar a futura situação da Câmara Municipal, inclusive a situação da frota e inclusão da frota na verba de custeio.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Então eu acho, gostaria de saber dos representantes da Câmara se entenderam a proposta. É necessário fazer por escrito? (Pausa)

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Queria fazer um outro requerimento, Sr. Presidente, porque eu fiquei muito preocupado com as obras de manutenção de serviços da Câmara. Como eu acredito nesta Presidência, sou dos mais entusiastas desta Presidência, desta Administração, da Câmara deste ano, acredito que todas as obras encaminhadas são de urgência máxima, urgentíssima, não teria nenhuma questão perdulária ou desnecessária ou de luxúria. Queria ter claro, queria apresentar um requerimento de quais serão as obras propostas pela Câmara Municipal de São Paulo, que foram viabilizadas? Acho que é importante a Comissão de Finanças ter noção. Queria submeter na forma de requerimento à aprovação.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Eu acato a sugestão do nobre Vereador Adriano, consulto os demais Vereadores. Há consenso?

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - De acordo.

Folha nº	0041	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: VII FOLHA:5

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

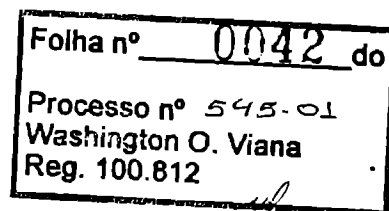
DATA: 25-10

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Consulto, finalmente, os representantes da Câmara, o Sr. Luiz Eduardo e a Sra. Liliam para saber se houve a compreensão. Está gravado, acho que está certo. Precisaríamos fazer dentro da nossa previsão das nossas reuniões técnicas, que estão ocorrendo todos os dias. Haveria possibilidade de termos um prazo para isso? Quantos dias mais ou menos? (Pausa)

A SRA. _____ - Para sexta? Segunda?

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Temos então...





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V12 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-10

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Então temos na segunda uma reunião que eu acho bastante... Queria pedir uma informação para a assessoria. A reunião de segunda-feira, 23, está escrito Sala Tiradentes, Secretaria de Implementação das Subprefeituras, está confirmada a Secretaria presente? (Pausa) Não confirmou? Então eu pediria que a assessoria, em conjunto com a direção da Câmara, verificasse qual dos dias, dentro dos nossos horários, porque não há nenhum dia disponível, que seja possível acrescentar quando houver uma intensidade menor. De preferência, o quanto antes porque ainda há questões como o custeio que precisamos ver se os Vereadores, se retomamos essa questão.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Sr. Presidente, eu acho da maior importância, também me entusiasmo muito com os cortes que a atual administração vem fazendo, acho que é importante para a imagem da Câmara, que está visivelmente melhorando, estava muito abalada. Ontem, fiz uma questão de ordem, estavam os 55 Vereadores no Plenário. Enfim, acho da maior importância, além desses cortes, a questão da informatização. A modernidade, não vamos avançar no tempo caso não invistamos no informatização. Tem um item de 800 mil reais, uma coisa assim, que eu acho que é muito pouco com relação à possibilidade que temos de modernizar a Casa, que era inclusive a proposta da Mesa, que era reduzir os gastos na medida em que com essa redução, com essa economia, que nós fomos visível e diretamente afetados, investir em modernização. E eu não vejo modernização se não investirmos na informatização, uma característica muito positiva na questão do Governo de São Paulo, na questão da Câmara Federal, na Assembléia, eu

Folha nº 0043 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V12 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-10

SEM REVISÃO

tenho algum conhecimento com relação a isso, sei que são profundamente atualizados com relação a isso, com relação ao site da Câmara. Então estamos cortando tudo e não estamos modernizando a Casa, isso é uma visão filosófica do orçamento.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - É uma idéia de economia. Pegando o que o Vereador Montoro disse, com o que concordo plenamente, não me lembro, Sra. Liliam, não sei se a senhora ou o Sr. Luiz Eduardo é que falaram sobre a diminuição do custo da área de informática. Foi uma diminuição? Chamou-me a atenção, mas acabei esquecendo de levantar a questão, há uma diminuição com relação ao ano passado?

A SRA. LILIAM - Com relação à informática, esses 810 mil reais estava...

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Desculpe, no ano anterior, neste ano de 2001 em relação ao ano de 2002, há previsão de diminuir as despesas com informática?

A SRA. LILIAM - Com relação aos contratos, não, foram mantidos os valores de contrato junto à Prodam. Então esses 810 mil reais seriam para a cobertura desses contratos existentes. Agora, aqui no elemento econômico, 4120, equipamentos e material permanente, nós colocamos aquisição de equipamentos de informática um valor de 400 mil reais, que somado aos 800, dá 1,2 milhão, que achamos um número bom para...

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - A minha pergunta, Sra. Liliam, é saber se no ano anterior o gasto com equipamentos foram 400 mil reais, menor ou maior?

Folha nº	0044	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V12 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-10

SEM REVISÃO

A SRA. LILIAM - No ano anterior também fizemos, no ano de 2001, para esse ano, na época da elaboração da proposta, no elemento econômico 4120 também consignamos um valor para aquisição de equipamentos de informática, só que também houve o corte, hoje o nosso orçamento nessa rubrica é de 250 mil reais. Então não foi suficiente para darmos andamento...

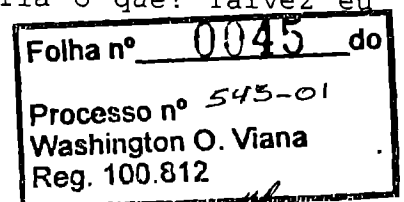
O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Houve acréscimo do outro ano para cá?

R - Não, na realidade, mantiveram. A proposta encaminhada por S.F. se manteve em relação ao ano passado, ou seja, com 250 mil reais, que é o valor proposto para ele nesse elemento, não será possível mais uma vez se adquirir equipamentos de informática.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Queria dizer então, aos Vereadores Montoro, Adriano e Vereador Bispo, senhores, acho que devemos pegar essa observação que o Vereador Montoro fez e rediscutir o item. V.Exa. fez uma questão seríssima, importantíssima. Entendo que a reforma que propusemos não é uma questão de economizar, acho que é modernizar, aumentar a eficiência da Câmara. Não é uma questão de economia, porque poder público não funciona desse jeito.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Nisso eu acho que temos a unanimidade da Câmara, não é?

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Acho que talvez o Vereador Adriano, relator, possa pegar a questão, dar uma atenção em máquinas, em equipamentos e materiais permanentes e talvez descrever melhor. Quer dizer, você supõe 400 mil reais e significaria o que? Talvez eu





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: V12 FOLHA:4

TAQ.: Regina

COMISSÃO: FIN

ORADOR:

DATA: 17-10

SEM REVISÃO

pediria, incluindo nos vários requerimentos que o Vereador Adriano fez, o item, o que seria..., discriminar o que seria a previsão...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito que V.Exa. faça um requerimento nesse sentido para oficializar a questão.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Eu estou fazendo. É exatamente nesse sentido. Incluindo essa descrição entre as outras que foram feitas nos dois requerimentos anteriores. É só isso. Alguém mais gostaria de falar. Queria abrir a palavra para o Dr. Police, da Secretaria de Finanças, por favor, use o microfone.

Só um minuto, pela ordem o Vereador Montoro.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Temos tantas atividades que, às vezes, ficamos surpresos, mas me parece pertinente que com relação ao item "Câmara Municipal", que fizesse parte, ou que fosse convidado ou para que integrasse esta comissão, como convidado, como integrante efetivo, a Mesa, no caso o Presidente, porque vemos o maior empenho dele em relação aos cortes, ele estava bem familiarizado com os números. Parece-me muito adequada a participação da Mesa da Câmara na discussão especificamente da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas. Então eu solicito...(Valéria)

Folha nº	0046	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD V13	FOLHA:1	TAQ.: Valéria	Com. finanças
Data:	17-10	SEM REVISÃO	

... especificamente à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas. Então, solicito que façamos um requerimento ao Presidente solicitando para a participação direta na discussão desse item.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Acatada a sugestão do Vereador Montoro, peço então que a assessoria prepare um requerimento, ou ofício, convidando - ou convocando, se for o caso - a Mesa Diretora da Casa, ou seus representantes oficiais, para estar presente na próxima reunião. Dr. Pólíce, por favor.

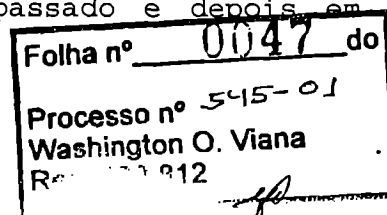
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente,

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quero deixar claro o seguinte: prezo a formalidade; não quero só que esse requerimento convocando o Presidente, ou o convidando, seja por escrito, mas todos os requerimentos sejam feitos dessa forma. Peço à secretária da Comissão que os faça por escrito, porque quero oficializar todo o processo de encaminhamento do Orçamento na Câmara.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Dr. Pólíce.

O SR. PÓLICE - É evidente que a Secretaria das Finanças tem que tecer alguns comentários a respeito do que foi colocado e apresentar até qual foi nossa postura em relação ao orçamento apresentado pela Câmara. A verdade é a seguinte: este ano, realmente, o orçamento da Câmara, de 2001, foi de 217 milhões, dos quais estão empenhados 214 milhões, dos quais 9 milhões foram destinados a pagamentos de despesas de exercícios anteriores, em função dos cortes de empenhos e de liquidações do final do ano passado e depois em





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD V13

FOLHA:2

TAQ.: Valéria

Com. finanças

Data:

17-10

SEM REVISÃO

fevereiro, num decreto da Prefeita Marta Suplicy. Nós aí chegaríamos ao número 205 milhões, aproximadamente, que é a execução orçamentária deste ano. Temos, por trabalhos de acompanhamentos realizados na Secretaria, uma expectativa de que até o final do ano a execução da Câmara mesmo será da ordem de 203 milhões de reais, que é exatamente o número que foi orçado para o ano que vem. Por que fizemos isso? Porque ainda, em pessoal, todas as decisões tomadas pela Câmara no sentido de redução de custos têm uma intensidade menor dentro deste exercício, porque não abrange os 12 meses ou os 13 pagamentos, mas para o ano que vem sim, ela tenha total intensidade.

Então, o número de 203 prevê todos os efeitos, o ano inteiro, dessas medidas. Para as outras despesas que não de pessoal, dos 13,8 milhões que serão gastos neste, foram orçados 15,9, havendo um acréscimo de 2,1 milhões para outras despesas como informatização, renovação de frota e eventualmente algumas reformas, adaptações do prédio. Talvez seja pouco, mas a forma como conduzimos o trabalho para a orçamentação foi pegar a realidade atual. Talvez nosso grande erro tenha sido levar em consideração todo o empenho que a Câmara está tendo de redução de custos. Se agora o orçamento, com todo esse empenho, volta para o nível de 217 milhões, talvez para o público externo fique demonstrado que não foi feito absolutamente nada em relação à contenção de custos na Câmara. Sinto-me até numa posição desconfortável por ter levado em consideração todos esses efeitos, todo esse empenho que a Câmara teve para reduzir custos, e, na proposta orçamentária, manter o mesmo orçamento de 2001. Então, gostaria até de deixar claro - e me permito trocar a palavra corte

Folha nº 0048 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD V13

FOLHA:3

TAQ.: Valéria

Com. finanças

Data:

17-10

SEM REVISÃO

ajuste - que, na verdade, imaginávamos estar atendendo no mesmo nível de 2001, com um pequeno incremento, e agora estamos até surpresos, ou talvez com um nível de informação inferior àquele que deveríamos ter. Coloco-me à disposição, na Secretaria, para receber todos os técnicos da Câmara Municipal para discutirmos com clareza e para que eu fique consciente de onde eu errei, onde eu possa ter orientado nossos funcionários da Assessoria Geral do Orçamento no sentido de fazer um ajuste que está me parecendo muito grande por aquilo que eu tinha de noção do que é a execução orçamentária da Câmara Municipal e o que deveria ser o orçamento do ano que vem.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Pela ordem, o Vereador Adriano Diogo e depois o Vereador Ricardo Montoro.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Dr. Pólíce, todos sabemos do empenho que a Secretaria de Finanças tem feito neste orçamento. Acontece que nós, Vereadores, que nunca participamos de nenhum processo de corrupção e de gastos perdulários nesta Câmara, não podemos comparecer às páginas dos jornais na seção das notícias policiais ou das que nos envergonham. Este é meu último mandato de Vereador; mas acho que, nem por isso, esta Câmara tem que funcionar em condições precárias. Esta Casa não tem a mínima condição de funcionamento, ainda mais nesta nova fase, em que se está trabalhando de verdade, com cinco CPIs, o Plenário em funcionamento. Aqui não temos as mínimas condições técnicas, não se compra um livro, a biblioteca não tem a mínima atualização, tudo de informática os gabinetes é que têm de prover. É evidente, temos uma folha de inativos de 48 milhões de reais. Então, esse discurso da moralização é o nosso

Folha nº	0049	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Rec 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD V13	FOLHA:4	TAQ.: Valéria	Com. finanças
Data:	17-10	SEM REVISÃO	

discurso, mas não podemos passar vergonha, sem ter taquigrafia, sem ter notas taquigráficas, enfim, sem as mínimas condições de funcionamento e de trabalho efetivo. Não estamos reivindicando uma retroação para gastos, e mesmo os funcionários permanentes da Câmara, que se desdobram, não têm as mínimas condições de trabalho, eles improvisam, fazem das tripas, coração. Esta Câmara tem 55 Vereadores, ao contrário do Tribunal. Quantos Conselheiros tem? (Pausa) Cinco Conselheiros. Eles, sim, tem uma estrutura para 55 Conselheiros. Mas, para não fazer o debate político, vou dizer algo para o senhor: não adianta nada fazer readequação, cortes, isso e aquilo, se não houver condições de funcionamento efeito de uma Câmara que é a Câmara mais importante do País. A única coisa que estamos discutindo é saber qual era a proposta. É evidente que não queremos retroagir a nenhuma outra situação absurda, como essa Câmara já viveu, mas se não tivemos as mínimas condições de trabalho, a instituição ficará mais desmoralizada.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Achei correto o que o senhor...

(Valéria)

Folha nº	0050	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD V14	FOLHA:1	TAQ.: Valéria	Com. finanças
Data:	17-10	SEM REVISÃO	

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Achei correto o que o senhor falou, Sr. Pólíce, mas queria fazer observar que o espírito dos Vereadores na reforma administrativa em nenhum momento passou pela necessidade de diminuir o orçamento da Câmara. Passou, primeiro, por uma necessidade política de diminuir aqueles estigmatizados 93 mil gastos nos gabinetes, para 55 mil. Esse foi a grande medida moralizadora, porque eram exatamente 21 assessores e 93 mil nos gabinetes. Isso era estigmatizado, havia críticas na imprensa, enfim. Então, o espírito da reforma era diminuir diretamente a verba dos gabinetes, mas possibilitar uma melhoria substancial do poder central, para que pudéssemos ter condições mínimas de legislar, de termos as CPIs, de termos taquigrafia, de termos informatização - insisto demais pois acho que, sem isso... Não é nenhuma vergonha se nós até aumentarmos o orçamento da Câmara, no meu entender, se nós mostrarmos para a opinião pública que isso não é mordomia para Vereador, mas modernização da Câmara. Estou chegando, no meu primeiro ano, e impressionado pelo como essa Câmara não fornece aos Vereadores recursos necessários, como o fazem outras Casas legislativas das quais tenho algum conhecimento - Senado, Câmara Federal, Assembléia Legislativa. Estamos bem abaixo do que permite a lei, dos gastos com Tribunal de Contas e Câmara Municipal. Não vejo nenhuma vergonha em até aumentarmos o orçamento da Câmara, desde que mostremos, estampemos à opinião pública que isso é feito não para mordomia para Vereadores, mas em modernização da Casa legislativa da maior cidade, São Paulo.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Quero fazer um comentário. Vou também nessa linha. Realmente, as condições de trabalho são muito

Folha nº	0051	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD V14	FOLHA:2	TAQ.: Valéria	Com. finanças
Data:	17-10	SEM REVISÃO	

precárias. Podemos ver isso pelo que ocorreu ontem, quando da dificuldade de arrumarmos um espaço adequado para a reunião. Como Presidente da Comissão de Finanças, Vereadores, houve momento em que não tínhamos espaço para fazer reuniões, tínhamos de ficar correndo para lá e para cá, a assessoria toda carregando pacote de um lado e de outro, uma coisa infernal, quando outras Casas legislativas têm espaços próprios para suas Comissões. Em relação à questão da informática, os Vereadores são supridos pelos próprios gabinetes, um empresta para o outro, é tudo assim. Essa reforma toda, essa discussão toda, foi feita em cima dos gabinetes, para dar satisfação não sei para quem (para a imprensa talvez) de que iríamos moralizar. Mas não se trata de moralizar, isso veio para dificultar nossas condições de trabalho, e só se tratou, dentro dos gabinetes, de ficar cortando, de ficar dizendo: "Vou mandar embora funcionários", como se isso fosse uma empresa.

Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, quero lhe informar que a rubrica 3132, informática, tem um total de 810 mil reais, sendo 320,97 mil para a Prodam, 345 mil para a Prodam e 67,5 mil para Web Side. Não sei por que vamos destinar 810 mil reais de informática, sendo que o único contrato que temos com a Prodam é o do Cel (?), que é um péssimo serviço, apesar dos esforços do gabinete do Vereador Augusto Campos.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vereador, só uma questão.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Só para concluir, só um pouquinho. Estou me dirigindo ao Sr. Pólice.

Folha nº	0052	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD VI4	FOLHA:3	TAQ.: Valéria	Com. finanças
Data:	17-10	SEM REVISÃO	

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Pois não. então, aguarde, Sr. Pólice, por favor.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - E mais: aqui há a rubrica 4120, aquisição de frota, 1,9 milhão de reais; 400 mil reais para informática; diversos, 1,287 milhão. Então, quero deixar claro que, primeiro, não entendi nada desse negócio de aquisição de frota, é um enigma aqui nesta Câmara, não sei do que se trata; não conheço nenhum programa de informática nesta Câmara ... (Alexandre)

Folha nº 0053 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V15	FOLHA:1	TAQ.:ALEX	COMISSÃO:FINANÇAS
ORADOR:		DATA: 17 10 2001	SEM REVISÃO

...não conheço nenhum programa de informática nesta Câmara, não sei por que esse repasse histórico para a Prodam, que nunca funcionou. Quero a revisão desses contratos da Prodam.

Enfim, queria colocar para o Dr. Polis, e só peguei dois aspectos, esse de...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Enfim, quero deixar claro isso, para encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Pediria ao nobre Vereador Adriano Diogo que faça um resumo, porque o tumulto atrapalhou.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Senti-me atingido pela fala do Dr. Polis (?), que disse que ele estava fazendo a readequação no espírito de a Câmara fazer cortes e a moralização do processo. Não sei em que os vereadores que constituem essa Comissão, se perguntarem para a própria Câmara como foi feito esse orçamento, baseado em quê, possa representar um aviltamento da proposta de moralização da Câmara.

Então, estou fazendo essa pergunta tanto na questão de informática quanto na frota, porque para nós é assunto de total desconhecimento, para dizer que tem duas rubricas aqui, uma de 1,9 milhão e outra de 810 mil reais, que eu desconheço, e qualquer um dos vereadores também desconhece, porque aqui não temos nenhuma... não entendo por que os contratos da Prodam sejam tão caros se não temos nenhum programa de informática, não há nenhum nível de informatização, nem previsão de aquisição de frota.

Folha nº	0054	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V15 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Sr. Polis, por favor, com a palavra.

O SR. POLIS - Queria me desculpar se, ao expor - a forma como nós nos portamos para o encaminhamento da proposta orçamentária - eu possa ter atingido o Vereador. Jamais poderia ser a minha intenção. Muito pelo contrário. Ela foi a de enaltecer o trabalho que os vereadores vêm exercendo aqui.

Coloco-me à disposição, volto a falar, do pessoal da Câmara para a gente, na revisão que tiver de ser feita, ela será feita durante esse período. Então, vermos a forma de como a gente pode recompor aquilo que está sendo previsto pela Câmara. Volto a falar. O que eu fiz foi levar em consideração a execução orçamentária desse ano, projetá-la para o ano que vem, com incremento para outras despesas que não de pessoal.

Provavelmente, nessas outras despesas que não de pessoal, o que nós aportamos de recursos, seja pouco em relação àquilo que a Câmara precisa. Mas aí nós vamos ver qual é o valor. Certo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Peço à assessoria programe dia para que tenhamos nova reunião desta comissão técnica, onde se estuda Câmara Municipal e Tribunal de Contas, com a presença, através de requerimento, de representantes da Mesa Diretora; se possível, do Presidente.

Outra questão: os requerimentos que foram feitos e estão gravados. Vou acatar a sugestão do nobre Vereador Adriano Diogo, que é de transformar isto em texto, embora tenha havido anotações.

Folha nº 0055 do
Processo nº 345-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V15 FOLHA:3

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

importante. Todos os pedidos de informações, desde o custo do seguro do carro e outros feitos, o sejam na base de requerimentos.

Tem a palavra o nobre Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, quero primeiro requerer que ou o nobre Vereador Gilson Barreto ou o nobre Vereador Vicente Cândido sejam convidados ou convocados para vir a esta Comissão discutir o projeto de lei sobre a readequação do Tribunal de Contas do Município para que, antes da conclusão deste relatório e desde orçamento tenhamos maiores esclarecimentos sobre esse projeto de lei para fazer a readequação orçamentária do TCM.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Vereador, esse nós não tínhamos decidido. Teremos de apreciá-lo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Não disse que o tínhamos decidido, mas o estou submetendo à apreciação. Proponho que a Comissão ouça ou o presidente da CPI do Tribunal de Contas do Município ou do seu relator para que tenhamos esclarecidos o que o projeto de lei que está tramitando nesta Câmara implica em readequação e cortes no Tribunal de Contas do Município. Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento que quero fazer é, nessa mesa direção, agora dirigido ao corpo técnico da Câmara, naqueles requerimentos que eu tinha feito, por que há 1,9 milhão numa rubrica para a aquisição de frota se essa questão da aquisição de frota estava embutida na verba de custeio dos gabinetes, no formato novo que os gabinetes terão...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Vereador, não houve - desculpe - uma decisão, uma portaria... Como é que chama?

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - ... segue

Folha nº 0056 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V16

FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Não, Vereador. O senhor está comentando o meu requerimento? Requerimento não se comenta: se aceita ou não.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Conclua, por favor.

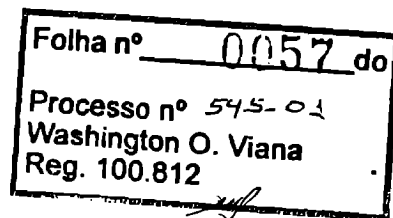
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quero fazer requerimento... Já tinha feito requerimento anterior, já aprovado, que é como vão ser as despesas da Casa, da parte permanente e da nova constituição dos gabinetes. E segundo eu tinha entendido de todas as explicações, a questão da aquisição da frota estava embutida na verba de custeio. Mas como é que pode aparecer uma rubrica de aquisição de frota se a questão da frota estava na despesa de custeio?

A questão de equipamentos de informática, a mesma coisa. Há 400 mil reais. Mas o que havíamos entendido é que parte dessa informática também entrava como custeio dos gabinetes.

Para finalizar, ainda no mesmo requerimento, eu queria saber como é que estão organizados esses contratos da transferência de 810 mil reais para a manutenção do sistema de informática, um da manutenção da website e dois contratos da Prodam, de 397,5 mil e de 345,5 mil, uma vez que esta Câmara não tem nenhum serviço de informática. Eu não entendo para que se mantêm esses contratos com a Prodam.

Então, são esses os dois requerimentos que eu estou encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Ok. O segundo requerimento que V.Exa. fez era muito parecido com o que tinha sido aprovado. O primeiro não foi votado ainda.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V16 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

Só queria lembrar à assessoria que foi votado e aprovado, anteriormente, um requerimento pedindo a discriminação entre o que é custo de gabinete e o que é custo do corpo estável da Câmara. Quer dizer, tentar fazer uma coisa no gabinete e outra na parte estável da Câmara; com o novo desenho.

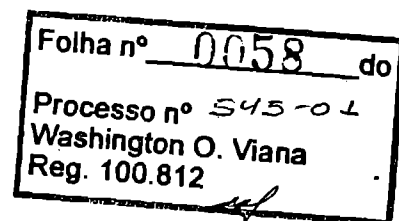
Outra questão que foi pedido era o custo da frota, manutenção da frota, também incluindo o seu seguro, gasolina, especificado. Isso também tinha sido aprovado.

Outro, era especificar esse custo de equipamentos e máquinas, que era 400 mil ou 800 mil, da parte da informática. Qual é a previsão? O que é isso?

Eram esses três requerimentos. Mas o principal era ver essa questão do que era custo de gabinete e o que não é custo de gabinete.

O problema que estamos vivendo aqui é o seguinte. Se discutiu a reforma administrativa da Câmara e só se resolveu a primeira parte, que é diminuir o número de funcionários nos gabinetes e fazer um corte de 40% na verba dos salários dos gabinetes, que era de 93 em dezembro de 2000 para 55 a partir de janeiro de 2002.

Agora, não se continuou com as reuniões que iriam tratar do custeio. Essa é a questão. Nós temos alguma informação. A Casa não tem essa informação. Então, é natural que eles façam um orçamento, uma proposta, sem levar isso em conta. Esse é o problema. O que vai ser realmente aprovado com relação a essa questão do custeio dos gabinetes nós não temos idéia. Então, é muito difícil enquanto a Casa, os vereadores, não decidirem sobre isso. Nesse sentido, entendo que





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V16 FOLHA:3

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

devemos entrar em contato com a Mesa Diretora e solicitar, com a maior urgência, uma reunião, enfim, para que se decida essa questão.

Uma vez decidido, poderemos, nobre Vereador Adriano Diogo, fazer as simulações ou concretizar o orçamento com base nessa nova realidade.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, o primeiro passo: tem um outro requerimento que eu quero seja votado, que é o Tribunal de Contas. Temos de ter aprovado aqui em nossa Comissão, por maioria ou por consenso, seja o mecanismo que for, que esta Comissão de Finanças só aprovará o orçamento da Câmara se tiver claro... Porque já foi aprovado, embora passe a vigor só em fevereiro, o novo modelo da Câmara. Então, como podemos aprovar orçamento que só prevê parte dos gastos da Câmara? Se nele não estiverem previstas as despesas de custeio dos gabinetes, e se essas rubricas não forem adaptadas, o que irá acontecer? Vamos aprovar um orçamento e, em março, já se terá de pedir suplementação, isso porque não foi prevista boa parte dos gastos.

Então, para efeito de propaganda, é fantástico. A Câmara economizou, houve uma readequação de tantos milhões. Contudo, na prática, vai ter de ficar com o pires na mão todo mês porque fizemos previsão orçamentária errada. Isso precisa ficar consignado e tem de ficar aprovado. E temos de discutir com o Sr. Presidente e com a Mesa.

O segundo requerimento, que gostaria que V.Exa. colocasse em votação, é a questão da readequação do Tribunal de Contas e do projeto de lei, e de urgência máxima, para que seja votado o projeto de lei apoiado por esta Comissão de Finanças: 519/01.

Folha nº 0059 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V16 FOLHA:4

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - nobre Vereador Adriano Diogo, eu posso colocar em votação, mas entendo que não é pertinente. E vou colocar em votação, se for o caso.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O que não é pertinente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Isso eu vou dizer. É um projeto de lei; não se trata de uma lei. É um projeto de lei que não foi aprovado sequer nas comissões. Existem divergências com relação a essa questão na Casa. Não se é correto trazermos aqui para discutir um projeto de lei numa reunião público desta, ainda.

Se fosse alguma que já tivesse sido aprovada e já tivesse tramitado pela Casa, acho que haveria pertinência. O meu entendimento é que não há pertinência para um requerimento desse teor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Se afeta o orçamento? Ele poderá afetar o orçamento. Então, posso trazer, por analogia, um outro projeto qualquer, ou um que eu possa dar entrada na Casa, e querer que se o discuta aqui. Então, vamos pôr mil projetos aqui. Há outros projetos sobre o Tribunal de Contas que também não tramitaram. Então, vamos trazer dez projetos do Tribunal de Contas ou só do Vereador Vicente Cândido?

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Já vou dar a palavra.

Então, acho que não há pertinência em se colocar a discussão de projeto de lei que sequer tramitou em nenhuma Comissão na Casa,

Folha nº	0060	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V16 FOLHA:5

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

porque se pode trazer aqui mais de vinte projetos de lei sobre o Tribunal de Contas. Só porque esse é mais prestigiado porque saiu desse ou daquele Vereador, eu acho que isso não é pertinente. Mas, poderemos discutir.

Tem a palavra o nobre Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Primeiro, Sr. Vereador,

Folha nº	0061	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:V17 FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Primeiro, Sr. Vereador, não há a necessidade de fazer no âmbito da Comissão, numa sessão técnica, a discussão do projeto. Não há a necessidade. Segundo, o projeto já tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela legalidade. Então, ele tramita. Terceiro, não é projeto do Vereador Vicente Cândido, não. É um projeto da Mesa Diretora da Câmara prevendo uma readequação orçamentária no Tribunal que afeta diretamente o orçamento.

Então, eu modifico o meu requerimento em respeito a V.Exa., pela amizade de tantos anos e pelo respeito que tenho por V.Exa. Mas eu não entendo que um presidente de Comissão possa fazer julgamento de mérito sobre a convocação de um vereador ou de outros vereadores para trazer em audiência pública na sessão técnica para discutir o orçamento. Qualquer vereador, qualquer pessoa, pode vir a esta sessão discutir matéria que influencia no orçamento, assim como vamos abrir para o orçamento participativo. Mas em respeito a esta presidência, eu abro mão de fazer uma sessão técnica. Podemos fazer uma sessão ordinária da Comissão de Finanças, ou numa outra sessão qualquer, para discutirmos a importância e a adequação desse projeto."

Nesse sentido, submeto-me à orientação de V.Exa., porém queria que ainda no prazo de discussão desse orçamento a Comissão de Finanças pudesse apreciar o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Agradeço as palavras do nobre Vereador Adriano Diogo. Eu o conheço há mais de 30 anos e tenho o maior respeito por V.Exa., inclusive de outros momentos da luta democrática neste País. E passamos por difíceis bocados, não é,

Folha nº 0062 do
Processo nº 548-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:VI17 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:FINANÇAS

ORADOR:

DATA: 17 10 2001

SEM REVISÃO

Vereador Adriano Diogo. Agradeço muito a compreensão de V.Exa. sobre essa questão.

Obrigado ao Dr. Police e à Dra. Úrsula pela presença.

Acato a sugestão de V.Exa. de colocar em discussão e trazer o Vereador Vicente Cândido para uma reunião da nossa Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Montoro, quando poderemos debater com mais profundidade essa questão.

Os senhores representantes da Câmara queriam fazer alguma consideração antes de encerrar. (Pausa) Alguém deseja fazer alguma consideração? (Pausa) Alguma questão, Srs. Vereadores? (Pausa)

Assim, está encerrada a reunião técnica que hoje tratou do orçamento da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas.

Muito obrigado a todos pela presença.

Folha nº	0063	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DESPESA ORÇADAS PARA 2002 X PROPOSTA ENVIADA PARA CAMARA

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO DA DOTAÇÃO								VALOR ORÇADO PARA 2002	VALOR PROPOSTO PARA 2002	NOME DO PROGRAMA
	ADM	ORG	UNI	FUN	SUB	PROG	PRO/ATI	EL. DESPESA			
Informatização do Órgão	60	32	10	14	126	176	2170	3.3.90.39.00 4.4.90.52.00	13.000,00 36.035,00		Informatização
Total da Atividade									49.035,00		
Administração da Ouvidoria GeraL do Município	60	32	10	14	122	251	8260	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00 3.3.90.33.00 3.3.90.37.00 3.3.90.32.00 4.4.90.52.00	63.490,00 104.862,00 10.000,00 107.000,00 30.000,00 11.720,00		Suporte Administrativo
Total da Atividade									327.072,00		
Alugueis de Imóveis, Indenizações e Seguros	60	32	10	14	122	251	2103	3.3.90.39.00 3.3.90.36.00	99.000,00 1.000,00		Suporte Administrativo
Total da Atividade									100.000,00	91.720,00	
Realização de Despesa Através de Adiantamento Bancário	60	32	10	14	122	251	2109	3.3.90.39.00	36.000,00		Suporte Administrativo
Total da Atividade									36.000,00	20.000,00	
Operação e Manutenção da Frota	60	32	10	14	122	251	2101	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00 3.3.90.52.00	18.000,00 5.000,00 1.000,00		Suporte Administrativo
Total da Atividade									24.000,00	18.000,00	
Aquisição e Locação de Veículos para Frota	60	32	10	14	122	251	2102	3.3.90.39.00 3.3.90.52.00	45.000,00 110.000,00		Suporte Administrativo
Total da Atividade									155.000,00	106.000,00	
Consumo Agua, Energia Elétrica, Gás Encanado Telefone e Telex	60	32	10	14	122	251	2114	3.3.90.39.00	90.000,00		Suporte Administrativo
Total da Atividade									90.000,00	60.000,00	
Auxílio Refeição	60	32	10	14	122	251	2115	3.3.90.46.00	80.000,00		Benefício a Servidores
Total da Atividade									80.000,00	70.000,00	
Aquisição de Vale-Transporte	60	32	10	14	122	251	2116	3.3.90.39.00	40.000,00		Benefício a Servidores
Total da Atividade									40.000,00	30.000,00	
Total do Suporte Administrativo									901.107,00	640.000,00	
Total de Despesa c/ Pessoal									620.000,00	620.000,00	
Total Geral									1.521.107,00	1.260.000,00	

Folha nº 0002
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

28/11/02

Junte-se aos autos ínteros

17/10/01 - 10 HORAS - Anexo G - 1ª Reunião Técnica - Proposta Orçamentaria 2002 e Plano Plurianual 2002/2005 da Comissão de Finanças e Orçamento

PRESENTES

NOME LEGÍVEL

ENTIDADE / TELEFONE / GAB.VEREADOR

Noé D'AGOSTINI Neto	TCMIP	5080-1000
FLAVIO LUIS MANAF	TCMSP	5080-1000
LILIAN CRISTINA G. PEREIRA	CMSP	3111-2837
MANOEL S. NOGUEIRA NETO	CMSP	3111-2028
FRANCISCO SÍSILAND NETO	CMSP	3111-2452
WILSON FABRIZI	Bispo Atílio	3111-8894
LEOLÂNIO MORATO DOS REIS	Augusto Campos	3111-2792
ELIO ELIAS JUNIOR	CMSP - GAB. VER. WASHINGTON VIANA	
ADRIANE O. SCATTONE	CMSP	31155247
CARLOS HENRIQUE B. NUNES	CMSP	Ver Ricardo Monteiro
DEREIMAR PIRES MARTINS	CMSP	3111-2837
EDSON G. LOTA	CMSP	91083325
ELIAS DE PAULA	CMSP	96978054. Ver L. Beto Custódio
CRISTINA DOMINGUES SIMÕES	CMSP	3111-2237 Ver M. Altondeite

Folha nº	0065	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

(~~Ass. Eduardo de S. S. Thiago~~)



Câmara Municipal de São Paulo

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

2ª REUNIÃO TÉCNICA Proposta Orçamentaria 2002 Plano Plurianual 2002/2005

18 DE OUTUBRO DE 2001
10 HORAS - Salão Nobre

LISTA DE PRESENÇA DOS SENHORES VEREADORES

ADRIANO DIOGO	<i>Adriano Diogo</i>
AUGUSTO CAMPOS	
BISPO ATÍLIO FRANCISCO	
ELISEU GABRIEL	<i>Eliseu Gabriel</i>
ITALO CARDOSO	
MILTON LEITE	
RICARDO MONTORO	
VIVIANI FERRAZ	
WADIH MUTRAN	

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Eliseu Gabriel
ELISEU GABRIEL
Presidente

Folha nº	0066	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO TAQUIGRAFIA

MEMBROS: ELISEU GABRIEL - PRESIDENTE
WADIH MUTRAN
AUGUSTO CAMPOS
ÍTALO CARDOSO
RICARDO MONTORO
MILTON LEITE
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
ADRIANO DIOGO
ATILIO FRANCISCO

**REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO, EM 18 DE OUTUBRO DE 2001.**

Folha nº 0067 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N1-2 FOLHA:1

TAQ.: DAGMAR

COMISSÃO: CFO

ORADOR:

DATA:1810

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO - Declaro aberta a 2ª Reunião Técnica do Orçamento para o ano 2002 e do Plano Plurianual 2002/2005, da Comissão de Finanças.

Estão presentes os Vereadores que fazem parte da Comissão.

Quero convidar para compor a Mesa o Dr. Pólíce, da Secretaria das Finanças; a Dra. Maria de Fátima Oliveira, do gabinete da Prefeita; o Dr. José Agnaldo Beguini, do Anhembi; Hans Viti, da Secretaria Municipal da Relações Internacionais; a representante da Ouvidoria, Dra. Cibeles Maria de Pícoli.

Estamos aguardando o representante da Secretaria de Comunicação.

Proponho começarmos pelo Anhembi, que é uma empresa e trata de investimentos, e acho que é o orçamento mais complexo.

Então, peço ao Dr. José Agnaldo Beguini que faça a apresentação do programa de investimentos, a proposta inicialmente apresentada e a adequação necessária da Secretaria das Finanças, sem prejuízo do trabalho feito pelo Anhembi, para que tenhamos uma idéia.

O pessoal que vem do Executivo às vezes só toma conhecimento da proposta da Secretaria das Finanças durante a audiência. É um choque. Então, que todos já recebam o material, pois o Orçamento também foi entregue nesta semana.

Tem a palavra o representante do Anhembi, Dr. José Agnaldo Beguini.

O SR. JOSÉ AGNALDO BEGUINI -

Folha nº 0068 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N3

FOLHA:1

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 1810

SEM REVISÃO

O SR. JOSÉ AGNALDO BEGUINI - Bom dia. Estou aqui representando o presidente Eduardo Sanovicz e o diretor financeiro que não pôde comparecer.

A nossa proposta orçamentária para 2002 teve um plano de investimento que contempla a modernização do palácio, que inclui a operação cartão-postal; a reformulação do estacionamento; instalação de máquinas e equipamentos; modernização de veículos, móveis e utensílios, e outros imobilizados; além das obras para atender as exigências do Contru.

A justificativa foi o aumento de capital de R\$34.178.900,00, visando o pagamento de dívidas com o IPTU e o ISS, além das empresas públicas municipais, SPTrans, Emurb e Prodam. Um aumento de capital de R\$5.300.000,00, para atender o plano de investimento.

Para efetuar os eventos da Prefeitura, com fornecimento de equipamento e de toda a infra-estrutura, solicitamos 6 milhões.

Para o carnaval paulistano, 6.5 milhões, para as despesas de infra-estrutura.

Para o terminal 25 de Março, administrado pelo Anhembi, solicitamos 144 mil reais, para despesas de limpeza, água, energia.

Com a administração do Fotur, 156.4 mil, 5% do total gasto com a sua verba. E para o Fotur, foram solicitados R\$2.878.6000,00, para execução dos projetos de fomento ao turismo, aprovados nas reuniões do Conselho Municipal de Turismo.

Essa foi, em síntese, a nossa proposta orçamentária de 2002.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A proposta da Secretaria é, para modernização do palácio e o Elis, e o pólo de obras do pavilhão para

Folha nº	0069	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N3

FOLHA:2

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 1810

SEM REVISÃO

atendimento ao Contru: 2 milhões. Depois mais 220 mil para instalações de máquinas equipamentos. O total de investimentos previsto pela Secretaria é de cerca de 3 milhões de reais. Qual era a previsão que os senhores haviam feito para investimentos? Dr. Pólíce, o senhor poderia me ajudar aqui, quanto foi proposto por eles e quanto foi possível incorporar? Aqui temos: aplicações, 49 milhões; custeio, 36 milhões; investimentos, 3 milhões; serviço da dívida, 9.875 milhões. Então, queria entender qual é a necessidade do Anhembi para as diversas dotações e o que está sendo possível aproveitar.

O SR. PÓLICE - Os recursos alocados para a Anhembi são: 7,5 milhões, para o carnaval, sendo uma parcela que onera o orçamento deste ano, que a Secretaria das Finanças já suplementou cerca de 2.3 milhões, há uns dez dias, e amanhã ou depois estará sendo publicado mais um decreto de 2.7 milhões, e teremos cerca de 5 milhões de reais, neste exercício. Outros 7,5 milhões estão no orçamento do ano que vem. No orçamento da empresa ele está alocado em recursos dos contratos com a Prefeitura. Onde tem 11,5 milhões, 7,5 milhões são referentes ao carnaval, e 4 milhões são contratos da Secretaria de Governo, contratando a Anhembi para eventos cívicos, culturais, educacionais. Esses são os recursos que vêm da Prefeitura.

A Anhembi tem uma receita operacional...

Folha nº	0070	do
Processo nº	545.01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N4

FOLHA:1

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 1810

SEM REVISÃO

A Anhembi tem uma receita operacional de toda a locação, de estacionamento, da própria empresa, do complexo, que são 37.5 milhões, perfazendo o total de receita de 49 milhões. Com o aumento de capital alocado de 700 mil reais, chegaria a 49.7 milhões. As atividades da empresa deverão ficar em torno de 37 milhões; 3 milhões para investimentos relacionados acima; e 9.8 milhões com o serviço da dívida.

Esse, em linhas gerais, é o orçamento que a Secretaria...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Pólíce, vou passar o material originário da Anhembi para o senhor. Ele não tem o mesmo formato, mas para termos idéia de quanto eles pediram e o senhor poder localizar os ajustes. Queria pedir para o senhor fazer essa comparação.

O SR. PÓLICE - A Anhembi pediu um aumento de capital de R\$34.178.900,00. Na verdade, ela tem uma dívida com a Prefeitura da ordem de 31 milhões, se não me falha a memória, não sei se corrigido chega a 34, mas é referente a IPTU e ISS.

Acontece que a Prefeitura tem um nível de vinculações de receita que torna extremamente difícil poder operacionalizar uma proposta dessa.

Exemplificando: dos 30 milhões que a Anhembi pagaria à Prefeitura de imposto, 24 milhões já estariam totalmente comprometidos. Esses comprometimentos tornam, neste exercício, praticamente impossível essa operação.

Como esse dinheiro, teoricamente, entraria e sairia, existe a proposta de encaminhar projeto para a Câmara Municipal de perdão dessa

Folha nº	0071	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N4

FOLHA:2

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA: 1810

SEM REVISÃO

dívida. Mas isso ainda está em estudo. Colocamos só 700 mil reais de aumento de capital, que foi o possível.

A Anhembi ainda colocou um aumento de capital para um plano de investimentos de 5.3 milhões, mas na verdade estamos imaginando que do conjunto de receitas que ela obterá, poderá fazer um plano de investimentos de 3 milhões, e não de 5.3 milhões, como foi proposto.

Folha nº	0072	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N5 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.2001

SEM REVISÃO

...condições de fazer um plano de investimentos de 3 milhões de reais e não de 5,3 milhões, como foi proposto. Os eventos que tiveram uma proposta de 6 milhões, a Prefeitura alocou 4 milhões para os eventos. O carnaval paulistano...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Onde estão os 4 milhões? É isso que eu estou procurando aqui neste documento da Prefeitura.

O SR. - Quatro milhões são aqueles contratos com a Prefeitura, 7,5 para o carnaval e 4 para os eventos, então dá 11,5

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Ah, entendi. Eu queria convidar para constituir a mesa o Vereador Goulart. Prossiga. Desculpe.

O SR. - O carnaval, quando essa proposta foi feita ainda não se tinha o valor total do carnaval, não havia ainda o contrato preparado para se fazer o carnaval. Na verdade esse contrato teve de ser ampliado e nós alocamos 7,5 milhões para o ano que vem. Ou seja, foi além até do que foi pedido pela empresa. Nós entendemos que a questão do terminal 25 de Março tem de entrar como uma despesa de custeio geral da empresa, e nós alocamos, para o Futur(?), 300 mil reais; o pedido da Secretaria foi 2,9 milhões, mais ou menos. É evidente que, como disse o Secretário Sayad na terça-feira, é um orçamento que atende minimamente às necessidades das Secretarias, das empresas, das autarquias, porque é um orçamento praticamente comprometido. Quando se inicia a confecção do orçamento, vamos ver que é um orçamento totalmente comprometido.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Com a palavra o representante do Anhembi, Dr... O senhor gostaria de fazer algum comentário?

Folha nº 0073 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N5 FOLHA: 2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. - Não, não gostaria de fazer nenhum comentário. Passa para outra pessoa.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Está satisfeito. Então eu gostaria de agradecer a presença do Dr. José Agnaldo Meguini. O relatório vai ser encerrado e o orçamento será votado até o dia 25, então nós estamos à disposição, aqui na Comissão de finanças, para as questões que o Anhembi achar necessárias. Muito obrigado.

O SR. - Eu agradeço. Obrigado.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sobre orçamento o senhor não precisa falar mais nada?

O SR. - Não.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Está satisfeito. Tudo bem. Obrigado. Tem a palavra a Dra. Maria de Fátima Oliveira, representando o gabinete da Prefeita. Eu só queria fazer um comentário. Quando houve a apresentação da peça orçamentária, o Secretário de Finanças fez questão de comparecer a esta Casa e nunca se negou. Eu quero fazer uma questão, de público, e vou reiterar que seria importantíssimo que os titulares das Secretarias comparecessem para essas reuniões técnicas. Eu acho que importante os representantes, meu amigo Hans Liter, das Relações Internacionais, mas os Secretários têm, pelo menos uma vez por ano, uma obrigação e uma definição pública e moral perante esta Câmara, que é quando do Orçamento. Então eu gostaria de fazer essa solicitação, que pelo menos durante a reunião de Orçamento significa um prestígio para a Câmara, é importante e eu vou reiterar. Queria deixar claro para a presidência da Comissão de Finanças, para a assessoria técnica da nossa comissão, que nas próximas reuniões

Folha nº 0074 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N5 FOLHA:3	TAQ.: Vianna	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:	DATA: 18.10.2001	SEM REVISÃO

técnicas seria importante a presença dos secretários. Queria reiterar isso. Amanhã nós temos qual audiência? Qual é a sessão técnica de amanhã?

- Falas fora do microfone.

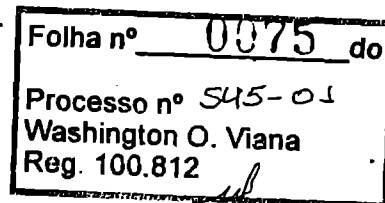
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Tudo bem, eu não estou falando relativo à Dra. Maria do Carmo. Eu estou falando de amanhã. Amanhã qual é a programação, sexta? Amanhã é Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria de Finanças... está aqui todo dia, Negócios Jurídicos, encargos gerais do Município. Então eu preferia que os titulares nos acompanhassem. Dra. Maria do Carmo não... aguardando outro representante, então eu queria passar para a Secretaria de Relações Internacionais, Dr. Hans Liter Temp(?) com a palavra.

O SR. HANS - Srs. Vereadores, bom dia. Estou representando a Secretaria Municipal de Relações Internacionais e estou à disposição para esclarecimentos sobre o orçamento da gestão 2002.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Inicialmente quero o capítulo das Relações Internacionais, por favor. Aqui eu tenho comunicação... Está aqui, Relações Internacionais. Tenho aqui a página do Orçamento relativa à Secretaria das Relações Internacionais. A dotação total é 1,821 milhão; é o código 07 distribuído por todas essas rubricas aqui representadas. Então eu queria pedir para o Dr. Hans que fizesse um comentário a respeito dessas dotações, para que o Dr. Police possa em seguida... Ou se o senhor preferir, Dr. Hans, o Dr. Police faz a apresentação e depois o senhor faz os comentários.

O SR. HANS - De acordo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT)... (N6)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N6 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Dr. Police com a palavra.

O SR. POLICE - A Secretaria Municipal de Relações Internacionais é uma Secretaria nova e nós temos uma técnica ao elaborar o orçamento que é trabalhar bastante em função de retrospectiva de anos anteriores. No caso dessa Secretaria nós não tínhamos condições de ter essa retrospectiva por ser uma Secretaria recém criada, então procuramos analisar a proposta da Secretaria e, em função desses três primeiros meses de atividade da Secretaria, alocar os recursos que entendemos suficientes para que a mesma, no decorrer do ano 2002, possa desenvolver todas as suas atividades. Nós temos uma dotação que seria na administração geral, operação e manutenção da frota, aquisição e locação de veículos para a frota; aluguéis de imóveis, indenizações e seguros foi colocado um valor simbólico, para a eventualidade de ter de fazer alguma locação, mas a Secretaria está fisicamente instalada no Palácio das Indústrias. Adiantamento bancário, 30 mil; consumo de água, energia elétrica e outras (ininteligível), 66 mil; administração do gabinete, 1.426.640, esse valor mais elevado porque aqui estão inseridas todas as despesas com pessoal. A informatização do órgão, 41 mil; promoção, apoio e desenvolvimento de atividades culturais, 140; promoção de relações internacionais e acordos de cooperação técnica, 140 mil e aquisição de vale-transporte e vale-refeição dá 25 mil reais. Em suma, é uma Secretaria pequena, talvez um dos menores valores alocados mas que, pelos três primeiros meses de atividade da Secretaria, entendemos que esses recursos serão suficientes para o ano 2002.

Folha nº	0076	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N6 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Dr. Hans com a palavra para os seus comentários. Inicialmente eu preciso pedir a juntada nos autos da proposta orçamentária do Anhembi 2002, então estou fazendo requerimento para que seja incluído nos autos, para efeito da redação, a proposta orçamentária do Anhembi. Prossiga, Dr. Hans.

O SR. HANS - A função da Secretaria de Relações Internacionais, basicamente, diante da impossibilidade de a Prefeitura contrair novos empréstimos, acredito ser um passo para a busca de cooperação e ajuda internacional através de acordos de cooperação técnica. O montante maior do Orçamento de 2002 fundamenta-se basicamente nessa atividade. No decorrer deste ano já conseguimos fazer vários acordos com as cidades, como Tóquio, Fukuoka, Genebra, Buenos Aires, Toronto, que no decorrer do ano que vem vão se desenrolar de maneira mais efetiva, necessitando então de um maior volume de recursos. Basicamente o nosso maior gasto se limita a essa cooperação técnica internacional. Essa cooperação técnica não vai trazer benefício exclusivamente para a Secretaria de Relações Internacionais, mas para todas as Secretarias, como de Trabalho, Esporte, Educação, que vão se beneficiar indiretamente do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Relações Internacionais. Basicamente é o que eu tenho a expor. Agradeço a palavra.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Dr. Hans, essa é uma Secretaria nova, é a primeira vez que vai ter orçamento. O senhor tem algum comentário, se há algum programa em que a Secretaria tinha alguma expectativa maior?

Folha nº	0077	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N6 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. HANS - Já existem acordos firmados na visita da Prefeita a Genebra, que a Secretaria de Relações Internacionais está... já existe alguma coisa assinada a respeito do tratamento de lixo, já existe um acordo firmado com a cidade de Buenos Aires de cooperação na área cultural, na área de educação, na área social. Então, para o ano eu acredito que o desenvolvimento desses programas vai ser bem visível e acentuado.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O senhor acredita que alguns desses programas, desses convênios, dessas cooperações internacionais possam trazer alguns recursos para alguns programas?

O SR. HANS - Com certeza. A cidade de Tóquio tem um programa de recursos a fundo perdido para a cidade de São Paulo, como também Toronto, e no decorrer do tempo esses acordos vão ser viabilizados com recursos de fundo perdido para a cidade de São Paulo.

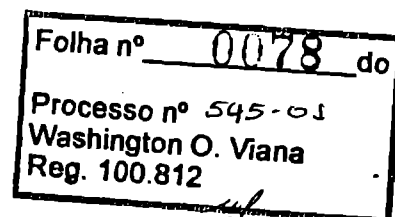
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O senhor gostaria de fazer mais algum comentário?

O SR. HANS - Não. Eu agradeço.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Muito obrigado. Agora eu queria chamar a representante da Ouvidoria do Município, a Dra. Cibele.

- Falas fora do microfone.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então,
eu queria agradecer a Ouvidoria.... (N7 - L. Carlos)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N7	FOLHA: 1	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 18.10.01	SEM REVISÃO

(Adriano Diogo)

Eu queria agradecer à Ouvidoria, na medida em que o Ouvidor Mariano não pode comparecer, o que, evidentemente, seria um prestígio para esta Câmara, ele teve a delicadeza de convidar e indicar a Chefe de Gabinete, a Dra. Lígia Daer (?) Gonçalves, para representá-lo. E, reitero, vou fazer requerimento ao Governo, que todos os Secretários estão convidados, e seus respectivos.

É evidente que as pessoas que estão aqui são pessoas da melhor qualidade, mas tem uma questão formal, política, que nós sempre criticamos nas outras administrações, que não deram o devido valor para a Câmara, que não mandavam seus titulares.

Então, reitero que esse Orçamento é da maior importância para a cidade de São Paulo. Ele vai colocar novas bases para uma futura proposta tributária. Então, reitero e insisto, para o dia de amanhã, que estão convidadas a Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria dos Negócios Jurídicos, para que a gente tenha esse nível de representatividade.

Tem a palavra a Dra. Lígia Daer (?) Gonçalves, Chefe de Gabinete da Ouvidoria.

A SRA. DRA. LÍGIA DAER (?) GONÇALVES - Nobres Vereadores presentes, colegas de Secretarias, a gente tem uma função no Município de São Paulo que é uma função precursora. É a primeira vez que a Prefeitura de São Paulo tem uma Ouvidoria Geral do Município, que foi instituída por esta Casa, que tem autonomia e independência para desenvolver, da melhor forma possível, o controle da coisa pública, isto é, um órgão de fiscalização, um canal de acesso da população para

Folha nº	0079	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N7 FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.01

SEM REVISÃO

que ela possa fiscalizar, possa conduzir suas demandas, sugestões, reclamações, todas relativas à conduta e à probidade dos servidores públicos municipais. Então, a gente considera que é um órgão bem importante.

O grosso do orçamento previsto é no que diz respeito às dotações relativas à administração da Ouvidoria, porque, basicamente, trabalha com papéis, não é? Mas a Ouvidoria tem também uma função importante, que é uma função propositiva, isto é, a partir do momento em que a Ouvidoria é um canal privilegiado, porque tem os dados, compila os dados e as informações básicas de como estão se portando os servidores públicos municipais, a Ouvidoria Geral do Município tem a função de ser propositiva, isto é, a partir da leitura de todos os dados trazidos ao conhecimento da Ouvidoria, que são investigados pela Ouvidoria, ela pode propor para a Administração Pública a adoção de políticas públicas que sejam preventivas de atos não condizentes com a função pública e, por isso, ela tem um papel importante, e deve funcionar de forma a dar respostas, o mais agilmente possível, aos cidadãos.

Então, na dotação está prevista também a informatização melhor do órgão, e também um Seminário Nacional de Ombudsman da Administração Pública, que a gente está pensando em realizar no exercício seguinte. Então, a gente previu também, na elaboração da peça orçamentária, a possibilidade de alocação de um outro espaço físico - a Ouvidoria atualmente atua no prédio da Procuradoria Geral do Município, num espaço que, talvez, se torne pequeno para as necessidades do órgão. Então, a gente fez uma dotação que também previu a possibilidade de

Folha nº 0080 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N7 FOLHA:3

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.01

SEM REVISÃO

trabalhar com esses novos recursos. Também está prevendo a aquisição de veículos, e a gente gostaria de justificar aqui, perante a Comissão de Finanças e Orçamento...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Qual era a previsão para aquisição de veículos, a senhora pode me dizer? Era essa mesma que foi contemplada no Orçamento?

R - Isso mesmo: R\$110 mil, só que a gente tem um contrato de locação... Estou pedindo a assessoria aqui para a nossa Contadora, ...

P - Fala mais próximo do microfone, por favor, que aqui é muito precário o sistema, senão não grava direito. Obrigado.

R - Dá para ouvir agora, Vereador?

P - Dá.

R - A gente tem um contrato de locação, que vai-se iniciar este ano, de 45 mil reais e, para o ano que vem, a gente está prevendo R\$110 mil reais para aquisição da frota da Ouvidoria, já que a atividade da Ouvidoria é muito *sui generis* - a gente, às vezes, precisa fazer diligências investigativas - e, nesse sentido, seria complicado utilizar um veículo locado, até por causa da exposição, do risco que o veículo estaria sofrendo, por causa das circunstâncias mesmo, da peculiaridade do trabalho investigativo desenvolvido pela Ouvidoria.

P - Antes que a Contadora se pronuncie, a senhora, a Ouvidoria trouxe algum documento da proposta inicial?

R - Trouxemos. A gente fez um cotejamento aqui do que tínhamos previsto inicialmente, do que a Secretaria das Finanças, o Dr. Pólíce (?) encaminhou aqui para a Câmara, através do Secretário das Finanças.

Folha nº 0081 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N7 FOLHA:4

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 18.10.01

SEM REVISÃO

Então, tem um cotejamento aí do que a gente tinha previsto e do que foi encaminhado à Câmara Municipal.

P - (Pausa) Desculpa, Doutora. Prossiga.

Então, a proposta inicial era de 1,521 milhões, e o orçamento proposto de 1.560 milhões.

R - Isso mesmo, já contando com o pessoal, não é?

P - Está OK. Então, com a palavra a Contadora da Ouvidoria, para demonstrar essa compatibilização orçamentária, e fazer os comentários que julgar necessários.

A SRA.

- Bem, na parte de informatização do órgão, distribuímos uma parte para a aquisição de equipamentos, tendo em vista que a Ouvidoria é um órgão novo, e precisaríamos adquirir todos esses equipamentos para adequar à real necessidade.

Então, foi dividido uma parte para a aquisição dos equipamentos de informática, outra parte para serviços, em virtude da nova legislação, da mudança da legislação, e de que a parte de softwares ficou como serviços, não é? Então, por isso, houve essa divisão aqui.

Na parte da Administração, temos uma parte como consumo, material de consumo, outra parte como serviços, onde estão os Seminários de Ombudsman, e a parte de investigação do órgão, que seria nesse elemento 39; no 33, seriam as passagens, parte de viagens aéreas; nesse 37, houve uma discussão da parte técnica com a G.O., na forma de alocar essa despesa, que nós entendemos ser uma despesa

Folha nº 0082 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N7	FOLHA: 5	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 18.10.01	SEM REVISÃO

ligada a pessoal, e eles entendem ser uma despesa ligada à contratação de serviço de vigilância, limpeza, para o caso da mudança de sede.

Esta outra parte, na 32, seria a parte de publicações, ...

(Luiz Carlos)

Folha nº <u>0083</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N8	FOLHA:1	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 18.10.01	SEM REVISÃO

(A SRA.

-)

... Esta outra parte, na 32, seria a parte de publicações, que a Ouvidoria todo ano faz uma publicação de todos os seus trabalhos e distribui aos interessados, gratuitamente.

E esta outra parte, de imobilizado, que seria uma parte de móveis para escritório; depois, a outra parte, que foi dividida na parte de aluguéis da sede da Ouvidoria, que existe a pretensão de alugarmos um local que ficaria bem visível à população, que seria a sede da Ouvidoria. A pretensão é de ser uma casa, para melhor identificação da população. E aí foi aberto em dois elementos, em virtude de a gente não ter certeza se vai ser alocado com pessoa jurídica ou pessoa física. Por isso, na parte de pessoa física, foi colocado um valor simbólico; depois, tem a parte da realização de despesas de pequeno vulto.

Operações e manutenção da frota. Como a gente pretende adquirir uma frota, vamos ter a manutenção dessa frota, não é? Na parte da aquisição da frota, foi colocada uma parte de serviço, porque hoje estamos fazendo uma locação de veículos em que quatro meses do ano vai onerar o orçamento de quatro meses do ano que vem, porque essa locação é para seis meses, para que tenhamos tempo hábil para adquirir os veículos próprios da Ouvidoria.

Depois, tem a parte de energia elétrica, consumo de energia elétrica, água e luz, no caso da mudança de sede, que hoje a gente está na mesma sede da Procuradoria Geral do Município.

Aí, vem a parte de benefícios de funcionários e, por último, a parte de despesa com pessoal.

Folha nº	0084	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N8	FOLHA:2	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 18.10.01	SEM REVISÃO

A parte técnica seria somente essa, Sr. Vereador.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Doutora, queria entender uma coisa, que é o seguinte: na proposta enviada para a Ouvidoria, na Administração Geral, o total é de 327.

R - Isso.

P - Embora seja quase compatível, uma pequena diferença entre o total geral solicitado pela Ouvidoria, 1,521 milhões, e o que a Secretaria conseguiu adequar, 1,560 milhões; na proposta da Secretaria, a Administração Geral aparece com 1,134 milhões...

R - É porque lá está a parte de pessoal também. Eu coloquei a parte de pessoal abaixo, separado, para ficar mais identificado.

P - Tá. E a questão da informatização, que é importante, os senhores haviam solicitado 49 mil, ...

R - Isso.

P - ...E o total... E aqui tem tecnologia de informatização, na rubrica, informatização e informatização do órgão.

R - Exato.

P - E um total de aproximadamente 51 mil reais, é isso?

R - É, foi fornecido 25 mil, não é? Foi proposto para a Câmara, e nós fizemos um orçamento, na época, pelas necessidades da Ouvidoria, que atingiria em torno de 49 mil reais. Mas hoje, se pegarmos a valorização disso tudo, uma nova cotação que fizemos, esse valor de 49 mil já não está adequado à situação atual de hoje, porque o orçamento foi feito em julho; então, já tem uma diferença aí, que teria de ser computada.

P - Correto.

Folha nº 0085 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: N8	FOLHA:3	TAQ.: Luiz Carlos	COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 18.10.01	SEM REVISÃO

Bem, mais algum comentário? Além da informatização, mais alguma questão que a senhora gostaria de ressaltar?

R - (Pausa) Não, não. Seria só isso mesmo.

P - Tem a palavra o Dr. Pólíce.

O SR. PÓLICE (?) - Olha, no caso da Ouvidoria Geral do Município, é praticamente o mesmo caso. O tratamento que foi dado foi o mesmo que o da Secretaria de Relações Internacionais. É uma Secretaria, um órgão orçamentário novo, criado em julho, e nós fizemos, com base nesses três primeiros meses de execução orçamentária, apesar de que a Ouvidoria já vinha tendo suas atividades oficiosamente, vamos dizer, mas tivemos condições de atender algumas reivindicações da Secretaria, no sentido de fazer previsão para, eventualmente, locar imóvel, e entendemos que é um orçamento que atende às necessidades do órgão para o exercício de 2002.

É só isso.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Obrigado, Dr. Pólíce.

Primeiramente, gostaria que (Camilo)

Folha nº	0086	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N09 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

(Vereador Adriano Diogo)

Primeiramente gostaria que a Secretaria Municipal das Relações Internacionais desse um destaque para isso no relatório. Foi integralmente atendida em suas reivindicações, e houve compatibilização integral entre a proposta enviada pela Secretaria e a adequação orçamentária, a Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Solicito que se junte aos autos o documento original da Ouvidoria para efeito de relatório. Solicito à Secretaria da Comissão que junte-se aos autos o documento enviado pela Ouvidoria. Dra. Lígia, representante da Ouvidoria, e Dra. Cibeles, gostariam de fazer algum comentário sobre a proposta da Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico? (Pausa)

A SRA.

- Agradecemos a Comissão de Finanças e Orçamento a oportunidade de poder defender nossa proposta também.

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Muito obrigado. Algum Vereador, algum assessor de Vereador, algum dos nossos convidados gostaria de fazer alguma pergunta, alguma questão de esclarecimento? Digo isso porque infelizmente a Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social não compareceu nem enviou representantes. Do gabinete, compareceu a Sra. Maria de Fátima de Oliveira, porém não com delegação para fazer a apresentação da peça. Como houve desmembramento do gabinete da Sra. Prefeita, da Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social, é uma audiência importante, não vou poder deixar de ouvir esses dois órgãos. Então, esses dois órgãos, gabinete da Sra.

Folha nº	0087	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100 812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N09 FOLHA:2

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

Prefeita e a Secretaria Municipal da Comunicação seriam agendados para uma próxima oportunidade.

Abro a palavra a qualquer um dos convidados, a qualquer um dos assessores, para esclarecimentos, antes do término da sessão. Levanto um aspecto que me deixou preocupado, no pronunciamento do Dr. Pólíce, que é o perdão, uma lei, um projeto de lei que perdoasse as dívidas anteriores do Anhembi. Como essas dívidas foram contraídas de forma duvidosa, e um dia a sociedade, esta Câmara vai investigar, acho temerária qualquer afirmação no sentido do perdão das dívidas do Anhembi, porque um dia haverá justiça, nesta terra, para investigar para onde esse dinheiro foi desviado.

Então, requeiro cautela no trato e no anúncio de um tema tão polêmico como esse.

Tem a palavra o nobre Vereador Goulart.

O SR. GOULART (PMDB) - Bom dia, Sr. Presidente Adriano Diogo, Vereador Atílio Francisco, e representantes das Secretarias Municipais das Finanças e Desenvolvimento Econômico; e das Relações Internacionais; e da Ouvidoria. Apenas faço um comentário, apenas no que diz respeito ao Orçamento do Anhembi. Aprovamos a emenda 150, assinado por mim e pelo Vereador Ricardo Montoro, em nome da Comissão Extraordinária de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia, e teria de haver uma verba específica para o incentivo ao Turismo na Cidade, e isso não foi contemplado no Orçamento. Acho isso de fundamental importância, porque o Turismo proporciona uma arrecadação grande para o Município. Seria de vital importância que fosse contemplado isso, porque há hotéis, redes hoteleiras, na cidade



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N09 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

de São Paulo, que sensibilizados com o trabalho que a Câmara Municipal de São Paulo vem desenvolvendo, que o Conselho Municipal de Turismo vem desenvolvendo, estão promovendo descontos, nos finais de semana, onde todos cidadãos, casais de outras cidades vizinhas que venham assistir uma peça teatral, ou venham, no cinema, na cidade de São Paulo, tenham desconto de 50% nos hotéis, para incentivar o Turismo, a Gastronomia e a Cultura no Município de São Paulo. Então é fundamental que haja, na Peça Orçamentária, uma verba específica para que se divulgue o Turismo na Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Tem a palavra o Sr. José Agnaldo Begni, representante do Anhembi.

O SR. JOSÉ AGNALDO BEGNI - O Anhembi administra o Futur também, e nossa peça orçamentária contempla essa solicitação do nobre Vereador, só que foram destinados somente 300 mil reais para isso. Nosso orçamento inicial era 2,8 milhões de reais para esse destino.

O SR. GOULART (PMDB) - Vamos propor uma emenda. Solicito a sensibilidade do Sr. Presidente e dos membros, o relator, nobre Vereador Adriano Diogo, para que realmente aceite nossa proposta, porque poderíamos fazer, a exemplo do que faz a Embratur, nos vãos internacionais, quando as pessoas vêm ao Brasil, a divulgação, nas aeronaves, como também com pessoas vindas de outros estados. Há uma série de coisas. Faríamos uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Peço ao nobre Vereador Goulart que, caso essa emenda seja feita, fosse dada a origem do recurso, porque como o Orçamento é muito amarrado, poderia haver uma

Folha nº	0089	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N09 FOLHA:4

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

origem compatível, para que pudéssemos fazer essa adequação, que é da maior pertinência.

O SR. GOULART (PMDB) - Até pela coerência que norteia a atual administração, gostaria ter auxílio dos membros do Governo para não propuséssemos nenhuma coisa absurda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Sim, sem dúvida. Correto. Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Norberto, do gabinete do Vereador Roberto Tripoli.

O SR. NORBERTO - Gostaria de fazer (Camilo)

Folha nº <u>0090</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N10 FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

O SR. NORBERTO - Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Pólice. Há uma despesa chamada auxílio-alimentação. Sei que não tem nada a ver com salário, mas tem a ver com o número de pessoas, e como temos valores monetários somente, gostaria de saber qual é o critério, uma vez que se pegarmos, na Ouvidoria, o auxílio-salário corresponde, se não me falha a memória, a 19%; se pegarmos em outro lugar, é 11%; se pegarmos em outro lugar, é 5% dos salários. Se pegarmos, por exemplo, na Secretaria Municipal de Cultura, que não é o caso agora, mas dei apenas um exemplo, é onde há uma folha de salários de 4,3 milhões de reais e auxílio-alimentação de 3,5 milhões. Como podemos dizer que é calculado isso?

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Tem a palavra o Sr. Pólice.

O SR. PÓLICE - O auxílio-refeição, auxílio-alimentação é calculado sobre o número de funcionários da Secretaria pelo número de dias, e pelo valor que é estabelecido em lei. Nas novas Secretarias, como não temos o dado do corpo completo, pode eventualmente haver algumas divergências. Na questão do número do vale, a previsão é bastante próxima à realidade.

O SR. NORBERTO - Desculpe, é bastante próxima?

O SR. PÓLICE - Da realidade. Temos um acompanhamento.

O SR. NORBERTO - Tudo bem, o que me chamou atenção...

O SR. PÓLICE - Por exemplo, na nossa projeção, por exemplo, para o total, até o final do ano, tenho secretaria por secretaria. No mês de outubro, por exemplo, há 22 dias úteis, número de funcionários, valor tal; eu tenho a previsão, e ela costuma ser bem próxima. É

Folha nº 0091 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N10 FOLHA:2

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

evidente que há meses que se concentram mais férias do servidor e ele não recebe, nas férias; há faltas de servidor. Agora, se pegarmos o valor do total da folha, se houver uma Secretaria que só tenha preponderância de pessoal de nível superior, evidentemente o percentual do vale-refeição será muito menor do que numa Secretaria que só haja operacional, praticamente. Isso vai depender do salário médio da Secretaria.

O SR. NORBERTO - Concordo. A única coisa que me chamou atenção, repito, é que, por exemplo, na Secretaria Municipal de Cultura, embora não seja o caso, mas foi o exemplo que me surgiu, e o assunto cabe, se há 3,5 milhões em auxílio-alimentação, e vencimentos de 4,3 milhões, então, está quase bem próximo, no gabinete do Sr. Secretário. Isso que me chamou atenção.

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Entendeu, está esclarecido, Sr. Norberto?

O SR. PÓLICE - Sr. Presidente, vou verificar esse caso específico da cultura, e trarei uma resposta, amanhã talvez. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Está. Não quero que fique nenhuma dúvida residual, porque senão isso vira matéria de jornal, e é um desgaste muito grande.

Alguém mais gostaria de fazer alguma pergunta, algum esclarecimento? (Pausa) Direi uma coisa, de público: "Se o Sr. Secretário e chefes de gabinetes não comparecerem, a partir da semana que vem, vamos analisar se vamos fazer audiência ou não. Outra questão que coloco é que está sendo sugerida uma data para o orçamento

Folha nº 0092 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N10 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

participativo, no sábado, dia 27. Então, a data já está reservada, e estamos tentando conseguir um local.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Bom, até o fim do dia de hoje confirmaremos a possibilidade de usar o plenário e as galerias. Então requeiro à Secretaria da Comissão que entrasse em contato com a Secretaria de Orçamento Participativo, com o Dr. Félix, e todos os representantes que estiveram na audiência pública, para que, caso haja confirmação, façamos com bastante antecedência. Acaba de chegar o presidente da Comissão, Dr. Eliseu Gabriel. Reitero ao Sr. Presidente, que na possibilidade de haver audiência pública, gostaria que todas as assessorias dos Srs. Vereadores que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento, como é um dia muito difícil, de atividades externas, juntamente com outros Vereadores da Casa, interessados na plenária de orçamento participativo, pudessem se reunir no dia 27, às 10 horas da manhã. Vamos tentar usar o plenário maior.

Nobre Vereador Eliseu Gabriel, gostaria de usar a palavra?

- Assume a presidência o Sr. Eliseu Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Somente informo que não pude comparecer hoje, pois tive um compromisso marcado há um mês atrás, e não tinha como estar presente aqui. Caminhou tudo bem, obviamente.

Folha nº	0093	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:N10 FOLHA:4

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:CFO

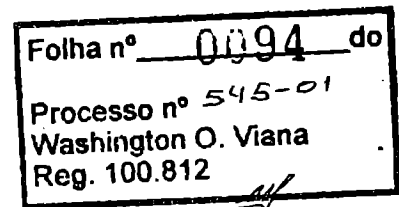
ORADOR:

DATA:18-10-01

SEM REVISÃO

Agradeço a presença de todos. Amanhã haverá mais outra reunião no Anexo G.

Está encerrada esta Comissão.





*Justiça
aos autos
P/ reletos
18/10/01
P. Viana*

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

2002

Folha nº 0095 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

ANHEMBI Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S.A.
Agosto/01



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2002

- Objetivos Sociais da Empresa
- Base Legal da Instituição
- Composição Acionária
- Descrição da Programação de Investimento
- Composição da Diretoria

Folha nº 0096 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2.002

OBJETIVOS SOCIAIS DA EMPRESA

A Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S.A, é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, que tem por objetivo social :

- a) a exploração e locação direta ou indireta de exposições e feiras, convenções, reuniões, espetáculos e amostras, nacionais e internacionais;
- b) a locação de áreas para realização de programas de interesse social;
- c) a construção e exploração direta ou indireta de espaços destinados a estacionamento e garagem;
- d) a construção de toda e qualquer edificação necessária à realização dos objetos da empresa, bem como aquelas destinadas a suas atividades meio ou atividades fim;
- e) locação e concessão de áreas da sede para instalações de atividades inerentes ao funcionamento do "Parque Anhembi";
- f) administração de equipamentos públicos para exploração de publicidade e atividades correlatas às desenvolvidas pela sociedade;
- g) a formulação da política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins, no Município de São Paulo;
- h) a exploração, divulgação e organização de eventos em geral, realizados ou não pela sociedade;

A sociedade poderá participar de outras sociedades como acionista ou quotista.

Folha nº	0097	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

1/4

BASE LEGAL DA INSTITUIÇÃO

A Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S.A é uma sociedade anônima que segue os princípios da Lei no. 6.404/76.

Foi instituída através de assembléia geral em 05/02/68, originalmente de capital autorizado e no decorrer do tempo a Prefeitura Municipal de São Paulo tornou-se acionista majoritária.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA :

ACIONISTAS

Folha nº <u>0098</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812

• Prefeitura Municipal de São Paulo (ON)	75,4336%
• Prefeitura Municipal de São Paulo (PNB)	1,7228%
• Fundo de Apoio CESP – FUNAC (ON)	5,7200%
• Fundo de Apoio CESP - FUNAC (PNB)	1,7228%
• FUNGETUR (ON)	2,3350%
• EMBRATUR (ON)	0,8614%
• EMBRATUR (PNB)	1,7228%
• Diversos (ON)	3,5084%
• Diversos (PNA)	4,2682%
• Diversos (PNB)	2,7049%
Total :	100,0000%

DESCRIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA 2.002

O Plano de Investimentos para 2.002 e o Demonstrativo de Fontes e Usos, contemplam os itens abaixo :

- Modernização (Operação Cartão Postal);
- Estacionamento;
- Instalação de Máquinas e Equipamentos
- Veículos;
- Móveis e Utensílios e
- Outros Imobilizados

- Obras para atendimento ao CONTRU

Obs : Vide demonstrativo anexo " Plano de Investimentos "

Folha nº	0099	do
Processo nº	515-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA :

- Eduardo Sanovicz
Diretor Presidente
- Demétrio Hossne
Diretor Vice - Presidente
- Antonio Augusto do Poço Pereira
Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores
- Rafael Augusto de M. Campos
Diretor Técnico
- Maurício de Araújo
Diretor de Eventos
- Denise Battistini
Diretora de Turismo
- Sérgio Hermes Martello Bacci
Diretor Comercial

São Paulo, agosto de 2.001

Folha nº <u>0100</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Justificativas dos repasses da PMSP

Folha nº	0101	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2.002

JUSTIFICATIVAS

Folha nº	0102	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

- **AUMENTO DE CAPITAL: R\$34.178.900,00**

São os recursos financeiros necessários para o pagamento da Dívida com IPTU, ISS e Empresas Públicas Municipais (SPTrans, EMURB e PRODAM).

- **AUMENTO DE CAPITAL - Plano de Investimentos - R\$5.300.000,00**

Para atender o **Plano de Investimentos 2.002**, com: Modernização (Operação Cartão Postal) - Palácio, Pavilhão, Elis, Polo Cultural e Obras exigidas pelo CONTRU.

- **Eventos : R\$6.000.000,00**

Para atendermos aos diversos Eventos da cidade de São Paulo, solicitados pela Prefeitura, com fornecimento de equipamentos diversos e toda a infra-estrutura necessária.

Esses eventos muitas vezes de pequeno porte, chegam a receber milhares de pessoas dos diversos bairros da cidade.

- **Carnaval Paulistano: R\$6.500.000,00**

É a verba necessária para que o evento Carnaval Paulistano possa ser realizado a contento.

Devido ao número crescente da população da cidade que participa desta festa maravilhosa, no Polo Cultural e, também de turistas vindos de outras regiões e países, necessário se faz que sejam alocados os recursos necessários ao porte deste mega evento que no presente ano (2.001) foi transmitido ao vivo pela TV, para 52 países.

É importante ressaltar que consta no presente orçamento, somente o valor do contrato a ser firmado entre a Prefeitura e a Anhembi, no total de R\$6,5 milhões (Planilha 1).

As subvenções a serem repassadas diretamente da Prefeitura às Entidades Carnavalescas, no total previsto de R\$7.8 milhões (Planilha 2), não constam do presente orçamento da Anhembi.

- **Terminal 25 de Março: R\$ 144.000,00**

Para atender as despesas com limpeza, água, energia e outras, e funcionamento do Terminal Turístico 25 de Março, que é administrado pela Anhembi – Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo.

Nas Propostas Orçamentárias dos anos anteriores nada tem sido aprovado, e as despesas mensais mencionadas acima, têm sido suportadas em sua totalidade pela Empresa.

- **Administração do Futur: R\$156.400,00**

Valor Correspondente a 5% do total a ser gasto com o Fundo Municipal do Turismo, conforme Decreto 32.861 de 21/12/1992, acrescido de 8,65% (ISS/PASEP/COFINS).

- **FUTUR – Fundo Municipal de Turismo: R\$2.878.600,00**

Para a execução dos projetos de fomento ao turismo aprovado nas reuniões do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

São os projetos que já poderiam estar sendo colocados em prática, porém, sem os recursos financeiros aprovados nas Propostas Orçamentárias dos anos anteriores, ficou inviável a execução dos mesmos.

Folha nº	<u>0103</u>	do
Processo nº	<u>545-01</u>	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

Agosto/2001



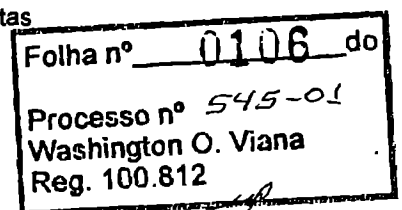
ORÇAMENTO 2002
E
Notas Explicativas

Folha nº 0104 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil	
1. RECEITAS	92.659,0	
1.1. RECEITAS PRÓPRIAS	37.501,1	(A)
1.2. SERVIÇOS PRESTADOS (REPASSES PMSP)	15.679,0	
1.2.1. Eventos Diversos 4.000	6.000,0	(B)
1.2.2. Carnaval 12.550. (5.000 + 7.550)	6.500,0	(C)
1.2.3. Terminal 25 de Março	144,0	(D)
1.2.4. Administração do FUTUR	3.035,0	(E)
1.3. AUMENTO DE CAPITAL (REPASSE PMSP)	39.478,9	
1.3.1. Pagamento de IPTU / ISS	30.666,7	
1.3.2. Plano de Investimentos	5.300,0	(F)
1.3.3. Pagamentos às Empresas Públicas Municipais	3.512,2	
2. DESPESAS	85.047,5	
2. 1. PESSOAL	12.666,4	(G)
2. 2. ENCARGOS	4.727,4	(G)
2. 3. BENEFÍCIOS	2.536,9	(G)
2. 4. TREINAMENTO/IMPLANTAÇÃO DE PCS/INDENIZAÇÕES	424,9	
2. 5. TRIBUTOS	4.172,3	(H)
2. 6. SERVIÇOS PÚBLICOS	5.477,0	
2.6.1. Serviços Públicos - Dívida Anterior (ELETROPAULO)	900,0	
2. 7. FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS	3.540,0	(I)
2. 8. EVENTOS DIVERSOS	3.991,7	(J)
2.9. OUTRAS DESPESAS	1.000,0	(K)
2.10. CARNAVAL	5.189,3	(L)
2.11. FUTUR	2.878,6	
2.12. DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	951,1	(M)
2.13. PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS	1.000,0	
2.14. PAGAMENTO DE IPTU / ISS	30.666,7	(N)
2.15. PAGAMENTOS ÀS EMPRESAS PUB. MUNICIPAIS	3.512,2	(N)
2.16. OUTRAS DÍVIDAS	1.412,9	
3. INVESTIMENTOS	7.611,5	
3.1 MODERNIZAÇÃO (OPERAÇÃO CARTÃO POSTAL)	4.921,0	
3.2 OBRAS PARA ATENDIMENTO AO CONTRU	745,0	
3.3 OUTROS	1.945,5	(O)
RESULTADO (1 - 2 - 3)	0,0	

ORÇAMENTO 2002

- A) - Contratos formalizados - R\$19,6 mi; Estacionamento - R\$10,4 mi; MATEL - R\$1,4 mi; Energia - R\$1,8 mi; Água/Esgoto - R\$1,4 mi; Previsão locação Palácio/Elis - R\$0,6 mi; Novas receitas a serem geradas para investimentos: R\$ 2,3 mi (R\$7,6 - R\$5,3).
- B) - Eventos Diversos
Redução de R\$18 Mi para R\$6 Mi.
- C) - Carnaval
Conforme proposta entregue à SGM
- D) - Terminal 25 de Março
O Valor proposto refere-se a cobertura de despesas com pessoal/água/luz/telefone/mats. consumo.
- E) - Administração do FUTUR - Previsão da DTU -incluindo taxa de administração 5% e impostos
- F) - Aumento de Capital - Plano de Investimentos
Previsão DTE (Operação Cartão Postal e exigências do CONTRU)
- G) - Pessoal/Benefícios/Encargos - Previsão GRH
- H) - Tributos
Calculado sobre as Receitas Próprias (menos estacionamento - R\$ 10,4 Mi) e Aumento de Capital
Sobre as receitas ref. a eventos e estacionamento, é calculado 8,65% e CPMF sobre as despesas totais.
Não estamos considerando os tributos sob a receita do Carnaval, pois os mesmos estão embutidos no valor total proposto para despesas.
- I) - Fornecedores/Prestadores de Serviços
Xerox, Itaú Ações, Seguros, Material de Consumo e Estoque
- J) - Eventos Diversos
Sobre o valor proposto de R\$ 6 Mi, foram excluídos os custos com produção (21,73%) e taxa de Administração (15%)
- K) - Outras Despesas
Tarifas Bancárias, Despesas de Viagens, Honorários Judiciais, Assinatura de revistas
Despesas Judiciais, ressarcimento de danos à veículos
- L) - Carnaval
Conforme proposta encaminhada à SGM
- M) - Débitos Previdenciários
Negociação junto ao INSS, para o parcelamento da dívida, do valor de R\$ 19 Mi (valores de Jul/01) em 240 meses, previstos a partir de 2002.
- N) - Pagamento de IPTU, ISS e Empresas Públicas
IPTU (de 1993 à Jul/01), ISS (Jun/97 à Jul/01) e dívida com Empresas Públicas.
- O) - Dir. Eventos (equip. som, grades e praticáveis) - R\$57 mil; Ger. Tecnologia (Sist.Gerencial - ERP - R\$860 mil; Equip.Informática-R\$360 mil); Dir. Técnica (Equip. Estacionamento-R\$29mil; Compra Veículos-R\$134; MóbUt. - R\$11,6mil; Comunicação Visual - R\$150 mil; Benfeitorias e Reformas - R\$179,4 mil); Vice-Presidência (Equip. Segurança e Veículos - R\$164,5 mil).





- **Comparativo 2000 – 2001 – 2002**
- **Plano de Investimentos - 2002**
- **Carnaval 2002 – Contrato PMSP/Anhembi**
- **Carnaval 2002 – PMSP/Entidades Carnavalescas**
- **Demonstrativo da Dívida Acumulada**
- **Demonstrativo Físico de Pessoal**
- **Demonstrativo da Despesa Total com Pessoal**

Folha nº	0107	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

COMPARATIVO
2.000-2.001-2.002
R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO 2.000 (*)	PREVISTO 2.001 (**)	PREVISTO 2.002 (***)	PREV. - 2.002 X REAL - 2.000	PREV. - 2.002 X PREV. - 2.001
1. RECEITAS	61.112,8	51.728,9	92.659,0	51,6%	79,1%
1.1. RECEITAS PRÓPRIAS	36.349,1	32.022,8	37.501,1	3,2%	17,1%
1.2. SERVIÇOS PRESTADOS (REPASSES PMSP)	17.083,7	18.950,2	15.679,0	-8,2%	-17,3%
1.2.1. Eventos Diversos	7.526,2	4.042,7	6.000,0	-20,3%	48,4%
1.2.2. Carnaval	9.557,5	14.907,5	6.500,0	-32,0%	-56,4%
1.2.3. Terminal 25 de Março	0,0	0,0	144,0	0,0%	0,0%
1.2.4. Administração do FUTUR	0,0	0,0	3.035,0	0,0%	0,0%
1.3. AUMENTO DE CAPITAL (REPASSE PMSP)	7.680,0	755,9	39.478,9	414,0%	5122,8%
1.3.1. Pagamento de IPTU / ISS	0,0	0,0	30.666,7	0,0%	0,0%
1.3.2. Plano de Investimentos	7.680,0	755,9	5.300,0	0,0%	0,0%
1.3.3. Pagamentos às Empresas Pub. Municipais	0,0	0,0	3.512,2	0,0%	0,0%
2. DESPESAS OPERACIONAIS	58.890,1	62.494,4	85.047,5	44,4%	62,0%
2.1. PESSOAL	20.648,3	16.401,4	12.666,4	-38,7%	-22,8%
2.2. ENCARGOS	7.775,1	8.901,2	4.727,4	-39,2%	-46,9%
2.3. BENEFÍCIOS	5.128,6	2.827,2	2.536,9	-50,5%	-10,3%
2.4. TREINAMENTO/IMPLANTAÇÃO DE PCS/INDENIZAÇÕES	0,0	0,0	424,9	0,0%	0,0%
2.5. TRIBUTOS	611,0	1.864,1	4.172,3	582,9%	123,8%
2.6. SERVIÇOS PÚBLICOS	3.440,7	4.211,1	5.477,0	59,2%	30,1%
2.6.1. Serviços Públicos - Dívida Anterior	0,0	0,0	900,0	0,0%	0,0%
2.7. FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS	2.531,0	2.481,8	3.540,0	39,9%	42,6%
2.8. EVENTOS DIVERSOS	3.329,1	2.290,8	3.991,7	19,9%	74,2%
2.9. OUTRAS DESPESAS	1.411,3	2.093,9	1.000,0	-29,1%	-52,2%
2.10. CARNAVAL	10.258,1	11.422,9	5.189,3	-49,4%	-54,6%
2.11. FUTUR	0,0	0,0	2.878,6	0,0%	0,0%
2.12. DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	3.636,8	0,0	951,1	-73,8%	0,0%
2.13. PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS	0,0	0,0	1.000,0	0,0%	0,0%
2.14. PAGAMENTO DE IPTU / ISS	0,0	0,0	30.666,7	0,0%	0,0%
2.15. PAGAMENTOS ÀS EMPRESAS PUB. MUNICIPAIS	0,0	0,0	3.512,2	0,0%	0,0%
2.16. OUTRAS DÍVIDAS	0,0	0,0	1.412,9	0,0%	0,0%
2.17. MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	120,1	0,0	0,0	-100,0%	0,0%
3. INVESTIMENTOS	245,4	1.275,6	7.611,5	3001,7%	496,7%
3.1 MODERNIZAÇÃO (OPERAÇÃO CARTÃO POSTAL)	0,0	700,0	4.921,0	0,0%	603,0%
3.2 OBRAS PARA ATENDIMENTO AO CONTRU	0,0	0,0	745,0	0,0%	0,0%
3.3 OUTROS	245,4	575,6	1.945,5	692,8%	238,0%
(=) RESULTADO (1 - 2 - 3)	1.977,3	-2.041,1	0,0	-	-
(+) SALDO ANTERIOR	63,8	2.041,1	0,0	-	-
(=) SALDO ACUMULADO	2.041,1	0,0	0,0	-	-

Nota :

(*) Realizado de 2.000

(**) Realizado de 2001 até jul/01 e previsto de ago a dez/01

(***) Previsto para 2.002 em julho/01

Folha nº 0108 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

PLANO DE INVESTIMENTOS
2.002

Demonstrativo de Fontes e Usos - R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	Base Agosto 2.001	Origem dos Recursos
1. INVESTIMENTOS	6.866,5	
1.1 Modernização (Operação Cartão Postal)	4.921,0	Aumento de Capital
- Pavilhão / Palácio / Elis / Polo	4.331,0	
- Outros	590,0	
1.2 Estacionamento	29,0	Receitas Próprias
1.3 Instalações / Máquinas e Equipamentos	734,9	Receitas Próprias
1.4 Veículos	134,0	Receitas Próprias
1.5 Móveis e Utensílios	11,6	Receitas Próprias
1.6 Outros	1.036,0	Receitas Próprias
2. OBRAS PARA ATENDIMENTO AO CONTRU (Pavilhão / Palácio / Elis)	745,0	Aumento de Capital (51%) Receitas Próprias (49%)
Total (1 + 2)	7.611,5	

R\$7.611,50 : 70% = Aumento de Capital (Repasse PMSP)
30% = Recursos Próprios da Anhembi

Folha nº 0109 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

CARNAVAL-2.002

DESPESAS COM INFRA ESTRUTURA Planilha 1

	VALORES EM R\$	Análise Vertical (%)
CONTRATO PMSP/ANHEMBI	6.500.000	100,00%
INFRA-ESTRUTURA (Polo e Bairros)	3.326.104	51,17%
SUPORTE OPERACIONAL (POLO)	334.215	5,14%
Mats. De consumo	9.411	0,14%
Divulgação e Publicidade	21.412	0,33%
Servs. De Terceiros	172.943	2,66%
Despesas Diversas	130.449	2,01%
SUPORTE OPERACIONAL (BAIRROS)	91.081	1,40%
Divulgação e Publicidade	2.100	0,03%
Servs. De Terceiros	88.981	1,37%
SUPORTE INSTITUCIONAL	135.956	2,09%
Servs. Públicos (energia, água, telef., etc)	135.956	2,09%
IMPOSTOS	1.301.950	20,03%
INSS (11%)	715.000	11,00%
ISS/PASEP/COFINS (8,65%)	562.250	8,65%
CPMF (0,38%)	24.700	0,38%
SUB - TOTAL	5.189.306	79,84%
LOCAÇÃO DE ÁREAS	656.501	10,10%
PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE	654.193	10,06%
TOTAL	6.500.000	100,00%

GFI-C

Folha nº 0110 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

CARNAVAL - 2.002

SUBVENÇÕES : LIGA / UESP / ABASP E CORTE Planilha 2

	VALORES EM R\$	Análise Vertical (%)
LIGA	4.883.649	62,52%
Subvenção	4.703.649	60,22%
Premiação	180.000	2,30%
UESP	2.635.450	33,74%
Subvenção	2.575.450	32,97%
Premiação	60.000	0,77%
ABASP	130.000	1,66%
CORTE	162.288	2,08%
Eleição Corte 2002 (Concurso)	66.849	0,86%
Premiação da Corte 2002	52.000	0,67%
Apresentação da Corte (Carnaval - Sambódromo)	10.800	0,14%
Apresentação da Corte (Eventos em Geral)	32.640	0,42%
TOTAL	7.811.387	100,00%

GFI-C

Folha nº 0111 do
Processo nº
Washington O. Viana
Reg. 100.812

**DEMONSTRATIVO
DÍVIDA ACUMULADA**

DESCRIÇÃO	TOTAL R\$ (valores ago/00)	TOTAL R\$ (valores jul/01)
INSS - jun/1.997 a jul/2.001	14.672.922,17	19.022.036,90
IPTU - jan/1.993 a jul/2.001	13.449.286,25	15.413.270,86
Contr. Social - 06 e 07/1.992 (parcelamentos)	151.470,54	72.993,84
I.R.P.J. - 06 e 07 /1.992 (parcelamentos)	406.639,16	195.959,25
COFINS - jun/97 a jul/2.001	6.686.178,79	9.272.657,74
ISS - jun/1997 a jul/2.001	8.340.706,17	11.389.432,62
Servs. Públicos Eletropaulo - jan/2.000 a jul/2.001	993.805,07	1.758.845,29
(*) Fornecedores (diversos) - jun/1.984 a jul/2.001	11.117.995,48	8.294.169,06
TOTAL :	55.819.003,63	65.419.365,56

(*) Compõem o item fornecedores: SPTrans, EMURB, PRODAM e Fornecedores Diversos

Folha nº 0112 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

**DEMONSTRATIVO FÍSICO
DE
PESSOAL**

Anos	2.000			2.001			2.002		
Mêses	ADM.	OPER.	TOTAL	ADM.	OPER.	TOTAL	ADM.	OPER.	TOTAL
Jan.	571	288	859	272	194	466	114	283	397
Fev.	585	295	880	274	191	465	114	283	397
Mar.	578	286	864	235	177	412	114	283	397
Abr.	575	307	882	239	176	415	114	283	397
Mai.	575	294	869	220	172	392	114	283	397
Jun.	552	274	826	222	168	390	114	283	397
Jul.	567	252	819	114	283	397	114	283	397
Ago.	585	228	813	114	283	397	114	283	397
Set.	558	258	816	114	283	397	114	283	397
Out.	565	258	823	114	283	397	114	283	397
Nov.	559	257	816	114	283	397	114	283	397
Dez.	467	234	701	114	283	397	114	283	397

Folha nº 0113 do

Processo nº
Washington O. Viana
Reg. 100.812

GFI-C

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA TOTAL
COM PESSOAL**

(Período de jul/00 a jun/01)

Folha nº 0114 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Meses	EM R\$
Jul/00	2.881.754,05
Ago/00	2.916.173,35
Set/00	2.583.409,87
Out/00	2.569.311,10
Nov/00	3.127.168,28
Dez/00	6.725.447,75
Jan/01	3.933.133,58
Fev/01	1.945.634,07
Mar/01	2.736.189,74
Abr/01	1.577.958,10
Mai/01	1.689.980,82
Jun/01	1.522.685,42
TOTAL	34.208.846,13

Nota:

Considerados empregados efetivos, temporários, diretores, estagiários.



FUTUR – Fundo Municipal de Turismo

- **Orçamento 2002**
- **Descrição da planilha Orçamentária**

Folha nº <u>0115</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Fundo Municipal de Turismo -
FUTUR - 2002

Descrição	Observações Memória de cálculo	2002				
		jan a mar	abr a jun	jul a set	out a dez	TOTAL
Material Promocional Básico:						
Mapa turístico	tiragem mensal: 15.000 exemplares Custo unit.: R\$ 0,88	39.600,00	39.600,00	39.600,00	39.600,00	158.400,00
Folder temático: roteiro de compras; roteiro verde; parques de diversão; GLS; centro histórico, museus e arte; esportes, gastronômico; etc. (10 temas)	Custo criação: 5000,00 cada/ Impressão roteiro compras 20.000. Demais títulos: 10.000 Custo unit. Impressão: R\$ 1,00		160.000,00			160.000,00
Folder regional : Regiões da cidade: Norte, Sul, Leste, Oeste, e Central	Custo criação: 5000,00 cada/ Impressão: 10.000 cada a R\$ 1,00 a unidade.			100.000,00		100.000,00
Calendário Eventos da Cidade		10.000,00		10.000,00		20.000,00
Subtotal		49.600,00	199.600,00	149.600,00	39.600,00	438.400,00
Material Promocional Especial						
Catálogo da cidade		50.000,00				50.000,00
Produção de vídeo promocional-Turismo		140.000,00				140.000,00
Reprodução vídeo em Português: 100 cópias		3.000,00				3.000,00
Reprodução do vídeo em Inglês: 300 cópias		9.000,00				9.000,00
Reprodução do vídeo em Espanhol: 50 cópias		1.500,00				1.500,00
Reprodução do vídeo em francês, alemão, italiano, japonês, árabe, hebraico: 30 cópias de cada		5.400,00				5.400,00
Subtotal		208.900,00				208.900,00
Campanhas Promocionais Especiais:						
Camaval: produção de vídeo e folder				50.000,00		50.000,00
Fórmula 1: folheteria c/ informes		10.000,00				10.000,00
Semana GLTB: Folheteria e catálogos			35.000,00			35.000,00
Semanas étnicas: colônias portuguesa, italiana, japonesa, judaica, etc.		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
Subtotal		35.000,00	60.000,00	75.000,00	25.000,00	195.000,00
Souvenirs e Brindes						
Sacolas p/ feiras e para abastecimento de materiais	sacola plásticas com estampa. 10.000 UNID./R\$ 1,00/UNIID	10.000,00				10.000,00
Canetas	10 mil canetas/R\$ 0,80		8.000,00		8.000,00	16.000,00
Bonés	5.000 bonés c/estampa/R\$ 4,00 unidade			20.000,00		20.000,00
Camisetas	2.000 p/período	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Cartões Postais	5.000 p/período		5.000,00	5.000,00		10.000,00
Brindes especiais para autoridades e vip's	100 brindes/30,00 unidade		3.000,00			3.000,00
Subtotal		30.000,00	36.000,00	45.000,00	28.000,00	139.000,00

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Folha nº 011000



Fundo Municipal de Turismo -
FUTUR - 2002

anhembi

	Observações	2002				
Descrição	Memória de cálculo	jan a mar	abr a jun	jul a set	out a dez	TOTAL
Participação em Feiras						
EIBTM -Suíça	Despesas de viagem e compra de espaço		42.000,00			42.000,00
BRITE- RJ	Despesas de viagem e compra de espaço		35.000,00			35.000,00
ABAV-DF/SP	Despesas de viagem e compra de espaço			96.000,00		96.000,00
FIT -Buenos Aires- Argentina	Despesas de viagem e compra de espaço				30.000,00	30.000,00
WTM- Londres	Despesas de viagem e compra de espaço				64.200,00	64.200,00
FITUR-Madri -Espanha	Despesas de viagem e compra de espaço	64.200,00				64.200,00
NBTA -EUA	Despesas de viagem e compra de espaço			57.600,00		57.600,00
FESTIVAL DE TURISMO DE GRAMADO	Despesas de viagem e compra de espaço				42.000,00	42.000,00
IAA - Frankfurt - Alemanha (Automóveis)	Despesas de viagem, sem compra de espaço			11.600,00		11.600,00
GDS - Dusseldorf - Alemanha (Couro)	Despesas de viagem, sem compra de espaço			11.300,00		11.300,00
WORLDWIDEFOOD - Chicago - EUA (Alimentos)	Despesas de viagem, sem compra de espaço				11.300,00	11.300,00
K - Dusseldorf - Alemanha (Plástico)	Despesas de viagem, sem compra de espaço				11.300,00	11.300,00
SHOPA - Miami - EUA (Material Escolar)	Despesas de viagem, sem compra de espaço				8.800,00	8.800,00
Subtotal		64.200,00	77.000,00	176.500,00	167.600,00	485.300,00

CITS- Centrais de Informação Turística						
Melhoria das Cabines	reforma, manutenção e/ou instalações		150.000,00	100.000,00		250.000,00
Uniformização dos Atendentes	40 atendentes		7.500,00			7.500,00
Cit's Móveis	Compra de balcões			2.500,00		2.500,00
Locação do Espaço	Locação de espaços nos aeroportos: 2.000,00 por ponto	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	72.000,00
Subtotal		18.000,00	175.500,00	120.500,00	18.000,00	332.000,00

Roteiros Turísticos						
Roteiros Turísticos de ônibus pela cidade	2 roteiros com 02 ônibus por dia, de 3ª a domingo	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
Subtotal		120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812
Folha nº 0117 do



Fundo Municipal de Turismo -
FUTUR - 2002

Descrição	Observações	2002				
	Memória de cálculo	jan a mar	abr a jun	jul a set	out a dez	TOTAL
Banco de Imagens						
Tratamento de Imagens		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Renovação e atualização do acervo		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Subtotal		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
SITE						
Compra de banners		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Contratação de serviços técnicos especiais		17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	70.000,00
Subtotal		27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	110.000,00
Captação de Eventos						
Produção de Vídeo			50.000,00			50.000,00
FAM TRIPS		9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	36.000,00
Workshops		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
Subtotal		15.000,00	65.000,00	15.000,00	15.000,00	110.000,00
Pesquisa de Dados e Estatísticas						
Contratação de Consultoria para realização de Pesquisa				80.000,00		80.000,00
Editoração de caderno estatísticas (20 páginas, 5000 exemplares)				35.000,00		35.000,00
Editoração do livreto "Conta Satélite" (50 páginas, 500 exemplares)				25.000,00		25.000,00
Subtotal				140.000,00		140.000,00
Comunicação e Mídia						
Anúncio em revistas e cadernos especializados:						
Anúncio em revistas e cadernos		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Subtotal		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Assessoria de Imprensa em destinos de Interesse:						
Contratação de Assessoria de Imprensa		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
Subtotal		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
Total Geral		628.200,00	820.600,00	929.100,00	500.700,00	2.878.600,00

Folha nº 0118 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Material promocional básico:

Mapa turístico da cidade:

- Planta básica do quadrilátero turístico da cidade e informações gerais de interesse do turista.
- Demanda mensal: 15.000 exemplares. Distribuído principalmente nas centrais de informações turísticas, em eventos e solicitações especiais.

"Folder" temático:

Para distribuição em eventos na cidade e eventos em que o Anhembi participe representando a cidade, trata-se de uma coleção de "folders" que mostram a cidade segundo temas de interesse:

- Compras
- Esportes
- Gastronomia
- Parques de diversão e parques temáticos
- Parques e áreas verde
- Museus e artes
- GLS
- Centro Antigo
- Etnias
- Arte tumular
- etc. (10 temas)

Folha nº <u>0119</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812

"Folder" regional:

Apresenta o que há de melhor em cada uma das regiões da cidade: Norte, Sul, Leste, Oeste, e Central como por exemplo o que visitar, onde comer, onde comprar, equipamentos turísticos, etc.

Calendário de Eventos da cidade:

É uma publicação anual que traz todo o calendário de feiras, congressos, seminários e eventos populares de interesse turístico que ocorrem na cidade.

Material promocional especial

Catálogo da cidade

Uma publicação mais sofisticada, com informações socio-econômicas, históricas, culturais e turísticas da cidade. Normalmente é distribuída em situações especiais e para formadores de opinião ou pessoas com poder de decisão de compra do destino turístico.

Produção de vídeo promocional

O vídeo turístico da cidade de aproximadamente 7' a 10' mostra as características da cidade e seus principais atrativos turísticos. É editado em 9 línguas:

Português: 100 cópias

Inglês: 300 cópias

Espanhol: 50 cópias

Francês, Alemão, Italiano, Japonês, Árabe, Hebraico: 30 cópias de cada

Campanhas Promocionais especiais:

Trata-se campanhas especiais em torno de eventos ou acontecimentos envolvendo grande volume de público e com forte apelo turístico:

- Carnaval
- Fórmula 1
- Semana GLTB
- Festivais étnicos, explorando a diversidade cultural dos diversos povos, promovendo a gastronomia e atrações de cada uma das colônias presentes na cidade: portuguesa, italiana, japonesa, judaica, etc.

Souvenires e Brindes

Para distribuição em eventos na cidade e eventos em que o Anhembi participe representando a cidade:

sacolas p/ feiras e para abastecimento de materiais

- Canetas
- Bonés
- Camisetas
- Cartões Postais
- Brindes alusivos à cidade de São Paulo para homenagear vip's e autoridades em ocasiões especiais.

Folha nº <u>0120</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Participação em feiras

A participação em feiras do Segmento de Turismo é uma das principais ferramentas de promoção da Cidade. Destacamos entre as diversas feiras, a participação nas principais:

FITUR- Madri – Espanha – mês de realização: janeiro

Considerado um dos mais importantes da indústria de turismo mundial, recebendo mais de 103.000 visitantes e mais de 5.000 profissionais da imprensa mundial.

EIBTM – Genebra - Suíça – mês de realização : maio

Trata-se da maior feira de turismo de negócios e incentivo.

BRITE – RJ – RJ – Brasil – mês de realização: maio

Roda de negócios e feira do "destino Brasil" para agências e operadoras do mundo todo.

NBTA – Atlanta – Georgia – EUA – mês de realização: agosto

O National Business Travel Association Annual Convention and Exposition é o evento da entidade oficial dos profissionais de turismo dos EUA e movimenta mais de 5000 profissionais de agências e operadoras de turismo, cias aéreas e serviços turísticos.

ABAV – mês de realização : setembro

Em 2001 ocorre em Brasília DF, em 2002 ocorre em Recife - PE.

É o maior evento de Turismo do Brasil, e movimenta aproximadamente 10 mil pessoas, entre profissionais dos setores de agências de viagens, cias. aéreas, hotelaria e imprensa especializada.

FIT - Buenos Aires- Argentina – mês de realização: outubro

A FIT- Feira Internacional de Turismo é uma das maiores Feiras de Turismo da América Latina, e movimenta aproximadamente 13.800 mil pessoas, entre profissionais dos setores de agências de viagens, companhias aéreas, hotelaria e imprensa especializada, de todo o Mercosul e demais países.

WTM – Londres – Inglaterra – mês de realização: novembro

A WTM – World Travel Mart movimenta aproximadamente 23.000 pessoas, vindas de 158 países, sendo que aproximadamente 2.300 são profissionais de mídia especializada. É considerada por muitos profissionais como o maior fórum global da indústria de turismo.

Folha nº	0121	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812	374/	

FESTIVAL DE TURISMO DE GRAMADO – Gramado – RS – mês de realização: novembro

Uma importante e bem sucedido festival de turismo. Ótima oportunidade para se expor a cidade ao trade turístico.

IAA – Frankfurt – Alemanha – mês de realização: setembro

A principal feira de automóveis do mundo, correspondente ao Salão do Automóvel de São Paulo.

GDS – Dusseldorf – Alemanha – mês de realização: setembro

A principal feira de couro do mundo, correspondente a Couromodas realizada em São Paulo.

WORLDWIDEFOOD – Chicago – EUA – mês de realização: outubro

A principal feira de alimentos do mundo, correspondente a Fispal realizada em São Paulo.

K – Dusseldorf – Alemanha – mês de realização: novembro

A principal feira de plástico do mundo, correspondente a Brasilplast realizada em São Paulo.

SHOPA – Miami – EUA – mês de realização: novembro

A principal feira de material escolar do mundo, correspondente a Escolar realizada em São Paulo

Folha nº	0122	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

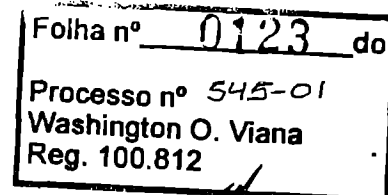
CIT's- Centrais de Informação Turística

O serviço de informação ao turista é uma ferramenta básica da cidade para cativar o visitante e contribuir para que o mesmo usufrua de toda a gama de atrações e oportunidades que a cidade oferece.

Para essa atividade, pretendemos disponibilizar 12 (doze) CIT's - Centrais de Informação Turística e uma equipe móvel que, uniformizada, deverá estar presente nos principais eventos da cidade, como feiras, congressos, exposições, shows, parques, festividades e mostras, (ex.: Mostra Internacional de Cinema, Bienal, etc).

As CIT's deverão estar situadas nos seguintes pontos da cidade:

- Praça da República
- Av. Paulista
- Av. São Luís
- Av. Faria Lima - Iguatemi
- Parque do Ibirapuera
- Jardim da Luz
- Aeroporto de Guarulhos - Terminal 1
- Aeroporto de Guarulhos - Terminal 2
- Aeroporto de Congonhas
- Terminal Rodoviário do Tietê
- Terminal Rodoviário da Barra Funda
- Terminal Rodoviário do Jabaquara



Roteiros Turísticos

Tem como objetivo disponibilizar ao público roteiros turísticos, que possibilitem a visitação aos principais equipamentos e pontos de interesse turístico existentes na cidade.

Esses roteiros serão percorridos no formato de "Roteiros Circulares", e caracterizam-se por percorrerem um percurso pré-definido na forma de circular. Os ônibus sairão do ponto de partida a cada 90 minutos, com a presença de um "informador" turístico que vai apresentando cada ponto turístico. O turista pode descer no ponto de seu interesse, visitar o equipamento ou ponto turístico e embarcar novamente no próximo ônibus para prosseguir o passeio, com um único ingresso, desde que no mesmo dia.

Folha nº	0124	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

Serão estruturados da seguinte forma:

- De terça a sexta feira: 2 roteiros com os temas histórico-cultural e compras;
- Sábados e domingos: 2 roteiros com os temas histórico-cultural e lazer.

Vale ressaltar que esses roteiros têm uma demanda diária de turistas que os procuram em todas as CIT's - Centrais de Informação Turística, inclusive nas do Aeroporto.

Banco de Imagens

O Anhembi possui um acervo com aproximadamente 2.000 cromos com imagens de pontos turísticos da cidade, equipamentos, ruas e avenidas, fachadas de hotéis, monumentos, eventos, festividades, feiras, etc.

Pretende-se realizar a atualização do acervo, contratando serviços de produção de novas imagens, inclusive aéreas, bem como o tratamento e a digitalização para disponibilização eletrônica das mesmas.

Site

O Anhembi está lançando o Site "Cidade de São Paulo", um portal reunindo informações de interesse turístico da cidade: dados estatísticos, atrações, equipamentos, serviços, telefones e endereços, etc.

Captação de Eventos

A captação de eventos de grande porte para a cidade, como feiras, congressos e convenções é realizada por um comitê permanentes composto pelo Anhembi, órgão oficial, pela UBRAFE - União Brasileira de Feiras, pelo São Paulo Convention e Visitors Bureau e pela ABEOC - Associação Brasileira de Empresas de Eventos.

O material promocional necessário para esta atividade compreende:

- a produção de um vídeo especificamente produzido para a captação, mostrando os principais equipamentos e a infraestrutura existente na cidade para a realização de eventos de grande porte;

Folha nº <u>0125</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812

- "Folder" de apresentação do Comitê.
- "Fam Trips" mensais, recepção de grupos de organizadores de eventos
- Workshops mensais para organizadores de eventos e pessoas com poder de decisão para a realização de eventos

Pesquisa de Dados e Estatísticas

É uma coordenadoria voltada para a realização de estudos, a formatação e a disponibilização de informação e de dados estatísticos da cidade, envolvendo:

- Contratação de Consultoria para realização de Pesquisas
- Editoração de caderno de estatísticas (20 páginas, 5000 exemplares)
- Editoração do livreto "Conta Satélite" (50 páginas, 500 exemplares)

Comunicação e Mídia

Anúncio em revistas e cadernos especializados:

Para divulgação dos espaços do Anhembi visando como público alvo executivos com poder de decisão quanto a locais para a realização e organização de eventos, revistas de entidades de classe, tais como de médicos, engenheiros, científicas, etc.

Assessoria de Imprensa em destinos de interesse:

Realização de assessoria de imprensa em cidades brasileiras para a divulgação de campanhas e promoções da cidade.

Realização de assessoria de imprensa em destinos internacionais de interesse, principalmente naqueles onde haja maior sinergia, como por exemplo os representados por colônias na cidade, como portuguesa, italiana, etc. e América do Sul.

Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 17 de outubro de 2001.

Senhor Presidente

Conforme requerido na reunião técnica referente a discussão do Projeto de Lei do Orçamento de 2002 realizada na data de 17 de outubro de 2001, venho com respeito solicitar:

- 1) a expedição de ofício à Presidência da Câmara Municipal de São Paulo para que este órgão forneça a esta Comissão proposta orçamentária detalhada discriminando:
 - a) os custos da Câmara Municipal em geral, e individualizadamente os custos dos gabinetes de Vereadores, custos do pessoal fixo e outras despesas.
 - b) os custos da manutenção da frota de veículos e da possível aquisição de nova frota.
 - c) despesas do item equipamentos e materiais permanentes especificando custos de manutenção dos equipamentos de informática (serviço prestado pela PRODAM detalhando a forma de pagamento) e aquisição de novos equipamentos.
- 2) a expedição de ofício à Presidência da Câmara Municipal para que um membro designado pela Mesa Diretora acompanhe nova reunião técnica que analisará os dados solicitados no item 1 deste requerimento.
- 3) a expedição de ofício aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Presidente Vicente Cândido e ao Relator Gilson Barreto, para que compareçam em reunião técnica desta Comissão a ser designada por

Folha nº	0126	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

esta Presidência para discutir o PL 509/01 da Mesa Diretora que prevê a reorganização e funcionamento do TCM.

Atenciosamente,

Adriano Diogo
Adriano Diogo
Relator do Projeto de Lei do Orçamento

]

Ilustríssimo Senhor

Eliseu Gabriel

DD. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo.

Nesta

*Defino, em termos,
com exatidão, digo exatidão,
o item 03*

Folha nº	0127	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

18/10/01 - 10 HORAS - Salão Nobre - 2ª Reunião Técnica - Proposta Orçamentaria 2002 e Plano Plurianual 2002/2005 da Comissão de Finanças e Orçamento

PRESENTES

NOME LEGÍVEL

ENTIDADE / TELEFONE / GAB. VEREADOR

Hans Dieter Temp	SMRI	33159077 R.2524
Elio Esteves Junior	Lab. Ver. Wladimir	
Ursula Dias Peres	Secret. Finanças	
Hilmar L. N. Miranda	Secret. Com. Soc.	33159077 N.2198
Carla Potenza Ziani	SMCIS	33159077 R.2326
Edi. Maria de Ruck Acosta	Ouvidoria Geral	31050741
IVAN RABELO	GAB. VEREADOR	RICARDO MONTORO
OSVALDO CANDOSO	"	"
ME INÊS JACOTE	"	"
Frederico de L. Costa	"	Elisen Gabriel
Paulo J. Costa	"	Rogério
Noelberto A. BATISTA	38º SSP.	Roberto Tripoli
CARLOS EDUARDO G. BARBOSA	GABINETE VER.	MARCOS ZERBINI
DAISI A. BARRETTA	SGM	
Ligia Daher Gorgelues	Ouvidoria Gerl	31052112
Pracema de Jesus	CEOP	33159077 2198



Câmara Municipal de São Paulo

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

3ª REUNIÃO TÉCNICA Proposta Orçamentaria 2002 Plano Plurianual 2002/2005

19 DE OUTUBRO DE 2001
10 HORAS - Anexo G

LISTA DE PRESENÇA DOS SENHORES VEREADORES

ADRIANO DIOGO	<i>Adriano Diogo</i>
AUGUSTO CAMPOS	
BISPO ATÍLIO FRANCISCO	<i>Atílio Francisco</i>
ELISEU GABRIEL	<i>Eliseu Gabriel</i>
ITALO CARDOSO	
MILTON LEITE	
RICARDO MONTORO	
VIVIANI FERRAZ	
WADIH MUTRAN	

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.

Eliseu Gabriel
ELISEU GABRIEL
Presidente

Folha nº	0129	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

MEMBROS: ELISEU GABRIEL - PRESIDENTE
WADIH MUTRAN
AUGUSTO CAMPOS
ÍTALO CARDOSO
RICARDO MONTORO
MILTON LEITE
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
ADRIANO DIOGO
ATILIO FRANCISCO

**REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO, EM 19 DE OUTUBRO DE 2001.**

Folha nº 0130 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

4803



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T01 FOLHA:1

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Vamos iniciar a reunião técnica para a proposta orçamentária de 2002. Eu chamaria o representante do Secretário de Finanças, Dr. Police, para fazer parte da mesa, a Secretária Municipal de Planejamento, a Secretaria através do seu Diretor de Projeto, Dr. José Magalhães, Dr. Marcos Scarpi, representando a Secretaria de Negócios Jurídicos. Temos a presença do Vereador Adriano Diogo, relator.

Pediria que o Dr. Police fizesse uma rápida explanação.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu gostaria de fazer um requerimento de solicitação ao Sr. Presidente, que antes do Dr. Police se posicionar, que a Secretaria apresentasse o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Tem a palavra o Dr. Police, representando, neste momento, a Secretaria de Finanças, quando vai falar sobre questão da própria Secretaria de Finanças.

O SR. POLICE - O orçamento da Secretaria das Finanças se aproxima muito à execução orçamentária do presente exercício. Como ponto alto do orçamento temos que destacar a alocação de recursos para o programa de modernização da administração tributária, o PIMAT, que contará com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, já com todas as tratativas junto ao Senado Federal e junto aos órgãos federais para a contratação desse programa. Nós também alocaremos recursos próprios da Prefeitura para dar andamento a, talvez, o programa mais importante que não os programas sociais e programas de obras da Prefeitura. Essa modernização da administração tributária é algo que vem sendo reclamado há muito tempo e o Secretário João Sayad encampou a idéia e neste ano nós desenvolvemos todo projeto, que foi e

Folha nº 0131 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T01 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

está sendo analisado pelos técnicos do BNDS em fase bastante avançada. Há condições de contratação já neste ano, com o início de desembolso no início do ano que vem.

Paralelamente na Secretaria das Finanças estamos trabalhando na implantação de um programa novo de informatização na área contábil, financeira e orçamentária, que também vimos a necessidade de alterar o atual programa SEO, que não conversa com o nosso sistema financeiro e temos também grandes dificuldades na questão de fazer uma compatibilização com o sistema de pessoal. Então entendemos que neste final de ano e começo do ano que vem teríamos condições de implantar um novo programa de contabilidade, de orçamento e de finanças. Então a Secretaria das Finanças está procurando neste primeiro ano e, conseqüentemente, no ano que vem dando continuidade às ações deste primeiro exercício, é realmente dar todas as condições de uma melhoria quer na questão administrativa, quer na questão de informática para dar suporte a todas as outras Secretarias. É uma Secretaria meio e que esse é o grande ponto que estamos apontando em relação ao orçamento do ano que vem.

Gostaríamos de consignar também que estamos desenvolvendo, através de parceria, um trabalho referente à possibilidade de implantação na área pública do orçamento matricial que é desenvolvido nas empresas privadas pela Fundação de Desenvolvimento Gerencial, que já está prestando esse serviço neste e entendemos que, talvez, para o ano que vem tenhamos condições de aplicá-lo na questão do acompanhamento da execução orçamentária, com o objetivo principal de redução de custos nas ações da Prefeitura do Município de São Paulo.

Folha nº 0132 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T01 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

Em linhas gerais é isso que gostaria de apontar como os pontos mais importante das proposta orçamentária da Secretaria das Finanças.

O SR. ADRIANIO DIOGO (PT) (Pela ordem) - Dr. Police, aqui na rubrica 04129, depois 1290125, que diz respeito à administração de receitas, atualização e confecção, encadernação do MOC, eu apresentei um projeto de lei propondo a organização de um novo MOC, não só das áreas tributáveis, como das áreas públicas, projeto está em fase final, está indo para a aprovação. Estou surpreendido com essa quantia irrisória de cem mil reais. Como o último MOC tem mais de 30 anos e eu tenho me debatido, tenho tentado junto à Prefeitura, em diferentes órgãos, Prodam, introduzir a digitalização dos dados tributários, o geo processamento, enfim, toda uma modernização desse tipo de tributos, eu queria saber por que a própria Secretaria de Finanças destina uma quantia tão irrisória, para não usar outro adjetivo mais forte, para uma coisa que é tão importante no capítulo da elisão fiscal.

O SR. POLICE - Vereador, eu tenho impressão que a vontade, e aí é certeza, não é impressão, nossa era atender a todas as demandas e principalmente projetos como esse que o senhor acaba de apontar. Nós mantivemos esse item orçamentária com uma dotação quase que simbólica porque parte de uma eventual, vamos dizer, dentro do programa de modernização de organização tributária existem recursos que poderão ser destinados à confecção tanto desses mapas, quanto eventualmente de toda questão do sistema geo referenciado de informações. Então há possibilidade dentro do programa de modernização da administração

Folha nº 0133 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T01 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

tributária de ser alocados recursos, ou seja, contemplar essa área que o senhor está se referindo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu considero essa resposta, como todas que tem vindo da Secretaria de Finanças ao longo desses 12 anos insuficientes, não me conformo, vou continuar lutando para que haja uma informatização dos dados da parte tributável das áreas públicas. Não é possível que a cidade continue com a essa situação de áreas públicas, o Departamento de Patrimônio da Prefeitura é absolutamente primitivo, não tem nenhuma condição de fazer a guarda, isso representa uma perda, não concordo que a cidade não tenha os dados informatizados, o processo de aprovação de loteamentos e desmembramentos do imposto em glebas leva a uma elisão fiscal e acredito que só o SEO não é suficiente para ter um controle orçamentário.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Dr. Police, tem a palavra.

O SR. POLICE - Eu concordo com o Vereador, que realmente nós estamos muito atrasados nessa área. Tenho impressão que os três tópicos que há cinco minutos apresentei, de ações da Secretaria das Finanças em relação ao programa de modernização da administração tributária, ao novo programa de contabilidade, finanças e orçamento e ao orçamento matricial demonstra da nossa parte interesse total e estamos colocando como prioridade a informatização da Prefeitura como um todo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) (Pela ordem) - Quero deixar claro nesta exposição que qualquer recursos suplementar que ainda possa ser

Folha nº 0134 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T01 FOLHA:5

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

deslocado de outra área para essa área eu defendo que haja uma transferência de recursos para que haja uma instrumentalização desse serviço.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Dr. Police, eu queria fazer uma pergunta ao senhor. O senhor falou que está havendo um grande esforço para a informatização dos órgãos da Prefeitura. O senhor teria uma noção de ordem de grandeza de quanto estaria sendo investido diretamente nessa questão da informática? No geral, no tamanho, quantos milhões ou bilhões de reais?

O SR. POLICE - Olha, eu tenho impressão que para o ano que vem, entre todas as Secretarias, o aumento de capital da Prodam isso deve girar em torno de 30 a 40 milhões de reais, excluindo daí os recursos de modernização da administração tributária.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Eu queria fazer um comentário com o senhor. Quando fizemos um trabalho no Fórum do Tribunal de Contas do Município, não a CPI, o Fórum, uma coisa que se constatou, foi falado e chegou-se à conclusão, inclusive no relatório do qual eu fui o relator, é que um dos grandes problemas da fiscalização e do controle dos órgãos públicos e que não existe quase nenhum tipo de controle interno, ou seja, os dados para se fazer os estudos, para se fazer auditoria, digamos assim, são completamente desestruturados, ou seja, não existe uma estruturação das informações.

Então entendo que esse deveria ser um objetivo bastante importante, especialmente na Secretaria de Finanças para se ordene e se controle internamente os órgãos da Prefeitura, para que depois o Tribunal de Contas, enfim, possa ter até mais condições de controle.

Folha nº 0135 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T01 FOLHA:6

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO:Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

Uma informação interessante, também, Dr. Police, é que quase 80% do tempo gasto nos trabalhos de auditoria do Tribunal de Contas, veja, de 70% as 80%, é gasto na obtenção dos dados. Não sei se não seria um momento oportuno já, o senhor falou em 40 milhões, é claro que isso é uma ordem de grandeza importante, mas se a gente pensar de computador pessoal essa quantia já não é uma quantia tão significativa quanto se poderia prever, num orçamento de quase dez bilhões a gente colocar quatro milhões, que deve ser 0,4% do orçamento. Por favor, um comentário do senhor, se possível.

O Sr. Police -

Folha nº	0136	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T03 FOLHA:1

TAQ.: Regina

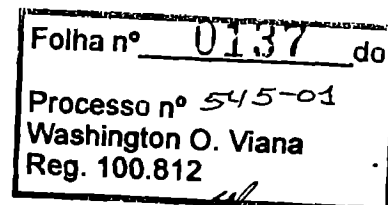
COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

O SR. POLICE - Sim, veja bem, tem esses 40 e temos mais 40 milhões do Pimat(?). Evidentemente, não estou computando os serviços e a análise de informática da Prodam, que esse já é um contrato em andamento. Esses 80 milhões são recursos novos que ao se comparar com a situação de hoje, em que não estava previsto absolutamente nada, estamos hoje avançando no seguinte: está prestes a ser publicado um edital de cerca de 90 milhões na área da Educação. Ou seja, o que estou falando, de 40 milhões, são recursos que não eram alocados e que hoje tivemos o cuidado de alocar, e isso fora o programa de modernização de Administração Tributária. Concordo plenamente que essa questão do controle interno, a verdade é que na Prefeitura do Município de São Paulo o controle interno acabou não sendo, não foi operacionalizado como deveria ser pelas três áreas da Secretária das Finanças. A Assessoria Geral do Orçamento, da qual sou assessor chefe, e é muito desagradável eu mesmo confessar que não conseguimos, junto com o Departamento da Contadoria e Auditoria, implantar um sistema, como deveria funcionar um sistema de controle interno. Concordo plenamente que o próprio Tribunal de Contas, quando precisa de uma informação perde muito e muito tempo, mas isso é coisa que o próprio sistema hoje, que nós estamos trabalhando para alteração do sistema de orçamento, contabilidade e finanças, já tem um modo de controle interno que vai nos permitir avançar muito em relação ao que estamos fazendo hoje.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T03 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

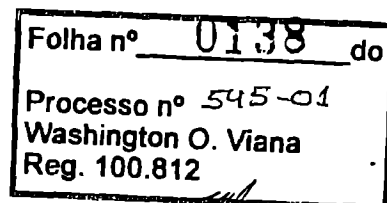
DATA: 19-10

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE(Eliseu Gabriel - PDT) - Queria anunciar a presença da Dra. Ilza Regina de Felipe, que está na Mesa, Chefe de Gabinete da Secretaria dos Negócio Jurídicos. Tem a palavra o Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Queria fazer uma pergunta para a Secretaria de Finanças. Dr. Police, no exercício de 2000 o serviço da dívida pública, contratos internos e externos e financiamentos, o empenhado foi 474.974.497 milhões; para 2001 as dotações atualizadas, a dotação foi 942 milhões, e empenhado até 30/09, 936.597; e para 2002 a previsão é 1,18 bilhão. Queria que o senhor fizesse um comentário, se até dia 30/09 foram consumidos 936, qual é a previsão, vai encerrar com 942? E também comentar a proposta de 2002, se esse dinheiro, 1,18 bilhão vai ser suficiente para honrar esses compromissos? Quanto ao pagamento dos precatórios, é uma questão que tanto abrange a Secretaria dos Negócios Jurídicos quanto a de Finanças, houve no exercício 2000 empenho de 8 milhões, em 2001 dotações atualizadas de 303, foi pago 50 milhões, e na proposta para 2002, 255 milhões. Queria entender por que em 2000 foi tão pouco, e por que houve uma dotação grande para 2001 e se pagou fração reduzida? E que comentasse a proposta para 2002.

O SR. PRESIDENTE(Eliseu Gabriel - PDT) - Antes de passar a palavra para o Dr. Police, queria anunciar a presença do nobre Vereador Bispo Atílio fazendo parte da Mesa. Tem a palavra o Dr. Police.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T03 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

O SR. POLICE - Bom, no tocante ao serviço da dívida, no ano 2000, em maio mais ou menos, a Prefeitura assinou com a União o contrato de refinanciamento da dívida. No contrato de refinanciamento da dívida, o ano em que se dá a assinatura do contrato é um ano, vamos dizer, benéfico para a Prefeitura em relação aos 13% da receita líquida real. Basicamente é uma coisa da ordem de 90% da receita corrente da Prefeitura, dessa receita líquida real. Com isso, a aplicação do contrato de refinanciamento no exercício de 2000 levou a uma necessidade de pagamento da ordem de 450 milhões, que é o número que o senhor acabou de falar. Apesar de que na administração passada uma amortização que deveria ter sido feita em dezembro não foi feita, e tivemos de pagar nos primeiros dias de janeiro, coisa da ordem de 60 milhões de reais. Neste exercício de 2001, o que está empenhado é a previsão até o final do exercício. Teremos provavelmente de suplementar em cerca de 20 milhões as dotações para os encargos da dívida externa, em função da elevação do dólar. Então deveremos fechar o exercício com pagamentos da ordem de 1 bilhão de reais a título de amortização e juros da dívida interna e externa, contra um valor da ordem de 450 milhões do ano passado, e vamos pagar no ano que vem 1,18 bilhão, que foram os recursos alocados. Alocamos recursos rigorosamente levantados pela Assessoria de Controle da Dívida Pública da Secretaria das Finanças, ou seja, o orçamento atende ao contrato de refinanciamento e aos outros contratos não incluídos no refinanciamento da dívida.

Na questão dos precatórios... (T04)

Folha nº 0139 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg: 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T04 FOLHA:1

TAQ.: Regina

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Na questão dos precatórios no ano 2000 não foram pagos praticamente precatórios, foram 8 milhões de reais, neste ano nós, no orçamento original eram 233 milhões, suplementamos para 300 milhões. Era um número que nós entendíamos compatível com a situação da Prefeitura e poderíamos pagar dentro do exercício. Iniciamos o pagamento em julho, no entanto, tivemos alguns problemas principalmente em relação à questão da volta de todas as unidades de saúde, do sistema PAS para a administração direta da Prefeitura, o que nos obrigou a projetar uma despesa com pessoal e com medicamento além daquela prevista. Tínhamos uma expectativa, na Secretaria da Saúde, de parte dos recursos destinados ao PAS que pudessem atender também despesas com pessoal. Lamentavelmente o retorno dessas unidades para a Prefeitura se deu de forma que, por exemplo, o estoque de medicamentos estava completamente zerado, até se fazer um estoque mínimo foi uma despesa muito além daquela que estávamos imaginando. O que ocorreu é que nós em agosto tivemos de tomar uma decisão de suspender o pagamento até que fizesse uma nova revisão da expectativa de fechamento do orçamento. Isso está sendo feito e vamos tomar a decisão daquilo que será possível pagar este ano. O valor colocado de 255 milhões para o orçamento, do ano que vem, prevê pagamento da segunda parcela das 10 parcelas que foram divididos os precatórios em função da Emenda Constitucional 30, prevê pagamento dos precatórios de pequeno valor; e prevê pagamento de parte do estoque dos precatórios alimentares e complementares dentro duma situação de grande dificuldade da Prefeitura. É evidente que se tivéssemos condições de pagar 1 bilhão de reais de precatórios, nós pagaríamos 1 bilhão de

Folha nº 0140 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T04 FOLHA:2

TAQ.: Regina

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

reais. No entanto - vamos procurar..., não, vamos procurar, não -, estamos atendendo a Emenda Constitucional 30, estamos atendendo a lei que definiu o pagamento de precatório de pequeno valor sem entrar em ordem cronológica, e estamos alocando recursos para pagar, dentro da situação em que se encontra as finanças da Prefeitura, um volume de recursos compatível com essa situação para alimentares e complementares.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Os Vereadores gostariam de fazer mais alguma pergunta? Estamos tentando tratar sobre as questões da Secretaria de Finanças. Depois trataremos de outras questões. Em seguida vamos abrir a palavra aos demais presentes.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Dr. Police, queria entender melhor essa questão do MOC(?). Vou fazer a pergunta de uma maneira mais simples: vai haver uma nova edição do MOC?

O SR. POLICE - Vereador, eu vou confessar ao senhor que não tenho condições de responder. Vou procurar junto ao Departamento competente, saber desses 100 mil reais, o que será feito com 100 mil reais. Trarei essa resposta com certeza na segunda-feira para o senhor.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, como é uma coisa da minha área, porque eu sou geólogo, essa é a minha formação básica, e não me conformo que a Prefeitura não tenha um MOC atualizado. E o meu projeto de lei inclusive diz que deve ser renovado a cada três anos. Quase 90% dos municípios da grande São Paulo já tem as suas informações digitalizadas(?), e como o MOC pressupõe o mapa das áreas públicas, queria dizer ao senhor que 100 mil reais não dá nem para fazer índice

Folha nº	0141	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T04 FOLHA:3

TAQ.: Regina

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

das áreas, nem um caderninho de índice das áreas. Estou querendo dizer a todos os Srs. Vereadores, que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento, que é do interesse desta Câmara Municipal de São Paulo que esta cidade tenha uma atualização. Aqui está escrito como se fosse um orçamento de gráfica, atualização, confecção e encadernação do Mapa Oficial da cidade de São Paulo, atualização da cartografia fiscal, confecção do mapa oficial da Cidade. Porque pode parecer um contrasenso que a Secretaria tenha poucos recursos e nós, que não fazemos o orçamento, mas julgamos o orçamento, analisamos o orçamento, tenhamos de fazer a defesa do orçamento. Como eu acho que essa defesa é plenamente... (Viana)

Folha nº	0142	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T5

FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.2001

SEM REVISÃO

Como eu acho que essa defesa é plenamente sustentável, porque acho que não existe nem na Secretaria de Finanças nem na Câmara nem na cidade de São Paulo alguém que seja contra a Cidade ter os seus dados digitalizados de forma que qualquer cidadão possa acessar através do MOC, eu reivindico porque acredito - aí vou fazer uma defesa política - que aquela questão perdulária daquele Tribunal de Contas, que joga pela janela 78 milhões de reais, parte desses recursos poderiam vir para coisas mais úteis como a elaboração de um MOC de São Paulo e outros programas sociais da maior importância. Acredito que o Orçamento tenha gorduras que possam ser transferidas e acredito que o MOC é a base de tudo, e uma das coisas que mais está nos fragilizando na discussão orçamentária dessa proposta é o fato de a gente não ter uma base informatizada dos recursos, que é o capítulo da elisão fiscal. Nesse sentido eu defendo que a Secretaria de Finanças tenha mais recurso para essa rubrica, para um trabalho tão importante e básico que é o MOC de São Paulo.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vereador Bispo Atílio. (Pausa) Então vamos abrir a palavra para os senhores que se inscreveram. O Sr. José Aníbal de Almeida, do Fórum do Orçamento Corecon é o primeiro escrito. Por favor, com a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL DE ALMEIDA - Bom dia a todos. Estamos aqui pela primeira vez na audiência deste ano, do Orçamento de 2002, pelos mesmos motivos das audiências anteriores, que infelizmente não somos comunicados sobre essas audiências. Recebemos ontem, através de um vereador desta Casa, a lista de audiências que vão ocorrer nesta semana e na semana seguinte. Queria deixar aqui registrado o nosso

Folha nº	0143	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T5 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.2001

SEM REVISÃO

protesto, novamente, com relação a esse tipo de informação. Estamos acompanhando o Orçamento há cerca de três anos aqui em São Paulo, algumas pessoas aqui até já participaram das nossas reuniões. Elaboramos essa cartilha que muitos devem conhecer. Se não conhecerem, tem disponível no Corecon de São Paulo. Na nossa última reunião obtivemos a informação... Recebemos uns seis cadernos, o Dr. Police mandou para a gente seis cadernos do Orçamento, da proposta orçamentária e estamos montando grupos para trabalhar e estudar o Orçamento. O nosso fórum se reúne toda primeira quinta-feira do mês às 18h30min, na sede do Conselho de Economia e congrega cerca de 80 entidades e pessoas interessadas na questão. Na nossa última reunião, constatamos que no projeto de lei do Orçamento, na LOA, está prevista uma margem orçamentária de 12%, e nós do fórum estamos defendendo já há alguns anos que essa margem seja menor, a nossa proposta é que ela seja de 5%, porque todos sabem que uma margem orçamentária dessa ordem, de uma certa forma, faz com que esse processo todo de planejamento do Orçamento fique falho. Na verdade o Orçamento tem que refletir aquilo que a Cidade precisa. Se tem uma margem tão alta - de 12% a gente considera alta - a gente entende que a partir de então, nessa gestão, que essa margem venha diminuindo e a gente está propondo que seja de 5%. Nesse sentido, não sei se retomo um tema que já foi abordado aí, eu queria deixar registrado aqui qual é a proposta que o fórum de orçamento está apresentando. Eu queria dirigir essa pergunta ao Dr. Police para que ele esclareça para gente, ou se tiver esclarecendo novamente, a gente repassa essa questão da margem orçamentária.

Folha nº 0144 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T5

FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Sr. Police com a palavra.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Pela ordem, Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - (Pela ordem) - Primeiro quero cumprimentar o representante do Corecon e fazer o seguinte requerimento: que todas as outras audiências, mesmo assim na forma de calendário, através da secretaria da Comissão, fosse publicado em jornal de grande circulação, como é direito das comissões convocarem audiências públicas. Existem recursos e existe legalidade suficiente para que na segunda-feira todas as próximas audiências sejam publicadas em jornais de grande circulação, dando importância e destaque à questão da plenária de orçamento participativo. Antes de o Dr. Police usar a palavra, queria dizer ao representante do Corecon que o orçamento atual, segundo informações que eu tenho, até o dia 30 de setembro só remanejou 5%, então a base de remanejamento que, por exemplo, eu defendo como relator, deve ser uma base de remanejamento que permita toda uma readequação orçamentária da Prefeitura, tendo em vista o processo de reforma administrativa e formação das subprefeituras.

O Orçamento vigente... (T6)

Folha nº	0145	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T6 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.2001

SEM REVISÃO

O Orçamento vigente foi feito pela outra administração, havia necessidade de uma margem de remanejamento, a Prefeitura usou só 5%. Então, quando está se pedindo, não é para que haja um falseamento das informações e aprovar um orçamento de faz-de-conta, mas são as dificuldades inerentes de uma administração, de oito anos de administração que de forma nenhuma respeito a peça orçamentária, então nesse sentido está havendo uma adequação e por isso não se está utilizando nenhum limite necessário e aprovado, que foi de 12%. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Dr. Police com a palavra, por favor.

O SR. POLICE - Em complementação ao que o Vereador já falou a respeito da margem, gostaria de expor o seguinte: a necessidade de uma margem da ordem de 12% que foi colocada se prende ao fato de estarmos no primeiro exercício de vigência da nova legislação de classificação de despesa. Você tem uma classificação funcional programática, que foi alterada, e você tem também uma alteração da classificação dos elementos de despesa. Num primeiro exercício pode haver uma má aplicação das novas portarias e, no decorrer do ano, se vê a necessidade de fazer as adequações e isso daí consumiria a margem orçamentária. Por outro lado, o projeto de criação das subprefeituras também pode ensejar uma utilização de margem expressiva. Então, o que precisa ficar claro também é o seguinte: esse fato de estarmos utilizando de 5%, 6% neste exercício aqui demonstra que o fato de você ter uma margem não quer dizer que vai se utilizar aquilo lá, ou que o orçamento deixa de ter a representatividade dele. Os 12%, se possível

Folha nº	0146	do
Processo nº	345401	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T6	FOLHA: 2	TAQ.: Vianna	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 19.10.2001	SEM REVISÃO

e se tudo correr bem, se o Orçamento estiver atendendo toda a legislação, é possível que no ano que vem se faça toda a execução orçamentária com 2%, 3% de margem até. Pode acontecer isso aí, como pode acontecer que, com todas as incertezas da economia hoje, tenhamos necessidade, no ano que vem, de utilizar 10%. Isso não quer dizer que nós estamos tirando qualquer característica de seriedade da peça orçamentária. É isso.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Alguém mais? Sr. José Aníbal de Almeida, mais alguma questão? (Pausa) Chamarei então o Sr. Norberto Antônio Batista, do gabinete do Vereador Roberto Tripoli.

O SR. NORBERTO ANTÔNIO BATISTA - Bom dia. Queria fazer duas perguntas com relação ao Orçamento. A primeira é a seguinte: uma pequena explicação no orçamento da Secretaria de Finanças, que é de 97 milhões aproximadamente, tem uma verba de 11 milhões que se refere a consultorias. Por outro lado, se analisarmos a secretaria que seria responsável pelas receitas do Município, analisando as receitas propriamente ditas, vamos verificar que temos cinco ou seis receitas que correspondem... três ou quatro delas são transferências que não têm operacionalidade nenhuma, ou muito reduzida por parte da Secretaria. Os outros quatro itens de receitas representam aproximadamente 50% ou 60% das receitas totais. Em síntese, temos uma série enorme de taxas e receitas que não representam 20% e que são um grande número delas. A pergunta que eu faço é a seguinte, primeiro: essa consultoria consiste no quê? Gostaria de saber. Segundo: tem algum estudo no sentido de eliminar algumas taxas e algumas receitas

Folha nº	0147	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T6 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.2001

SEM REVISÃO

que são pouco representativas para a Prefeitura de São Paulo e talvez sejam onerosas?

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Dr. Police com a palavra.

O SR. POLICE - A questão de consultoria basicamente é o PMAT, Programa de Modernização de Administração Tributária, contratação de empresa para a execução do projeto. Temos ainda trabalhos com a FIPE e esse novo sistema integrado de contabilidade, finanças e orçamento, que também é adquirido através de consultoria da empresa que vai fornecer sistema. Eu concordo, temos um número imenso de rubricas de receita e que eventualmente algumas das receitas talvez sejam até onerosas ao Município, a arrecadação. Mas eu também não tenho condições de responder se existe algum estudo no sentido de manter as receitas que realmente são importantes e procurar eliminar aquilo que na verdade traz muito pouco recurso para a Prefeitura. Eu também me comprometo, não na segunda-feira, mas nos próximos dias trazer uma resposta mais concreta para o assessor do Vereador Tripoli, Norberto.

O SR. NORBERTO ANTÔNIO BATISTA - Police, essa pergunta eu aguardei a resposta porque tenho observado o seguinte, por exemplo: nós temos algumas receitas que estão sendo reduzidas, talvez desaparecendo. Uma delas se refere a multas. As multas no ano 2000 alcançaram 408 milhões, sendo 355 milhões de carros do próprio município e 50 milhões de veículos de outros municípios. Em 2001 essa arrecadação, até agosto, se não me falha a memória, de outros municípios é 6 milhões de reais. Para o ano que vem estão previstos 4 milhões. Então desapareceram nesse circuito aproximadamente 50 milhões de reais. Eu fiz essa pergunta para o Sayad e ele falou que houve um

Folha nº	0148	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T6	FOLHA:4	TAQ.: Vianna	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 19.10.2001	SEM REVISÃO

erro, mas eu não quis polemizar em torno, então eu queria ver se você tem uma

resposta mais lógica... (T7)

Folha nº <u>0149</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD T07 FOLHA:1

TAQ.: Valéria

Comissão de Finanças e Orçamento.

Data: 19-10

SEM REVISÃO

... a resposta mais lógica desse... Porque foram 45 a 50 milhões que sumiram da receita. Eu, sinceramente, gostaria de uma posição.

O SR. - Não, olha, a informação que a gente tem, ô Norberto, é a seguinte: no final do ano passado, houve problema da CET com as empresas que têm os radares instalados na Cidade. Como é funciona a multa? O radar detecta, a multa é emitida e depois do ingresso do dinheiro dessa multa nos cofres da Prefeitura é que a Prefeitura paga um determinado valor - não sei -, através do contrato, para a empresa. A informação que se tem é que ficou um período sem o contrato, sem que a empresa pudesse fazer; ou seja, houve uma queda neste ano, que fez com que a arrecadação de alguns meses talvez se projete para o ano inteiro, porque você multa carros com chapa de todos os... Não é porque deixou aqueles três meses, dois meses - não sei exatamente o tempo que ficou sem a operação desses radares -, isso se distribuiria ao longo do ano. Sobre isso aí, nós até procuramos saber quando da vinda do Sayad aqui, pois também me chamou a atenção a colocação feita por você mesmo. Agora, na verdade, se isso realmente trouxe essa diferença, não poderia ser só nos carros de fora da Cidade. O porquê dos 6 milhões, em vez de 50 e tantos, estamos procurando levantar, porque, se houver uma recuperação no final deste ano, o projetado para o ano que vem está errado também, não poderia ser quatro. Em função do seu questionamento naquele dia, nós procuramos acionar; mas é que, infelizmente, com essas reuniões todas as manhãs, o resto do tempo está todo tomado. Estamos vendo isso, e, até o final dessas reuniões, tenho a impressão que iremos esclarecer

Folha nº 0150 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD T07 FOLHA:2

TAQ.: Valéria

Comissão de Finanças e Orçamento.

Data: 19-10

SEM REVISÃO

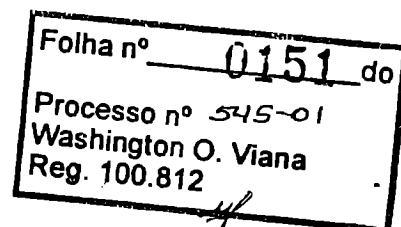
isso para, inclusive, oferecer para o Vereador Adriano Diogo uma realidade na hora da confecção do relatório. Obrigado pela pergunta, Vereador Norberto.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Eu queria então agora, encerrada a questão da Secretaria das Finanças, passar para a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Está presente o Diretor de Projetos Urbanos, Dr. José Magalhães, para o qual cedo a palavra. (Pausa) Dra. Ilza, vamos inverter a pauta. Dra. Ilza Regina de Filipe Dias é Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos. Vamos tratar agora desse assunto. Precisarei meu ausentar por alguns minutos, para fazer uns telefonemas. Peço ao Vereador Adriano Diogo que assuma a condução dos trabalhos.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Só queria reiterar o documento. O Presidente, Vereador Eliseu Gabriel, me disse o seguinte: as sessões técnicas não podem ser convocadas junto, só as audiências...

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Publicadas.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Publicadas. Só as audiências públicas. Então, como esses assuntos são de interesse geral da população, sugiro que, junto com a publicação da convocação para as audiências públicas, seja feita a convocação para as sessões técnicas. Isso é legal, perfeitamente viável e necessário. Porque, senão, como a população, as pessoas interessadas podem acompanhar o orçamento? Peço então à secretária da Comissão que encontre uma saída legal para que esse calendário seja publicado na segunda-feira. Obrigado, Sr. Presidente.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD T07 FOLHA:3

TAQ.: Valéria

Comissão de Finanças e Orçamento.

Data: 19-10

SEM REVISÃO

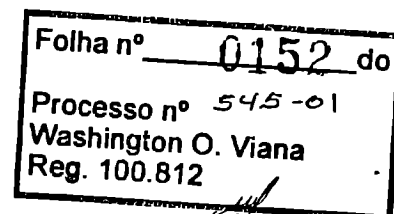
O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Então, que a assessoria técnica veja essa possibilidade. Dra. Ilza, com a palavra, por favor. A partir deste momento, o Vereador Adriano Diogo presidirá a reunião, até que eu volte, dentro de alguns minutos. Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Com a palavra, a Dra. Ilza.

A SRA. ILZA REGINA DE FILIPE DIAS - Sou Chefe de Gabinete da Secretaria de Negócios Jurídicos. Estou acompanhada do Marcos, assessor econômico e financeiro da Secretaria, que também está disponível para as questões técnicas. Basicamente, a exemplo do que foi colocado pelo Sr. Pólíce sobre a Secretaria das Finanças, a colocação que tenho a respeito da atividade da Secretaria de Negócios Jurídicos é que ela é uma Secretaria-meio. Assim sendo, basicamente as despesas que ela apresenta são relativas a seu próprio funcionamento, à estrutura, à parte de pessoal, à despesas próprias do funcionamento da Secretaria. Então, não teríamos basicamente despesas de porte, de projetos ou de coisas que importassem valores, a não ser casos específicos que, pelo menos nesse orçamento de 2002, estão sendo apresentados, pelo quais temos brigado por algum tempo - a questão da informatização. A parte da dívida ativa da Prefeitura fica desmembrada, de uma certa forma, pela natureza desses créditos. Então, essa parte de informatização é contemplada no orçamento da Secretaria

...





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD T07 FOLHA:4

TAQ.: Valéria

Comissão de Finanças e Orçamento.

Data: 19-10

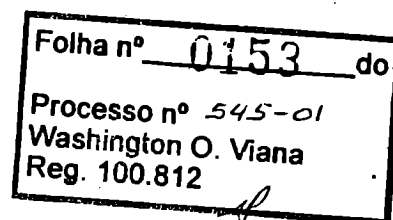
SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Doutora, como nem todos têm esse impresso que a senhora está acompanhando, vamos tentar fazer de uma forma mais didática. Então, a senhora está lendo um documento, que a Secretaria de Negócios Jurídicos assinou em J21. É isso? Tem os vários códigos, 3.100, 3.101,...

A SRA. ILZA REGINA DE FILIPE DIAS - Isso, vários códigos, exatamente. Aqui é específico: projetos, atividades ou operações especiais.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - então, a senhora podia...? Vamos tentar fazer de uma forma que possa ser acompanhado. A senhora poderia, quando for se referir à atividade, o projeto, dizer o código, para a gente poder acompanhar?

A SRA. ILZA REGINA DE FILIPE DIAS - Tá certo. É que eu não sabia que todos teriam... (Denise)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T08

FOLHA:1

TAQ.:Denise

SESSÃO: Orçamento

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Tá certo. É que eu não sabia

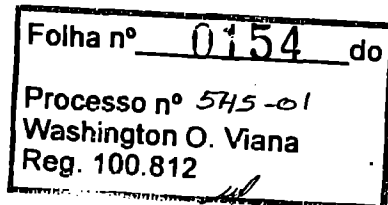
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Pelo menos a Mesa, algumas cópias. Pois não, Sra. Ilza.

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Então, seria o 2110, que seria a especificação dos projetos, as atividades ou operações especiais. Depois o código de dotação e o valor, está certo?

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Certo.

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Se formos ver pelo código das atividades, é aquilo que coloquei inicialmente, são despesas básicas de funcionamento da Secretaria, o vale-transporte, auxílio-refeição, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, com exceção aqui, melhoria e benfeitorias das dependências da Secretaria. Esta dotação nesse exercício de 2002 está se prevendo um aumento por conta de uma reforma do prédio da Avenida Liberdade, onde era o antigo departamento judicial há muitos anos e depois ficou abandonado por muito tempo. Existe um empenho muito grande da Secretaria de estar recuperando esse imóvel porque poderíamos estar reduzindo despesas de locação de dois dos nossos departamentos.

Existe um projeto de, eventualmente, estar até instalando a parte de arrecadação do departamento judicial e do fiscal, juntamente no mesmo edifício para facilitar o acesso da população. De igual forma, também está estudando com relação a esse imóvel, eventual instalação do anexo fiscal. Então, sairia da Vergueiro a parte da Fazenda Pública Municipal e ficaria junto com os nossos departamentos na parte de arrecadação.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T08 FOLHA:2

TAQ.:Denise

SESSÃO: Orçamento

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Então, quer dizer, essa idéia de quando o contribuinte fosse com uma questão de créditos tributários ou não, teria no mesmo local não apenas a parte contenciosa, mas também a parte administrativa. O que implicaria no melhor atendimento da população.

A questão de operação e manutenção de frota que também são despesas pequenas, pelo corte da Secretaria, mas existiria uma necessidade de um valor maior. Acredito que fica por conta de uma explicação melhor da Secretaria de Finanças pelas dificuldades do orçamento que foi deixado por outras administrações para esta e que exigiu, como colocou o Police, a necessidade de remanejamentos, com referência até a compromissos que estariam sendo assumidos, até com relação a isso, gostaria de falar também a respeito dos precatórios.

Aquisição e locação de veículos é uma questão que seria muito importante. Gostaria de ter solicitado um valor maior, dentro do remanejamento do orçamento geral, foi contemplado menos, mas basicamente é muito importante, porque os nossos departamentos estão muito sucateados. Era essa a expressão, porque estava pensando em uma expressão mais simpática, mas é sucateado mesmo. Posso falar isso com tranquilidade porque sou procuradora municipal aposentada, então, não estou agora de passagem pela Prefeitura. Tenho uma vida de Prefeitura e acompanhei todo o processo de desmantelamento da máquina administrativa. E foram oito anos...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Desculpe interromper, mas a senhora está se referindo ao 021220?

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - A frota de veículos, seria a 2110021220251, que está abaixo da operação e manutenção

Folha nº 0155 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T08 FOLHA:3

TAQ.:Denise

SESSÃO: Orçamento

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - É o seguinte: a Secretaria só nos entregou essa página de rosto. Ou trabalhamos em cima do orçamento da Prefeitura, ou a senhora nos dá um documento que todos possamos acompanhar. (Pausa) Mas era bom a senhora ter também em mãos esse documento do orçamento porque iremos confrontando. No orçamento da Secretaria dos Negócios Jurídicos, a questão da frota, operação e manutenção é 0212202512.101, operação e manutenção da frota; aquisição e locação é a outra rubrica, é a 102. Eu queria ir conferindo.

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Está certo, é a 102.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A senhora poderia continuar, desculpe a minha interrupção.

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Desculpe, eu que estou fazendo uma referência equivocada sobre o código da dotação. O documento até seria semelhante, estava olhando a coluna errada. Coloquei aqui, o financeiro é o do lado, sou mais do jurídico.

De qualquer forma, essa questão de locação de veículos, temos praticamente um veículo no departamento patrimonial para fazer vistoria e fiscalização de imóveis, temos uma perua no departamento fiscal para fazer a remoção de processos. Isso quando funciona, isso é uma dificuldade que pelo que vejo na Secretaria dos Negócios Jurídicos deve estar sendo enfrentada por toda a administração, então, não me sinto no direito de brigar com o Police por ter cortado uma parte do nosso pedido.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A Secretaria havia pedido 540.460 e só foi liberado 43 mil, é isso?

Folha nº 0156 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T08

FOLHA:4

TAQ.:Denise

SESSÃO: Orçamento

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - É. Basicamente não daria para a aquisição e locação de veículos, então, acho que teria um esforço de tentarmos, mais para frente, algum remanejamento nessa questão.

Aluguel de imóveis, indenização, acredito que está contemplado da mesma maneira que foi solicitado, de forma que foram compromissos assumidos, contratos e que devem ser cumpridos. Talvez até haja uma possibilidade, mas acho difícil, se conseguíssemos eventualmente apressar essa reforma, mas acredito que seja coisa de mais de um ano ou dois, por conta até de próprio procedimento licitatório. A gente pretende reduzir.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Só uma pergunta: a senhora tem para aluguel de imóveis, indenizações e seguros, 1 milhão 258 mil 290; e a senhora falou da reforma daquele imóvel que seria importante para reduzir os gastos com aluguéis. A senhora tem o recurso necessário para fazer a reforma do imóvel?

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Eu vou pedir para o Marcos porque ele está mais aparelhado.

O SR. MARCOS SCARPI COSTA - Bom dia, Vereador. Sou assessor técnico da Secretaria dos Negócios Jurídicos. O valor na rubrica de reforma foi contemplado com 620 mil reais, especificamente essa reforma do prédio da Liberdade daria um valor maior. O que se está tentando ver junto ao Departamento de Edificações seria um cronograma, onde vai atender parte da reforma no ano de 2002 para finalizar no exercício de 2003. Então a reforma não seria terminada no ano de 2002...Márcia

Folha nº 0157 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T09 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Então a reforma não seria terminada no ano de 2002, até porque o processo licitatório, como vai ser entre uma tomada de preço e uma concorrência, provavelmente vai estar finalizado por volta de maio, junho do ano que vem. Então teríamos praticamente só 6 meses de execução dessa reforma, o restante cairia para o exercício de 2003. O valor da locação é suficiente para a locação de dois imóveis que nós temos.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 1.258.000, de locação.

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - É mantida. As locações são mantidas atualmente como se prevê e como estava o ano anterior, independente de se fazer ou não a reforma. A possibilidade de redução desses valores, acho que ficaria só para o outro exercício, de 2003, pelo que o Marcos está colocando. Porque na verdade, pelo que foi contemplado no orçamento da reforma, a gente vai ter, até pela própria dificuldade do processo licitatório a gente vai estar iniciando no meio do ano, e talvez não se conseguisse realizar essa despesa que foi solicitada efetivamente. Então, acredito que a redução é compatível. Só não sei se o valor seria o adequado.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Doutora, tenho outra pergunta: no Orçamento da Prefeitura tem uma rubrica, no 020.620.117, que é uma coisa importantíssima, que é assistência jurídica a necessitados e idosos. E tem uma dotação de 3 mil reais. Pelo pouco que conheço, acho que é uma dotação simbólica. Outra questão é: a cobrança da dívida ativa do Município é um dos setores mais críticos da nossa Administração. Além de ter uma crítica permanente de que tem uma quantidade de dinheiro muito grande fora da Prefeitura que devesse ser

Folha nº	0158	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T09 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

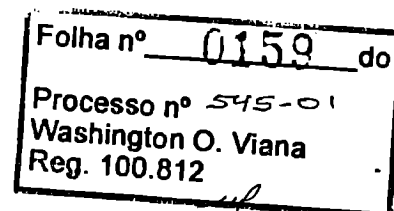
SEM REVISÃO

cobrado, qualquer cidadão que pagava IPTU e se houver a isenção não vai pagar mais é humilhado para tentar pagar e parcelar sua dívida, aqui na Maria Paula, onde for, porque o serviço é muito precário, de péssima qualidade. Eu fiz questão de acompanhar e não me conformo como uma pessoa que quer pagar dívida seja tão maltratada.

Então, queria entender por que a assistência jurídica necessitados e idosos, que é uma coisa importante, que o Dr. Hélio Bicudo defendeu, tem uma quantia tão insignificante, e se essa quantia de 1.810.000 para cobrança da dívida ativa é suficiente e necessária. E depois eu queria que a senhora, ou o responsável técnico, entrasse também na questão dos precatórios, mas antes queria ver respondidas essas duas perguntas.

E também outra pergunta. Não vi nenhuma referência do Departamento de Patrimônio. Nós estamos concluindo uma CPI das Áreas Públicas, onde a Prefeitura não tem a mínima condição de fazer a fiscalização, a guarda, e o Depto. de Patrimônio há muitos anos precisa ser informatizado. No meu primeiro mandato de vereador, me empenhei em conseguir o mapa das áreas públicas, e não tem nem citação. E fiquei surpreso que a Secretaria dos Negócios Jurídicos, que realmente precisa de veículos para suas inspeções, houvesse solicitado 500 mil reais e teve uma dotação tão irrisória, quase simbólica para veículos.

Queria que a senhora comentasse esses aspectos antes dos precatórios.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T09 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Pela seqüência das questões, primeiro com referência ao atendimento jurídico a necessitados...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A necessitados e idosos. Serviço especial de assistência jurídica à população de baixa renda e idosos: 3 mil reais.

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Na verdade, eu também me sinto à vontade para falar sobre esse assunto porque participei do projeto da época do Prof. Dalmo, em que se propunha a implantação de um sistema de atendimento jurídico à população a exemplo do que ocorre no Estado, com acompanhamento inclusive judicial.

Acontece que por questões de aprovação do próprio projeto, o que se contemplava inicialmente como um corpo jurídico próprio... Porque hoje a Procuradoria conta com um quadro de Procuradores compatível só para o atendimento do serviço de defesa da Municipalidade em Juízo, assessoria jurídica e da cobrança da dívida.

Então, o atendimento jurídico à população exigiria a formação de um quadro próprio de procuradores para desempenharem essa atividade. Isso não chegou a ser contemplado no projeto inicial, que seria o serviço de atendimento jurídico à população, na época da Prefeita Luiza Erundina.

Esse serviço de atendimento à população ficou prejudicado nesse aspecto, porque o que deveria ser um projeto com um quadro compatível, foi eliminado, acabou. A proposta era de uma estrutura, de uma normatização do atendimento desse serviço e de um quadro de pessoal equivalente ou necessário para a execução desse serviço. E

Folha nº	0160	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T09 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

acabou se aprovando, não sei quais os motivos, porque foi junto à Câmara, acabou se aprovando um projeto sem a estrutura compatível.

Então, quando falamos hoje em atendimento jurídico à população, tentamos viabilizar isso através de convênios, os quais acabam não trazendo custos, ou pelo menos ônus, que é o que estamos pretendendo atualmente, junto com a Coordenadoria da Juventude. Estamos fazendo convênios com os Centros Acadêmicos das Faculdades de Direito para que se faça esse tipo de atendimento sem grande ônus para a Municipalidade.

O serviço contempla, então, um atendimento centralizado...(LUIZ CARLOS)

Folha nº	0161	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: TPD FOLHA:1

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

(ILZA REGINA FELIPE DIAS)

O serviço contempla, então, um atendimento centralizado, que seria só de orientação jurídica. Na verdade, a gente não pode atuar, por não se ter a representação, que teria de ser por Procuradores.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Doutora, a pergunta é mais simples, é a seguinte: quanto a senhora havia previsto, a Secretaria havia previsto para esse serviço? Essa é a minha pergunta

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Na verdade, foi um valor simbólico, porque o serviço não tem condições... Se fosse colocar um valor aqui, seria para uma estrutura, para pagamento de pessoal, que hoje não existe esse quadro. Então, o que a gente põe simbólico aqui é porque a gente está formalizando isso através de convênios, e estamos estudando a elaboração de um projeto em que se crie efetivamente uma Procuradoria de Assistência Jurídica, a exemplo do Estado, com estrutura mesmo, com funcionamento, com despesa de pessoal. Aí, sim, teria de ter uma rubrica própria, e compatível com o atendimento.

Então, isso aqui é realmente um atendimento simbólico. A gente continua devendo isso para a população. A gente ainda tem de fazer um atendimento, só que estamos viabilizando através de um estudo de projeto de lei que contemple essa possibilidade efetivamente; e, paralelamente, estamos viabilizando, sem ônus para a municipalidade, através de convênios. Basicamente, é isso.

P - Queria pedir um destaque. Olha, estou encaminhando requerimento ao Presidente da Comissão, o Bispo Atílio Francisco e eu estamos encaminhando requerimento para que, na redação do relatório, seja dada atenção especial a este item, para que a gente analise a

Folha nº 0162 do
Processo nº 545.01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T00 FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

importância desse tipo de prestação de serviço e a dotação orçamentária que ele requer.

R - E a Procuradoria Geral do Município está fazendo estudos justamente...

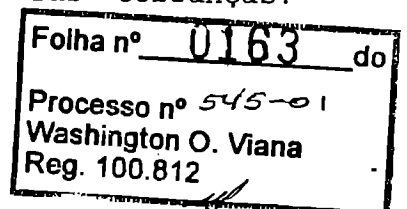
P - Então, queria solicitar à Secretaria dos Negócios Jurídicos que, até o dia 15 de dezembro, providencie o esboço de estrutura e de custos da implantação desse serviço da Secretaria dos Negócios Jurídicos.

Agora, na questão da cobrança da dívida ativa, a Assessoria da Comissão, eu gostaria que a senhora respondesse a essa pergunta, junto com o Dr. Pólíce, porque aqui diz assim: Cobrança da dívida ativa, outros serviços de terceiros, pessoa física, 900 mil reais; outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, 900 mil reais; despesas com exercícios anteriores, 10 mil reais. Cobrança da dívida ativa no orçamento, 1,810 milhões". Então, queria entender por que a cobrança da dívida ativa está separada por essas rubricas diferentes, ...

R - É basicamente...

P - Um minutinho. E se essa dotação é suficiente para a complexidade e importância? E ressalto, principalmente, pelo péssimo serviço de atendimento ao público que qualquer cidadão que quer pagar sua dívida é humilhado naquele setor...

R - Eu acho ... Depois o Dr. Pólíce vai completar, mas, basicamente, esse tipo de despesa não é efetivamente o que retrata o mau atendimento, porque isso aqui, basicamente, seriam as despesas de custeio, que seriam o Oficial de Justiça, parte de correio, intimações, despesa operacional do processamento dessas cobranças.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: 100 FOLHA:3

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

Isso seria despesa que não implica no atendimento da população. É para o andamento do processo.

P - Eu volto a fazer a pergunta: isso é suficiente ao necessário?

R - Olha, na verdade, eu acredito que o suficiente seria o que a gente pediu, mas a gente tem contado com...

P - Quanto foi pedido?

R - Foram pedidos 2,... 2,300, e está sendo 900; mas isso, quando ocorre a necessidade, por serem despesas efetivamente necessárias, a gente tem contado com suplementações e remanejamento de verba. Pelo menos, nesse exercício, a gente contou; não chegou a fazer falta. Então, ...

P - Vou ser mais preciso na minha pergunta: e aquele serviço de ... Eu já entendi que essa é a parte interna da cobrança. E a parte de atendimento ao público, em que rubrica está?

R - Atendimento ao público está dentro... Teria de ser a parte de informatização, que é básica, que tem de estar aqui contemplada. Com relação ao Departamento Patrimonial, eu acredito - e o Dr. Pólíce também me corrija -, eu acredito que esteja contemplado na verba da Secretaria das Finanças, porque não está no nosso orçamento.

E acho que é importantíssimo também a gente ter um Departamento Patrimonial, com informatização, com sistema de identificação das áreas públicas. Isto deve ser integrado com a Secretaria das Finanças, para que se possa ter também um acompanhamento do que é público, do que é privado. E, enfim, integrado com a cobrança.

Folha nº	0164	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T10 FOLHA:4

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

Então, acho que o que é contemplado em termos de informatização para nós só fala da dívida. E acredito que tenha de ter também na Secretaria das Finanças uma complementação que contemple a integração desse sistema nosso com a Secretaria das Finanças e também do Departamento Patrimonial, que não está no nosso orçamento, pelo que eu entendi.

Então, do Departamento Patrimonial eu não estou falando por conta de que deve ser um projeto mais amplo, contemplado, talvez, junto com Sempla, que também tem o mapeamento da Cidade. Assim, acredito que é um projeto integrado com outras Secretarias, e deve estar contemplado no orçamento da Secretaria das Finanças.

P - Tá, mas, como eu trabalhei ativamente não só na informatização do Departamento de Patrimônio, há dez anos, é evidente que tenha outras necessidades.

R - Ah, sim, com certeza.

P - Lógico que é a parte da informática.

A minha pergunta é a seguinte: a Secretaria dos Negócios Jurídicos solicitou a dotação orçamentária para a informatização e a modernização, tendo em vista que nós estamos concluindo uma CPI, e muitas das conclusões demonstram a necessidade até de venda de patrimônio, cobrança de contrapartidas, para que a prefeitura tenha recursos. Essa é a pergunta básica.

R - (Pausa) Segundo o Marcos está me informando, estaria contemplado no que foi pedido pela Secretaria; se atendido o pedido, haveria a possibilidade de atendimento, pelo menos no exercício do Departamento Patrimonial também, não é?

Folha nº	0165	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T09 FOLHA:5

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Adriano Diogo - PT) - Tem a palavra o Dr. Marcos.

O SR. MARCOS - É, Vereador, a dotação que foi criada, do Pimat (?), não é? Então, essa gestão da Administração, essa melhoria que basicamente seria a informatização, ela está lá dentro. O dimensionamento do recurso ele obedeceu a um percentual que, num primeiro momento, parece que vai nos atender, na hora que sair esse empréstimo com o BNDS, não é? Então, aí é uma questão, na hora efetivamente de acontecer, ...

P - Não entendi. O senhor poderia falar um pouco sobre esse empréstimo, por favor.

R - É o Pimat (?), não é? É o que vamos... é o que vai depender do financiamento do BNDS, desse empréstimo com o BNDS, não é?

P - No valor de...?

R - A Secretaria dos Negócios Jurídicos estaria contemplada com uma parte desse valor, não é?

P - Quanto seria para a Secretaria, do Pimat?

O SR. - 173.

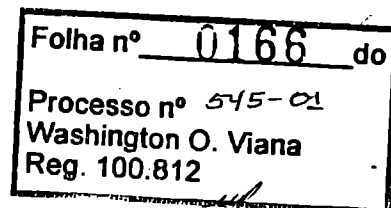
O SR. MARCOS - São 500..., 800 mil reais.

P - 873, não é o que bate?

R - É.

O SR. - Isso mesmo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Uma parte vai para Finanças e outra para Negócios Jurídicos... ..(Dagmar)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T11

FOLHA:1

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA: 1910

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Uma parte vai para Finanças e outra para Negócios Jurídicos.

O SR. - Isso.

O SR. - Acho que para outras Secretarias também, pelo que entendi: Administração, Planejamento...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, isso aqui é empréstimo?

O SR. PÓLICE - Parcialmente, o BNDES empresta 90% do projeto, e 10% a Prefeitura põe de contrapartida. Mas a Prefeitura, para poder dar o início do processo, independentemente da contratação do BNDES, na hipótese de não sair a contratação com rapidez, alocamos mais 10 milhões de reais de recursos próprios. Ou seja, 27 milhões do BNDES, 3 milhões da Prefeitura. Seria o projeto inicial de 30 milhões, mas a Prefeitura pediu para colocar mais 10 milhões de recursos próprios, para dar início ao projeto independentemente da assinatura do contrato.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Finalmente uma boa notícia.

A SRA. - Então, isso sairia dos cofres públicos, porque não está contemplado o que vem do empréstimo. A gente não vai se limitar a isso que está concedido, mas isso é para o início do processo, e depois a gente vai ter necessidade de um valor muito maior, que não foi pedido porque não é da administração direta.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Passemos aos precatórios.

Só não entendi uma coisa: se o dinheiro vem do BNDES, por que os 873 aparecem como recursos próprios?

Folha nº	0167	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T11 FOLHA:2

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA: 1910

SEM REVISÃO

A SRA.

- Porque enquanto não formaliza, temos de começar o processo, para não ficar na dependência. A gente já pode começar a trabalhar a licitação.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então esses recursos estão assegurados?

A SRA.

- Estariam assegurados.

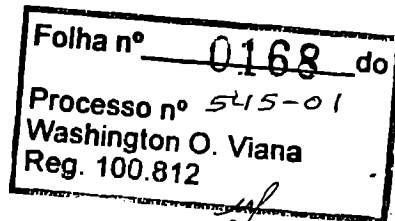
Logicamente, isso é insuficiente, vamos depender de recursos externos, que já temos um pleito direto com a Secretaria do que vamos precisar.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Tudo bem, vamos prosseguir.

Quanto aos precatórios.

O SR. MARCOS - Com relação aos precatórios, o que foi efetivamente contemplado no orçamento seria o cumprimento da Emenda 30, que seria 1/10 das ações que deram entrada no Judiciário até 1999; o atendimento das ações de pequeno valor, um projeto recente, aprovado pela Câmara Municipal, até R\$7.200,00; e parte dos precatórios de natureza alimentar, e parte de ofícios complementares. Isso é que foi contemplado.

Os precatórios de natureza alimentar, como não sofreram parcelamento, se fôssemos colocar o total, por volta de 1.7 bilhão, teria de ser o montante de precatórios para 2002. Nós pagamos até meados de 1997, a metade dos precatórios de 1997, de natureza alimentar foram pagos, retomados agora em julho; então de 1997 até 2002 daria aproximadamente 900 milhões, mais os ofícios complementares, as ações do art. 33 e do art. 100 da Constituição, que daria por volta de 600 milhões. Quer dizer, só de precatório para





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T11 FOLHA:3

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA: 1910

SEM REVISÃO

pagar tudo como deveria ser, seria 1.7 bilhão, o que é uma dificuldade tremenda para se colocar no orçamento.

Efetivamente, o precatório está atendendo a Emenda 30, a lei do pequeno valor, e vai pagar uma parte desses de natureza alimentar e ofícios complementares.

A SRA.

- Essa questão do precatório é muito complexa em função do atraso que ficou. Como o Marcos colocou, eles foram interrompidos em 1997. É uma necessidade do exercício e de exercícios das administrações anteriores, então fica impossível, a gente cai até na Lei de Responsabilidade Fiscal: ou paga precatório, aplica na educação ou paga a dívida da União. Acho insuficiente o valor de 255, deveria ser mais, mas é uma questão de possibilidade dentro do orçamento. Ou então, a gente tem de fechar a Prefeitura Municipal porque não vai ter dinheiro para pagar nada. Foi uma opção da Secretaria das Finanças, mas acho que o valor deveria ser maior, porque temos alguns compromissos, até de acordos, como da Ordem dos Advogados, que estamos tentando retomar o pagamento desses precatórios, que nunca deveria ter parado de pagar. Não vejo possibilidade de solucionar, em 2002, esse problema, salvo de tivermos uma renegociação da dívida com a União, ou uma arrecadação adicional que possa ser implementada com informatização. É uma questão da possibilidade de a própria Secretaria das Finanças remanejar esse orçamento. O Marcos tem acompanhado muito essa questão do pagamento, e isso viabiliza que a gente pague pelo menos 1/10, o parcelamento da Emenda Constitucional; os de pequeno valor, na ordem cronológica; e parte do que está em atraso: os alimentares e os complementares, de

Folha nº 0169 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T11 FOLHA:4

TAQ.:DAGMAR

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA: 1910

SEM REVISÃO

desapropriação, os bem antigos. Temos de dar prioridade aos outros, porque esses ao menos já receberam o principal; enquanto os alimentares não receberam nada. O pagamento dos precatórios são colocados em três situações distintas: o parcelamento, a partir da Emenda; os anteriores, de desapropriação, com os ofícios complementares, de atualizações; e os alimentares, excluídos do parcelamento pela Emenda e devem ser pagos integralmente.

Então, a gente coloca em três situações distintas...

Folha nº 0170 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T12 FOLHA:1

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

(A SRA.

-)

Então, a gente coloca em três situações distintas, e são, basicamente, quase que três ordens cronológicas aí. A gente está, mais ou menos, colocando dessa forma. Isso é o que tem feito o Estado, e parece que o Judiciário também tem aceitado essa colocação.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Dr. Pólíce, gostaria de complementar com alguma informação?

O SR. PÓLICE - Acho que já foram dadas as informações a respeito desse assunto.

P - Sr. Presidente, queria só fazer mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Só me dá uma licencinha. Só gostaria de ver as pessoas que quiserem... Há inscritos já. Se alguém quiser se inscrever para perguntas... (Pausa) OK.

Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Dra. Ilze, eu, da mesma forma que acompanho o Departamento de Patrimônio, acompanho o Departamento de Desapropriações, e acompanhei todo esse movimento que houve ao longo desses últimos anos, que Vias Públicas, por necessidade de fazer obras, fazia aqueles projetos e as desapropriações tiveram problemas gravíssimos, não é? Então, queria saber, da mesma forma que há uma preocupação em instrumentalizar o Departamento de Patrimônio, para que a gente não transforme a cidade de São Paulo numa fazenda de viúva, qual é a preocupação e quais os recursos necessários para organizar o Departamento de Desapropriações da prefeitura?

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Na verdade, o projeto de informatização que está sendo proposto pela Secretária ele contempla

Folha nº	0171	do
Processo nº	545-04	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T12 FOLHA:2

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

todos os nossos departamentos, na medida da necessidade de cada um deles.

Basicamente, o Departamento Judicial e o Fiscal, com relação à cobrança da ... O Fiscal é da cobrança da dívida ativa, é tributária; o Departamento Judicial, da cobrança de dívida não tributária, que seriam as multas, indenizações, ações trabalhistas.

Com relação ao Departamento de Desapropriações, seria efetivamente um controle efetivo do acompanhamento dessas ações judiciais e da ordem cronológica, porque é o departamento que mais problemas traz e apresenta com relação a cálculos, por conta de todos os planos e atualizações, juros, juros compensatórios e moratórios que, no caso da desapropriação tem incidência de juros compensatórios, além dos moratórios, o que já não ocorre no caso das indenizações e das questões alimentares.

Então, é um sistema próprio que a prefeitura não tem, não dispõe hoje desse sistema. A gente basicamente está fazendo um controle de precatórios em conjunto, Secretaria das Finanças, Secretaria dos Negócios Jurídicos, manualmente, ainda com a Caixa também, não é? Com a própria Caixa, com o sistema da Caixa Econômica.

Então, isso é fundamental não só no Departamento de Desapropriações, no Departamento Fiscal. O acompanhamento do pagamento de precatórios e de cálculos é fundamental, é muito importante. E isso está sendo contemplado nesse projeto amplo que a gente está pleiteando junto com esses financiamentos externos.

Assim, esse início que está aqui de orçamento de informatização, obviamente, a gente vai priorizar o que for mais

Folha nº 0172 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T12 FOLHA:3

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

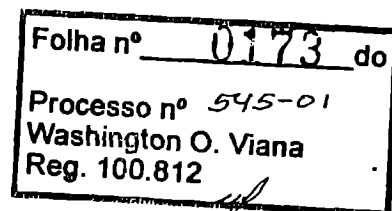
importante. Como tudo é emergente e importante, acredito que, num primeiro momento, vai ser o Departamento Fiscal, que a gente está preocupada com a arrecadação. O Departamento Patrimonial, com o controle do patrimônio. E o Departamento de Desapropriações, com relação à questão da ordem cronológica e pagamento de desapropriações.

Os outros... o Departamento Judicial é um sistema que está sendo proposto aí, já nesse valor aqui que já tem no nosso orçamento é possível a gente já melhorar, por conta de acompanhamento de ações judiciais, que também a Procuradoria Geral ela, absurdamente, conta com fichinha manual para acompanhamento de processo e de feitos.

Então, os Procuradores advogam com grandes escritórios informatizados, com os melhores recursos, e a gente tem o acompanhamento manual de processos, que isso é uma coisa... é absurdo, e eu gostaria até de deixar consignado que é uma coisa que vem cada vez piorando mais, e é fundamental que se implante.

Isso eu acho que é uma despesa até pequena, não é grande, e dá já, com o que a gente está pedindo, fazer, de acompanhamento de feitos judiciais.

E o Departamento de Procedimentos Disciplinares já não tem essa parte contenciosa, mas ele está sendo contemplado na medida em que a gente tem um acompanhamento dos procedimentos disciplinares em curso no próprio Departamento, no que for possível ter acesso, que as pessoas possam ter consultas, os próprios advogados também que, eventualmente, defendam os funcionários tenham também acesso a essas informações. Então, também está contemplado, mas aí o limite do





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T12 FOLHA:4

TAQ.: Luiz Carlos

COMISSÃO: Comissão de Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 19.10.01

SEM REVISÃO

Departamento é bem pequenininho, porque é uma despesa que não vai importar em um projeto muito complexo.

Eu vejo maior complexidade nos projetos da Secretaria das Finanças, do Departamento Fiscal, que tem de ser integrado com a Secretaria das Subprefeituras, porque quem faz a fiscalização e quem vai autuar é o fiscal, e também com a Secretaria das Finanças que faz o lançamento.

Então, se o lançamento está errado, ... (MONTEIRO)

Folha nº	0174	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T13 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

com a Secretaria das Finanças, que faz o lançamento. Então se o lançamento está errado e não tiver os dados compatíveis, a gente vai ajuizar uma ação, chega lá na frente e de repente ela fica inviabilizada por conta de um lançamento incorreto.

Também o Departamento Patrimonial, esse também acho importantíssimo porque é uma coisa que deveria ser de acesso ao público até para ajudar a própria fiscalização dessas áreas porque se a população tem conhecimento do que é público e do que é privado vai saber que aquela área é pública e vai saber para que é que está sendo utilizada e também se ela está sendo invadida e pode até acionar alguém da administração.

Agora, a gente está brincando de falar que a gente consegue. Quer dizer, isso a gente fala mas fico muito preocupada os recursos que a gente tem hoje na cidade de São Paulo não permitem sequer a fiscalização do que é o patrimônio municipal. Acho que é muito importante a gente ter isso e ter essa estrutura mínima de veículos. A gente está propondo inclusive essa parte ser terceirizada, não a fiscalização, mas de veículos, de fazer alguma forma de poder, ainda neste exercício, estar conseguindo isso.

Aliás, estive falando já com o chefe de gabinete da Secretaria de Finanças e pedi pelo menos uma alocação para estes últimos dois meses de um mínimo de veículos que viabilize pelo menos o início da gente começar a retomar esse processo. Já contei com o apoio, pelo menos verbal por enquanto, depois...

Folha nº	0175	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T13 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu queria agradecer a sua sinceridade e honestidade porque eu até interrompi o seu depoimento quando a senhora estava falando que tinha 30 anos de serviço público, uma vida dedicada a esse trabalho, e quero parabenizar a senhora com toda sinceridade por esse espírito público que a senhora tem. Como estamos na vigência do Estado mínimo, que o Estado não serve para nada, não tem que ter recursos, a Câmara tem que ser sucateada, não tem que ter estrutura, queria parabenizá-la e, sem fazer demagogia com essa questão do orçamento, porque aumentr a despesa é fácil, a receita ninguém quer.

Então, queria parabenizá-la e queria dizer da posição de nós, vereadores, tudo o que for preciso para dotar a Secretaria dos Negócios Jurídicos dos recursos necessário, bem como a Secretaria de Finanças, dos recursos necessários para que esta cidade seja uma cidade documentada e possa fazer frente aos grandes desafios, que estaremos dispostos a descobrir recursos, que são pequenos mas que estão em excesso em alguma outra área e que possam ser remanejados, com a maior sinceridade. Muito obrigado.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Queria também fazer um comentário, Dra. Ilza, mais um comentário sobre o que a senhora falou. Acabei sendo agora Presidente da CPI do Sucateamento dos prédios públicos, dos equipamentos, que foi instalada aqui na Câmara e vejo que a coisa acontece aqui na Câmara também, o Poder Público é uma coisa que ideologicamente está-se colocando como uma questão desprezível. Então, o Poder Público, seja o Legislativo, seja o

Folha nº 0176 dc
549-01
Processo nº 545
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T13 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

Executivo, não precisa ter veículo, não precisa ter prédio bonito. Talvez bonito não precise ter mesmo, mas não precisa ter computador, não precisa ter sofá, não precisa ter ...

Então, acho que essa pista, que acabamos inclusive jogando água nesse moinho, precisa ser revertida. Acho que o Poder Público tem que ser uma coisa prestigiada, respeitada. O fulano vai numa empresa, como a senhora falou agora, tem toda uma condição de trabalho bastante efetiva, vai ao Poder Público essa imagem de deterioração só favorece os que querem, como disse o vereador, destruir o Estado, fazer um Estado mínimo para que os grandes poderes econômicos controlem a seu bel-prazer. Esse processo de exclusão social passa a ser responsabilidade da própria população, de maneira que se torna banalizado e a gente se acostuma a isso, com a concentração crescente de renda e com a nossa desmoralização.

Esta CPI do Sucateamento do Poder Público tem essa componente ideológica que é muito forte. E aqui na Câmara nos vemos isso também. Nos temos condições precaríssimas de trabalho aqui, as comissões não têm salas, os nossos veículos, por exemplo eu tenho um Opala 88, que anda dois e meio quilômetros por litro, volta e meia cai o amortecedor, cai a roda, ficamos sem veículo. Então, essa "moralidade", entre aspas, é uma coisa perniciosa para a sociedade.

É nesse sentido que eu queria comentar e também parabenizar a sua colocação, no pouco que ouvi. Muito obrigado.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente. Queria fazer dois requerimentos. A Secretaria dos Negócios Jurídicos trouxe

Folha nº	0177	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T13 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

a proposta orçamentária e queria que fosse juntada e incluída nos autos para efeito de relatório.

Queria também fazer outro requerimento: que quando formos fazer o relatório, haja um destaque especial para o MOC da Cidade de São Paulo, que o mapa das áreas tributáveis da cidade de São Paulo tenha um destaque especial para que se possa fazer análise. Sei que o pessoal da Secretaria de Finanças fica aflito toda hora que falo da necessidade e tal, mas eu queria que o Dr. Políce e a Úrsula entendessem essa questão do MOC, que é uma questão em que particularmente tenho lutado há muitos anos, e que a Secretaria de Finanças entendesse eu não estamos fazendo demagogia porque não é dinheiro para fora, dinheiro para questão eleitoral, mas é para instrumentalizar a Prefeitura.

Nesse sentido, faço o requerimento que o MOC tenha um destaque especial quando da elaboração do relatório.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Ok. Bastante correta a colocação. Então, pediria à Assessoria.

Pela ordem, Vereador Bispo Atílio.

Folha nº	0178	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - Gostaria de aproveitar a oportunidade e formular aqui uma questão que julgo suma importância, principalmente para as questões de cobranças da dívida ativa, porque a gente tem observado alguns caos de pessoas que nos procuram pedindo orientação e há uma grande dificuldade que acredito da seguinte maneira: se uma pessoa procura o seu credor com o objetivo de sanar



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T13 FOLHA:5

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

suas dividas, creio que a pessoa que tem interesse de receber o que lhe é devido, deve procurar fazer o máximo possível para que a pessoa possa efetuar seus pagamentos e sanar suas dívidas. O que a gente não vê.

O Vereador Adriano Diogo falou aqui dos maltratos que as pessoas têm com relação a isso, aqui na Maria Paula. Então, gostaria de saber, doutora, uma vez que a própria Prefeitura, com a divida que tem com a União, negociou o pagamento por 30 anos, segundo as condições que ela julgou necessárias ara fazer esses pagamentos, por que não fazer o mesmo com as pessoas que têm débito com a Prefeitura com relação a tributos, ISS e outras coisas mais? Facilitar o pagamento para as pessoas de acordo com as condições dela.

Se ela não tem bens para empenhar... (T14)

Folha nº	<u>0179</u>	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T14 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

Se ela não tem bens para empenhar, se ela não tem bens para avalizar os seus débitos, de acordo com a renda dela formular um parcelamento que seja um ano, dois anos, três anos, seja lá o tempo que for necessário, para que ela possa ter a sua empresa, os seus negócios ou a sua situação regularizada junto à Prefeitura Municipal.

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Já existe, no Departamento Fiscal e no Departamento Judicial, essa possibilidade de parcelamento, que seria o pagamento, mediante acordo, o contribuinte vai... Agora, o grande problema que se coloca no atendimento é relativamente ao que foi colocado aqui, é a falta de estrutura mínima básica de atendimento. Hoje, a gente está colocando banco para o contribuinte sentar para ser atendido.

Então, é uma coisa que requer um certo tempo. A gente também tem o problema do pagamento, que também tem que ser feito através de agência bancária, tem os postos que são na própria Maria Paula. A gente está estudando a possibilidade de descentralizar isso. Então, essa preocupação está existindo, a Secretaria está preocupada, junto com a Procuradoria-Geral, de reformular um pouco esse sistema, flexibilizar um pouco mais porque hoje, efetivamente, quando o contribuinte ele tem uma guia que parece que tem uma limitação, se não paga já tem de voltar e emitir uma nova guia. É um absurdo, acho que a gente tem que ter. Mas, por que não se faz? Porque o sistema de informatização é tão precário a gente fica com problemas de falsificação. Então, basicamente tudo que se coloca com relação ao atendimento, eu acho que 80% é decorrente da parte da falta de

Folha nº 0180 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T14 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

estrutura, falta de pessoal porque também, continuando a idéia do sucateamento não só da máquina como do próprio funcionalismo, não se faz concurso de procurador, quer dizer, o último que se fez foi o problema de que na conseguiu suprir as vagas, estamos com 180 cargos vagos na carreira, uma carreira que conta, na ativa, acho que com 400. Quer dizer, quase que a metade do quadro está defasado, não tem auxiliar de técnico de administração também, agora que está sendo feito concurso. Então, a gente não tem nem o pessoal para fazer o atendimento.

Então, o atendimento para o público requer pessoal, e aí ficou muito tempo sem concurso, porque a idéia é terceirizar, é acabar como funcionalismo, pelo menos era um pouco isso. Então, acredito que a gente retomando contratação de pessoal, a gente informatizando os departamentos e a gente reformulando algumas questões de ordem mesmo do procedimento dessa cobrança, acredito que isso tem solução .

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - E quanto à flexibilização do pagamento?

Folha nº 0181 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Hoje, ocorre ~~assim~~ a gente tem, acredito, até 12 ou 15 vezes, que é o padrão que a gente pode estar parcelando. Então, aí faz esse parcelamento. Agora, em casos excepcionais, eu mesma tenho pedido para a Procuradoria-Geral , e tenho sido atendida, no sentido de autorizar casos excepcionais que saiam desse critério. Então, também está sendo estudo pela Procuradoria uma possibilidade de talvez, levando em conta as



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T14 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

condições da pessoa, o valor do débito, a gente ter uma maior flexibilização. Mas isso já ocorre, só que ocorre hoje excepcionalmente, caso a caso, com autorização da secretária e a idéia é que a gente faça um estudo contemplando mesmo a proposta que vocês estão fazendo, para a gente já ter isso normatizado, já ser uma rotina e não ficar na dependência de também ter a autorização da secretária, enfim.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - Estou fazendo essa pergunta, doutora, porque alguns débitos que a Prefeitura tem com relação a empresas tem se colocado a forma de pagamento que a pessoa tenha os seus créditos parcelados, a Prefeitura está parcelando os créditos, está fazendo propostas de um desconto, a pessoa vai receber em três, quatro parcelas desde que, na primeira parcela, ela fação um desconto de 20%, depois parcele o pagamento para dois, três meses depois, para o ano seguinte, e não vejo esse mesmo cuidado, esse mesmo tratamento com relação ao contribuinte. Eu acho que deveria haver esse cuidado, esse zelo, também para o contribuinte.

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Com relação ao contribuinte, tenho que colocar que esse desconto é impossível, só é possível mediante lei porque aí você vai estar falando em isenção, em benefício tributário...

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - Exatamente, eu entendo perfeitamente....

Folha nº 0182 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T14 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

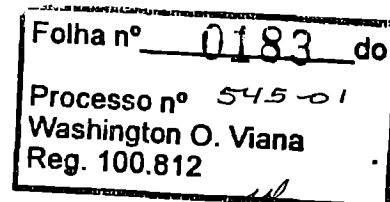
DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Então, aí teria que ter um trabalho conjunto. Eu acho que é possível, sim, um estudo. Não vejo impossibilidade.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - A minha preocupação maior é em relação à pessoa que tem interesse de sanar seus débitos com a Prefeitura e então a Prefeitura deveria viabilizar, flexibilizar o máximo possível para poder arrecadar, uma vez que a maior necessidade da Prefeitura é arrecadar.

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Mas isso já está ocorrendo, essa preocupação existe, havia antes até uma dificuldade que impedia que os débitos não inscritos na dívida ativa pudessem ser parcelados, isso na prática já está resolvido, a Secretaria de Finanças já pode estar recebendo parceladamente. Antes, a pessoa queria pagar, mas precisava esperar inscrever na dívida ativa para poder, depois, parcelar. Hoje, a gente já está fazendo isso, a gente já permite que mesmo não estando inscrito o contribuinte possa ir, e aí não é nem no nosso departamento, é na própria Secretaria de Finanças porque ainda não foi inscrito, não é uma dívida ainda inscrita e da nossa competência. (T15)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T15

FOLHA:1

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA:19-10-01

SEM REVISÃO

porque ainda não foi inscrito. Não é ainda uma dívida inscrita, da nossa competência. Então, essa preocupação existe. Existem tantos outros problemas, todos são emergentes e importantes, mas essa é uma preocupação, inclusive quando falei da reforma do prédio da Avenida Liberdade, e que volto a insistir dizendo que é muito importante, porque, nesse projeto, estamos contemplando talvez a grande parte do problema, quando levamos o contribuinte lá e ele poderá resolver o crédito, tanto o que já está inscrito e o que não está inscrito. Outra coisa absurda é um contribuinte ter vários processos, devendo ISS, IPTU de um ano ou outro, e os processos correm separados. Há um procurador cuidando de um, e outro, de outro, porque não há informatização. Na medida em que houver informatização, possibilitamos ter a união pelo contribuinte de todos os processos, e há um montante de quanto ele deve no total. Então, ele deve um pouco aqui e um pouco lá. Não temos nem a visão global do que temos de cobrar do contribuinte. A dificuldade que temos hoje de atender o contribuinte é a absoluta falta de informação nossa, da Prefeitura.

Na medida em que viabilizamos a Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, o funcionamento mínimo, básico, a informatização, e o pessoal necessário, aí falo de procurador, mas também de pessoal técnico. Por exemplo, no departamento patrimonial, é fundamental haver topógrafos, desenhistas, engenheiros, mas não temos o número suficiente. Tudo isso vai melhorar o atendimento, pelo menos a proposta da Secretaria é essa. Espero que consigamos isso, com ajuda da Câmara.

Folha nº 0184 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T15 FOLHA:2

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA:19-10-01

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Os nobres Vereadores não têm mais questões, provavelmente. Já é meio-dia. Há ainda uma Secretaria para se colocar. Vamos tentar agora acelerar o passo.

Tem a palavra o Sr. Norberto Antônio Batista.

O SR. NORBERTO ANTÔNIO BATISTA - Sou assessor do nobre Vereador Roberto Tripoli. Sabemos que o Município tem um crédito em torno de 6 bilhões de reais aproximadamente para receber. Por outro lado, o Município tem com o Governo Federal débito de 12 bilhões ou qualquer coisa parecida. O Município também tem débitos de restos a pagar com determinadas empresas. Com o Governo Federal, foi feito um acordo, um contrato, em determinadas condições, em 30 anos, coisa parecida, etc.

Com relação aos restos a pagar, segundo notícias que temos, têm sido feitas negociações, pagar aquilo em quatro ou cinco anos, coisa parecida, até um determinado período. Pergunto: "A Secretaria tem alguma proposição, algum estudo, alguma coisa efetiva que possa levar à Sra. Prefeita e S.Exa. encaminhar para a Câmara, propondo que aqueles 6 bilhões de reais sejam negociados?" Da dívida ativa, aqui para o Município é crédito. Podem dizer: "Vamos fazer, a Prefeitura está disposta a fazer com os devedores o mesmo que faz com relação aos seus credores" ou pode haver alguma sugestão que dê, em vez de só pensar em passar para terceiros, que aliás, não sei se é uma boa política ou não. "Será que o pessoal vai pagar?" Minha pergunta é exatamente essa. Há alguma definição, algum projeto, algum estudo que mostre que se for passado isso em determinadas condições, pode-se receber ou não, em função da própria experiência que os V.Exas. têm,

Folha nº 0185 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T15 FOLHA:3

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA:19-10-01

SEM REVISÃO

em termos dos processos e das negações, mesmo porque estão limitados em termos de negociação, parece-me que são dez parcelas ou doze, não me recordo agora, qualquer coisa desse tipo, e as condições também.

A SRA.

- Na verdade, existe essa

preocupação, existe uma integração muito...

O SR. NORBERTO ANTÔNIO BATISTA - Existem estudos?

A SRA.

- Existem.

O SR. NORBERTO ANTÔNIO BATISTA - Minha pergunta é basicamente essa, que sejam encaminhadas.

A SRA.

- Na prática, temos inclusive

trabalhado junto com a Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico. Temos uma proposta de um projeto de lei que está sendo remetido à Câmara, em pagamento, em que se prevê a possibilidade de que as pessoas - Haveria por exemplo, a possibilidade para as pessoas que estão em débito, dentro desse crédito, poderem saldar com imóveis, que sejam do interesse da municipalidade. Então, isso vai facilitar, porque está previsto, nesse projeto, inclusive, que é de autoria da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, por uma proposição também da Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico, que esses imóveis podem ser oferecidos para quitação de débitos tributários, e possibilita ainda a emissão de um título, que pode ser transferido para outras pessoas, porque se eventualmente o proprietário do imóvel não tiver débitos, ele pode negociar isso com quem tenha débitos com a Prefeitura. Então isso vai possibilitar a entrada de recursos, não em dinheiro, mas em imóveis, possibilita em projetos habitacionais, enfim, outros projetos que do

Folha nº 0186 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T15 FOLHA:4

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:ORÇ

ORADOR:

DATA:19-10-01

SEM REVISÃO

Governo ou mesmo instalação, muitas vezes instalação de uma creche, de uma repartição pública ou até de uma unidade de saúde. Esse é um projeto que já está pronto, já está na Assessoria Técnica Legislativa da Sra. Prefeita, e deve estar sendo remetida para a Câmara.

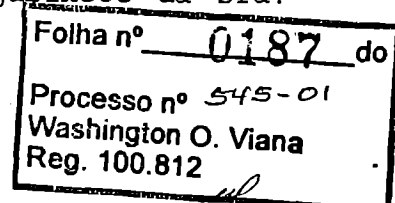
O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Então basicamente é uma idéia de permuta.

A SRA.

- Não, aí é uma outra questão.

Há um outro em estudo também. Aí é uma questão de compensação, de débitos e créditos. Aí seria na linha que V.Exa. está colocando, em que poderíamos estar, na verdade, compensando: "Se eu devo e sou credor, posso estar compensando o que eu devo com o que eu tenho a receber, e isso é um estudo ainda da Procuradoria Geral junto com a Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico, porque essa é uma questão mais cuidadosa, porque implica em mexer no Orçamento, porque se há uma previsão de entrada em dinheiro e saída, isso deve ser feito muito integrado com a Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico, mas esse é um projeto que está adiantado no estudo e estão, pelo menos, tentando viabilizá-lo.

A questão do parcelamento já coloquei aqui. Estamos tentando viabilizar um parcelamento maior e mais compatível com a natureza do crédito ou do débito, aí no caso, e com a natureza da própria pessoa. Se é uma pessoa que não tem condições. Agora, eu particularmente, não deixei de atender nenhum pedido. Todos que chegaram à Secretaria, independente de ter encaminhamento político ou não, atendo qualquer pessoa que vai à Secretaria, com pleito, ou que seja encaminhada. Muitas vezes as pessoas enviam muito e-mail para o gabinete da Sra.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T15 FOLHA:5

TAQ.:Camilo

COMISSÃO:ORÇ

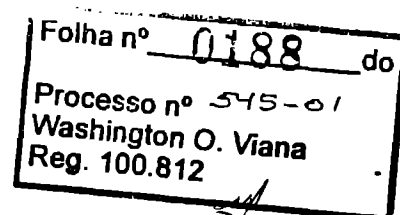
ORADOR:

DATA:19-10-01

SEM REVISÃO

Prefeita, que vai instintamente para a Secretaria, e procuramos tratar isso da melhor maneira possível, na medida das nossas possibilidades, e temos conseguido alguns parcelamentos, além do que usualmente autorizamos.

Agora o problema que ocorre também...





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T16 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

Agora, o problema que corre também com relação ao parcelamento é que quando deixa de pagar, perde o direito ao parcelamento e aí ele fica prejudicado. Então, isso é uma outra questão também que a gente não pode abrir mão porque, senão, você se desmoraliza. Parcela, não paga; parcela de novo, fica reparcelando, tudo isso mobiliza a máquina, então existe essa restrição também. Muitos débitos não podem ser pagos parcelados porque a pessoa já teve um acordo e já quebrou esse acordo. Então, aí inviabiliza um novo parcelamento. Mas isso a gente também excepcionalmente tem autorizado, quando se justifica.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vou chamar agora o Sr. Carlos Eduardo Barbosa para fazer a sua pergunta. Ele é do gabinete do Vereador Marcos Zerbini.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O Dr. Norberto não vai fazer mais nenhuma pergunta? (Pausa) Então, eu queria fazer só uma pergunta à Dra. Ilza.

Dra. Ilza, acompanhei o seu raciocínio com muito interesse e fico me perguntando o seguinte: se um milhão e seiscentos mil imóveis tem a proposta de não pagar o IPTU, eu que tenho acompanhado essa população pobre (comecei a fazer demagogia) quando tem problema de dívida ativa, vai para o departamento e a dívida às vezes assume valores, por causa dos juros, correção e tal, absurdos. Não haveria necessidade, sem falar a palavra anistia, uma necessidade de compatibilizar? Se a pessoa vai ser isenta de pagar o IPTU, a partir de agora, de um determinado tipo de imóvel e ela tem uma dívida

Folha nº 0189 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T16 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

remanescente pelo fato da família estar desempregada e tal, o chefe da família estar desempregado, alguma compatibilização, algum projeto de lei, mesmo que fosse agora na proposta orçamentária, para resolver esse problema terrível de pessoas que têm de pagar tão pouco, não consegue pagar tão pouco e agora vai haver a ampliação da faixa de isenção de IPTU?

Não sei se a minha pergunta...

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - é possível, mas aí mediante lei, desde que haja uma lei que autorize... Sempre por lei. Não há possibilidade administrativamente pelo Executivo. Isso é impossível.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sim, através de lei. Nos tínhamos um milhão de imóveis isentos, agora vamos para um milhão e seiscentos, mas é evidente que muitas dessas pessoas já têm dívidas...

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Mas aí tem de ter um projeto, acredito que um projeto próprio, tratando especificamente dessa questão. Eu não misturaria a questão no caso.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Não, correto, projeto próprio.

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - É, um projeto próprio. E a gente está à disposição também da Câmara, qualquer estudo que a gente possa estar ajudando...

Folha nº 0190 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T16 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

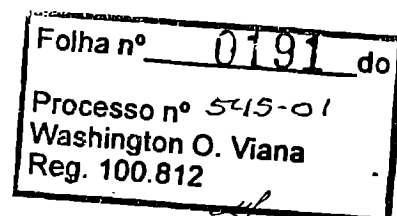
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, esto fazendo uma solicitação. Será que a Secretária dos Negócios Jurídicos, tendo em vista essa nova filosofia de ampliar de um milhão de imóveis para um milhão e seiscentos, pudesse fazer um cruzamento das famílias que estão contidas nesse universo para que houvesse um projeto de lei do Executivo a respeito da dívida ativa para que essas famílias que vão ser isentas daqui para a frente pudessem ter um redução...

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Algum de beneficio que facilitasse o pagamento. Pode ser estudado.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - ... isso para que não haja uma contradição?

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Pode. Acho interessante a idéia, vou levar à Secretária e, com certeza, a gente pode manter contato a respeito disso.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Obrigado.



O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - O Sr. Carlos Eduardo, do gabinete Vereador Marcos Zerbini.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBOSA - Tenho duas questões simples, de esclarecimentos sobre os números que aparecem no orçamento da Secretaria, que acredito que são decorrentes principalmente de um



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T16 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

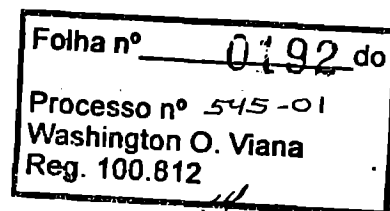
SEM REVISÃO

problema crônico que existe na contabilidade pública, que é o que a gente sempre tem contas sintéticas, a gente sempre tem uma apresentação difícil de se avaliar, de se entender, por falta do analítico, do detalhamento.

A primeira dessas dúvidas diz respeito ao lançamento, na Secretaria, de despesas que são qualificadas como "outros serviços de terceiros", pessoas jurídicas. Há um montante total na Secretaria de cinco milhões, quinhentos e vinte sete mil e uns quebrados, dos quais 53,28% estão alocados no gabinete do Secretário, são dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil e uns quebrados de serviços de terceiros, pessoas jurídicas alocadas no gabinete do Secretário. Então, com relação a esses números, gostaria de ter um esclarecimento um pouco maior, tipo qual é a composição desses serviços e, em seguida, apresento a segunda questão.

O SR. - Serviços de terceiros. Veja, no nosso caso da Secretaria dos Negócios Jurídicos, no gabinete você tem uma concentração. No primeiro ponto, nós temos uma locação de imóvel, que é para pessoa jurídica, então aí já um montante considerável e são os contratos de manutenção da Secretaria com um todo. Então, temos serviços de limpeza de ambientes, outros contratos, vamos dizer, de manutenção, xerox, locação de máquinas reprográficas. Então, são contratos que você faz efetivamente com contraprestação de serviços.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBOSA - Seria possível a gente ter, depois, uma relação?





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T16 FOLHA:5

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 19-10-01

SEM REVISÃO

O SR.

- Sim.

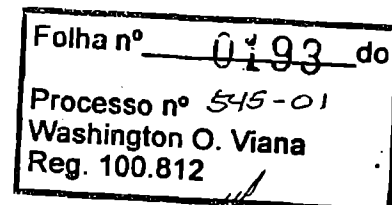
O SR, CARLOS EDUARDO BARBOSA - A segunda questão se refere ao processo de informatização. Então, tem uma verba alocada de cento e setenta e três mil reais para informatização, que é realmente um investimento muito necessário, mas, não sei da experiência de vocês, a gente às vezes encontra numa repartição pública um funcionário dando tapa no computador, xingando o mouse, fazendo coisas desse tipo por falta de treinamento, por falta de familiaridade com o equipamento. Vejo que temos uma verba para treinamento e desenvolvimento de recursos humanos de apenas nove mil reais, alocada para a Secretaria...

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Eu acredito que essa despesa está contemplada dentro do projeto de informatização. Quando você fala da informatização, está incluído o levantamento das necessidades, o treinamento do pessoal, seria esse tipo de consultoria incluída no projeto de informatização.

O SR. CARLOS EDUARDO BARBOSA - Então, estaria incluído nos oitocentos e setenta e três mil?

A SRA. ILZA REGINA FELIPE DIAS - Nos oitocentos e no que vem de recursos externos de financiamento. Não é nesse recurso menor...

(T17)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T17 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

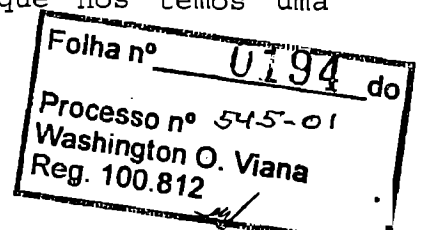
Não é nesse recurso menor... Aí, quando a gente fala em treinamento, é treinamento do quadro, de melhoramento do próprio funcionalismo na carreira, de aperfeiçoamento, talvez até um pouco na área de informatização, mas não basicamente. Quando a gente contratar esses serviços e forem implantados esses projetos, obviamente vai ter de haver um treinamento de pessoal até para se compatibilizar com os programas, com os sistemas. Então deve estar previsto nesse orçamento de informatização global.

O SR. - Certo. Aquele que o Pólice tinha comentado.

O SR. MARCOS SCARPI (?) - Dá licença: o Pimat (?) prevê equipamento, a consultoria propriamente dita e todo o treinamento e implantação de todos os sistemas, inclusive a questão de aparelhamento físico; se precisar reformar o imóvel, a parte elétrica, ar condicionado; o que tiver que ser feito está tudo incluído nesse projeto maior.

O SR. - Obrigado.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Terminou tudo? Agora vamos para o Planejamento? Eu só queria fazer uma solicitação à Dra. Ilza, antes de concluir: a Câmara e o Senado estão discutindo as taxas de lixo, conservação de vias e iluminação pública. Ontem, infelizmente, conseguiu-se aprovar na Câmara a questão da iluminação pública, e agora vai para o Senado. O Deputado Emerson Capaz está fazendo emenda constitucional para tentar criar a taxa de lixo. Nós, como municipalistas convictos... E alguns municípios já criaram a taxa de sinistro. Então, queria solicitar à Secretaria dos Negócios Jurídicos, se pudesse, para fazer um estudo ou parecer, porque nós temos uma





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T17 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

demanda enorme na questão dos Bombeiros, e essa questão da taxa de sinistro tem várias interpretações. Nós acreditamos que há necessidade dessa taxa de sinistro. Se a Secretaria dos Negócios Jurídicos não poderia criar alguma coisa que nos respaldasse nessa dotação e até na criação da taxa de sinistro, dentro dos parâmetros constitucionais, evidentemente.

A SRA. ILZA REGINA DE FELIPE DIAS - Posso pedir para que sejam feitos estudos e a gente pode examinar a questão, sim. Agora, realmente teria de passar por um exame, porque não estou a par dos projetos, estaria falando de uma questão de que não estou inteirada ainda. Mas estou disposta a levar o requerimento do Vereador para estudarmos isso na Secretaria.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Quero agradecer à Sra. Ilza Regina de Felipe Dias e ao Dr. Marcos Scarpi pelas explanações, e também ao Dr. Pólíce, anteriormente, que ainda não agradecemos.

Vamos passar a palavra à Secretaria Municipal do Planejamento Urbano, através do seu Diretor de Projetos Urbanos, Dr. José Magalhães.

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Bom dia.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Bom dia, Dr. José. Eu queria deixar consignado em ata que o senhor é uma pessoa da maior respeitabilidade técnica, mas considero um desrespeito que tanto o Secretário, como o Chefe de Gabinete, que têm por obrigação e compromisso com os Vereadores aparecerem uma vez por ano por ocasião do Orçamento, não prestigiarem esta instituição e esta discussão. Sem prejuízo da sua qualificação, quero deixar claro que isso é um desprestígio ao Poder

Folha nº	0195	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T17 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Legislativo, sendo a única oportunidade que os Vereadores têm para discutir com os Secretários. Muito obrigado.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Com a palavra, por favor.

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Primeiro, as justificativas de nosso Secretário e nossa Chefe de Gabinete não se encontrarem presentes serão apresentadas oportunamente pelos próprios. No entanto, não tenho aqui obrigação de declinar os motivos, principalmente do Sr. Secretário, mas S.Exa. se encontra envolvido nas diversas audiências públicas do Plano Diretor. Estou aqui, então, da melhor forma possível, juntamente com os técnicos municipais da nossa Secretaria - a Alice e o Fábio Pereira, que me acompanham para o nosso depoimento, aqueles que tiveram, inclusive, a missão de consolidar as peças orçamentárias elaboradas pela Sempla e encaminhadas à Secretaria de Finanças.

Gostaria, antes de entrar nas questões das verbas destinadas ao trabalho, falar um pouco de como se elaborou um orçamento-programa, em função, em primeiro lugar de levarmos em consideração, a partir das metas estabelecidas pelo Governo, as marcas estabelecidas por esta Administração, que foram orientadoras desse orçamento. É evidente que essas marcas, como a tal marca M-1, da mudança da cara da cidade, são uma série de ações, de projetos, que apesar de terem sido feitas a partir do início do ano, estão em consonância com o Plano diretor hoje colocado em debate pela Sempla nos diversos órgãos da cidade.

Queria também ressaltar o papel da Sempla, que não teve praticamente papel ativo nas administrações, principalmente nas duas últimas. Tanto é que, se os senhores puderem analisar o orçamento

Folha nº	0196	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T17 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

destinado à Sempla neste ano e em 2001, o que diz respeito a projetos, planos urbanos, não existe nenhuma alínea de previsão de recursos.

O que está sendo feito hoje... (MÁRCIA)

Folha nº 0197 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T18 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

O que está sendo feito hoje, tanto o Plano Diretor como os trabalhos do meu departamento recém criado, que é de Projetos Urbanos, estão sendo feitos com equipes internas, inclusive montadas com a transferência de profissionais de diversas outras secretarias; enfim, tentando trabalhar com a questão da reconstrução, esse símbolo que a Prefeita coloca do seu governo - reconstruir a cidade e reconstruir a cidadania -, nós estamos começando a reconstruir a nossa máquina para poder trabalhar.

Nesse sentido, os estudos e projetos que aqui estão, que na verdade se refletem em intervenções urbanas, essas intervenções urbanas entendo que são, como dizia o nosso mestre Milton Santos: "O território só pode ser entendido, não pelo que ele é, mas pelos seus usos e pela construção, socialmente, desses territórios". As infra-estruturas que nós incorporamos ao território são, na verdade, uma forma de distribuição de renda. Já que vivemos num país inigualitário, e em São Paulo, onde persiste a exclusão social, uma forma que eu entendo socialmente correta é distribuir renda através de uma adequada infra-estrutura.

Por isso, quando os senhores lerem a nossa lista de projetos, antes de estar trabalhando com operações urbanas, nós estamos tentando trabalhar com o transporte. É por isso que aqui está o Corredor Santo Amaro, o Corredor Pirituba, o Corredor Francisco Matarazzo, terminal de ônibus em Pirituba, a melhoria do Corredor Celso Garcia. E nesse sentido, é evidente que os senhores poderiam me perguntar: "Mas o senhor está trabalhando com programas de outras Secretarias". Não, é que nós entendemos que a visão da Secretaria do Planejamento, ao

Folha nº 0198 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T18 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

trabalhar, por exemplo, com a Secretaria Municipal de Transportes, com SPTrans, tem que entender que a qualificação do transporte não se dá apenas no transporte. A inserção de um eixo de transporte é realmente um fato de qualificação do espaço urbano. Toda questão da possibilidade de adensamento ao longo dos corredores de transporte poderá ser uma forma adequada de trabalhar numa talvez adequada política para a cidade.

Tenho afirmado publicamente, e já falei com o Secretário, que o Plano Diretor que estamos fazendo aí, que é uma primeira peça, é um corpo que entendo bem proporcionado: tem cabeça, se fizer uma comparação com o corpo humano, tem tronco, tem membros. No entanto, essa moldagem do que vai ser esse Plano diretor depende de todos nós, depende do debate, depende do peso que queremos dar, enquanto sociedade civil, enquanto corpo técnico, dar a forma que a gente quer para esse plano. Existem condições mínimas que estão estruturadas nesse Plano Diretor, no entanto é necessário que se dê a ele um foco principal.

Do meu ponto de vista, eu coloco o transporte, como já disse. O transporte que possa integrar esses territórios fragmentados, como diz a nossa Aldaíza, uma cidade dividida em pedaços. Talvez o transporte qualificado seja uma forma de resolver esse problema.

Estou dizendo essas questões que são praticamente conceituais para poder justificar, não para a Câmara, mas entre colegas do Governo, esse debate que devemos ter entre as diversas secretarias, para justificar a lista imensa de trabalhos que nós fizemos aqui. Corredor Santo Amaro, Corredor Pirituba, Corredor Francisco Morato,

Folha nº	0199	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T18 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Operação Faria Lima, que estamos revendo, temos que reestruturar porque ela foi concebida em outros governos, o resultado foi traumático. Nós podemos dizer que a Operação Faria Lima teve resultado excelente do ponto de vista imobiliário, no entanto não é a cidade que queremos. O que está lá são uma série de torres que na verdade não dizem respeito nem à paisagem brasileira; é a paisagem globalizada, são as torres a exemplo do World Trade Center que foi ao chão - não estou dizendo que toda essa paisagem deveria ir ao chão, no entanto ela é reflexo de toda a paisagem globalizada. O Terminal de Ônibus e a nova centralidade...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O senhor trouxe o documento?

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Nós temos alguns documentos...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O senhor poderia passar esses documentos para a comissão?

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Se a Sempla não tiver encaminhado, a gente pode depois anexar esses documentos à Câmara.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - É importante isso para a gente.

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Então, o pólo urbano da Vila Sônia, com a construção e determinação da Secretaria, da construção da linha 4 do Metrô, nós entendemos que não é simplesmente fazer lá uma estação e um transbordo; esse investimento pode ser acompanhado com a melhoria do entorno. E no caso, a Operação Urbana se justifica na medida em que possa, através dessa infra-estrutura, dotar o local de habitação, de equipamentos sociais, e não simplesmente a possibilidade de arrecadar recursos. Para falar com todas as letras, deixar a mais-valia para o empreendedor. Nós temos que resgatar realmente essa parte de

Folha nº 0200 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T18 FOLHA: 4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

valorização imobiliária, para que possa ser investido em projetos urbanos.

Alguns projetos aqui são circunstanciais. Quando se fala na Operação Carandiru - que até já estive nesta Casa falando - ela nasce realmente da possível transferência, da desativação da cadeia, como também a própria Operação Ceagesp, com a transferência da própria Central de Abastecimento. A questão do Parque Dom Pedro, em torno do Palácio das Indústrias; a questão da zona Cerealista... Enfim, a execução de estudos e projetos para todos os bairros da cidade de São Paulo, nós entendemos que não só com a descentralização - e cada subprefeitura vai ter o seu papel de fazer o seu trabalho, no entanto Sempla entende necessário um trabalho coordenador.

Os planos regionais que vão ser feitos a partir da aprovação do Plano diretor, em todas as questões ligadas à paisagem urbana, da Lei de Zoneamento, aos projetos complementares que têm financiamento, no caso do Projeto Monumento, aquela recuperação da área da Luz... Enfim, senhores, não vou me alongar nessas questões mas quero afirmar uma coisa que acho fundamental: o porquê de determinados valores. Entendo as dificuldades que a gente tem, da Secretaria de Finanças, no entanto, quando não se aloca recursos para projetos, qual é a prática que tem sido feita? É o poder público fazer projetos ineficientes, chegar, se possível, ao nível de projeto básico. Eu, como profissional da área, sou arquiteto, sou ex-presidente do IAB; tenho trabalhado e advogado nesse sentido de que só podemos pôr o projeto em licitação como projeto executivo, porque na hora que o Poder Público passa para a construtora a condição de ela embutir nos seus custos a execução dos

Folha nº 0201 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T18 FOLHA:5

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

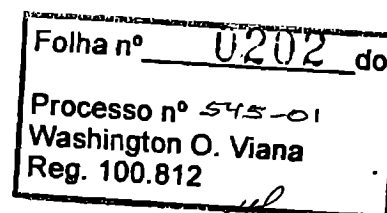
ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

projetos executivos, nós já estamos contribuindo para essa questão do alto faturamento das obras públicas; está aí o Rodoanel na mídia, colocado; o Governo do Estado tentando se desculpar pelos valores gastos no Rodoanel, pelo valor, dizendo: "Não, o projeto foi feito rápido, precisou ser feito como projeto básico", então existe uma grande diferença.

Então, os valores... (MARCIA)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T19 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Então, nos valores que a gente pensou, é evidente, está sendo levada em consideração essa condição, de executar projetos preliminares, ante-projetos, projetos básicos e projetos executivos. Então, só quero afirmar que os recursos colocados à disposição da Sempla, apesar de a Sempla ser uma secretaria pequena, nós temos de trabalhar com terceiros, com consultoria, porque não é possível fazer uma operação urbana, estabelecer uma contrapartida adequada sem ter conhecimentos de mercado imobiliário. Nós não temos, dentro da máquina, condições de fazer isso. Não pode mais ser feito como é feito hoje, na Operação Faria Lima, onde se coloca negociação. "Negociação", o próprio nome diz que é espúrio, desculpe. Leva à condição de você ter hoje, na Operação Faria Lima, 80 questionamentos do Tribunal de Contas, mostrando como a contrapartida estabelecida pela Sempla no governo passado foi aquém da valorização da Faria Lima. Então, essa mais-valia foi apropriada pelos empreendedores.

Para isso, senhores, nós precisamos ter condições estruturais dentro do governo, para poder fazer bem feito, calcular corretamente. Nós estamos propondo agora que a Faria Lima não tenha mais negociação, que tenha realmente uma tabela estabelecida, aprovada pela CNLU, e acaba essa condição.

Então, minha defesa aqui é muito mais do ponto do vista do conceito. Deixo até para os meus colegas que aqui estão, que trabalharam na consolidação do Orçamento, darem respostas pertinentes aos números.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Eu só queria fazer um comentário. O senhor citou Milton Santos, que diz que a definição, o entendimento

Folha nº 0203 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T19 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

de um território, que pode ser entendido através do seu uso. Eu li uma entrevista dele, onde afirma isso também, na Revista Caras. Achei magnífico. Não é um assunto que eu entenda muito, mas achei muito interessante. E ele dá um exemplo nessa entrevista: imagine o interior de São Paulo, que de repente - pensando na globalização, etc. - vira uma grande plantação de laranja; na hora em que os Estados Unidos deixarem de comprar laranja, o nosso suco, o que vai acontecer com aquele território? As conseqüências são desastrosas.

Por outro lado, eu estava pensando aqui em algumas intervenções urbanas de grande porte que foram feitas na nossa cidade - e estou também discutindo as coisas mais conceituais - que acabaram causando cicatrizes e problemas urbanos, vamos dizer, graves, na minha modesta visão, pois não é minha área de entendimento. Uma delas é o Minhocão. Você destruiu o patrimônio naquela região toda. Não sei se haveria uma alternativa. Não estou dizendo qual é a solução. Sei que aquela foi uma intervenção que, entendo, deteriorou uma área significativa da nossa cidade.

Uma outra que vejo é esse Corredor da Santo Amaro. Quando o senhor falou de fazer um corredor em Pirituba, que é uma área que conheço particularmente, por atividades políticas lá, me preocupa se aquela Avenida Raimundo de Magalhães não vai ser deteriorada, se não vai acontecer o que aconteceu na Avenida Santo Amaro. Tenho uma certa preocupação com isso. Não entendo também se transporte, mas pergunto se não seria o aprimoramento da linha de ferro que tem ali, ou do próprio metrô, uma intervenção muito mais correta, mesmo que fosse um metrô de superfície, como é feito na Zona Leste, do que fazer um

Folha nº	0204	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T19 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

corredor naquela rua tortuosa... Deve ser à Raimundo que vocês estão se referindo, porque não vejo outra na região.

E finalmente, essa intervenção do Vale do Anhangabaú, que me lembro quando foi feita, foi um custo astronômico, e no fim é só, na verdade, uma passagem de nível que até já existia, malfeita... Quer dizer, foi um custo altíssimo e virou o que virou: uma praça abandonada... Acabou até tirando um cartão postal que a cidade tinha.

Seria só esse comentário.

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Só para fazer algumas considerações sobre a reflexão a que conduz a sua fala, acho que a questão dessas obras que o senhor falou - o Vale do Anhangabaú, o Minhocão, a Praça Roosevelt - vieram de épocas evidentemente autoritária, onde se entendia que o automóvel e o sistema viário poderia resolver. Todos se lembram do Coronel Fontenelli, que veio a São Paulo para tentar impor, através de uma visão autoritária, o que fazer. Isso são resquícios dessa época. No entanto, o senhor perguntou: "Dá para fazer alguma coisa?". Nós entendemos que dá, evidente que dá. A gente tem condições de fazer, e vimos trabalhando não só na universidade, com trabalhos acadêmicos, mostrando possibilidades nessa área de conhecimento, na área de Projeto Urbano, que é possível fazer e mudar.

Quando o senhor dá o exemplo do Corredor Santo Amaro, ele é um exemplo de como "não" se deve fazer um corredor de transporte. No entanto, temos outras cidades brasileiras como Curitiba, que a partir da proposta do atual Secretário nosso, que foi o primeiro autor do Plano Urbanístico de Curitiba, na hora que se propôs como estrutura

Folha nº 0205 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T19 FOLHA:4

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

básica da cidade aqueles grandes eixos de transporte, vamos dizer, ordenou, estruturou e vertebrou a cidade de Curitiba.

Então, entendo que há corredores "e" corredores. Corredor de transporte não precisa ser um corredor deteriorado como é o Corredor Santo Amaro. Quando a gente coloca aqui, é que temos idéias de como fazer isso. São propostas que, evidentemente, entendemos devem ser construídas de uma forma participativa. Apesar de nós sermos representativos, só se constrói programa urbano com participação.

É nesse sentido que entendo, e digo para o nosso companheiro da Secretaria de Finanças, como a gente vai poder - talvez remanejar verbas, mexer um pouco no Orçamento, para realmente a gente ter condições de contratar projetos de consultoria. Tenho certeza que quando o Adriano Diogo questionou o Pólice com relação àqueles 100 mil reais, que era para dizer da pertinência do que custa realmente fazer um mapeamento da questão da geomorfologia.

Eu só digo o seguinte: como é que pode uma Secretaria como a Sempla, quarta cidade do mundo, não ter hoje uma gestão de mapeamento geo-referenciado? Não é possível! Não é possível! Eu fui Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente na cidade de São Sebastião, e lá consegui implantar; hoje você entra na Internet e consegue identificar o teu lote, via um levantamento de mapeamento por satélite.

Então, não é possível uma cidade como São Paulo não poder trabalhar com geo-referenciamento. Se os senhores forem ao nosso Departamento de Informação, nós temos um departamento sucateado do ponto de vista de computadores. Não adianta, hoje a informática é um instrumento de trabalho. Como antes nós usávamos a prancheta e

Folha nº 0206 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T19 FOLHA:5

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

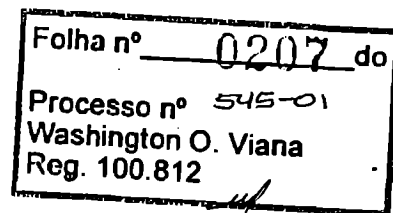
ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

puxávamos traço, hoje nós precisamos ter realmente o computador, a informática como instrumento de trabalho.

Então, tenho de dizer aqui, evidentemente entendendo... (MÁRCIA)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T20 FOLHA:1

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Então, tenho de dizer aqui, evidentemente entendendo as dificuldades, e fazendo parte do governo, entendendo as dificuldades que a Secretaria de Finanças tem, mas dizer que são muito limitados pela pretensão e da utopia da nossa visão de como trabalhar a cidade.

Era isso que eu tinha de falar.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A Sempla contrata as operações urbanas da Emurb? Eu estou acompanhando aquela operação urbana da Zona Leste...

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Não, veja, existe uma questão que a gente tem que entender bem o que está na lei o que está na prática, na verdade. Vamos pegar a Faria Lima. E não tem jeito, eu tenho que pôr a mão na ferida, senão não dá para explicitar quais são as questões.

Na gestão passada, como a Emurb estava ligada à Secretaria de Vias Públicas, com a presença do Reynaldo de Barros, evidentemente atuava na questão da Operação Faria Lima de uma forma muito... Não havia um aprofundamento de toda a máquina da Sempla na participação da operação. Existia uma comissão de negociação, e na verdade praticamente não havia uma gestão dos próprios recursos. Tanto é que, todos sabem, esses recursos advindos da Operação Faria Lima, não encontramos nenhuma contabilidade desse dinheiro que entrou. Isso entrou na Secretaria de Finanças, e o Paulo está aqui para dizer que está sendo mapeado, eu sou testemunha disso; mas só há poucos meses foi estabelecida uma conta vinculada da Emurb, cujos recursos, agora sim auferidos pela operação, são carimbados numa conta da Emurb.

Folha nº 0208 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T20 FOLHA:2

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Então a Sempla, em relação à Operação Faria Lima, faz toda a gestão, faz análise urbanística, calcula a contrapartida e é a Emurb, na verdade, que tem que fazer a gestão desses recursos.

Aí já coloco uma questão de princípio.... Existe acho que em torno de 60 milhões ou um pouco mais, na Operação Faria Lima, hoje. Por lei, existe uma série de obras que têm de ser feitas na Operação. No entanto, no meu ponto de vista, de outros e da própria Secretaria, algumas obras poderiam ser deixadas para depois. Existe uma ligação viária entre a Faria Lima e a Berrini que vai consumir muito mais do que os 60 milhões, porque tem que construir viadutos. Se é uma avenida que não é estrutural do ponto de vista de transporte - todo o mundo sabe que ela foi feita para ser a sua extensão como uma avenida imobiliária - eu advogo que não se discuta a lei, pelo contrário, a lei determina dez anos para o cumprimento. Então, atualmente entendo que esses recursos devem ser elaborados naquelas ações que criem melhoria do entorno. Veja que é uma visão estratégica e de postura em relação ao que fazer.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Quanto mais estica, mais congestionada, não é? E o nó que causou naquele Largo de Pinheiros é absurdo, depois da... O cruzamento com a Rebouças deteriorou. Quer dizer, ficou uma coisa intransitável.

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Outra coisa, Vereador. A Operação Centro é uma operação que praticamente é a Emurb que coordena. No entanto, ela também tem problemas na sua essência, como todas. A Água Espraiada, que está aí, já nasce com uma necessidade do governo se posicionar claramente quanto ao que vai fazer com essa obra; se vai

Folha nº	0209	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: T20 FOLHA:3

TAQ.: MÁRCIA

COMISSÃO: ORÇ

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

simplesmente fazer uma ligação viária ou vai responder à demanda habitacional que há na região. A Sehab coloca a necessidade de se trabalhar com dez mil habitações na área. Aí já vem a necessidade de ter projeto. Não dá para enfrentar essas questões de você não tem um orçamento que privilegia a condição de projeto. Sem projeto não se pode montar uma licitação; sem licitação não há obra.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - E a pergunta da Emurb?

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - É isso que eu disse. A Emurb, na verdade, é diretamente responsável pela Operação Centro. Existe um papel da Sempla na hora de calcular. Por exemplo, hoje a Operação Centro está calcada principalmente na transferência de potencial de bem tombado. Apesar de haver um questionamento do Tribunal de Contas de que ela se configura como uma operação interligada, como os senhores sabem, hoje trancado pelo Ministério Pública, no entanto ela continua viva e trabalhando. Então Sempla faz o cálculo da transferência de potencial...(DALVA)

Folha nº	0210	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T21

FOLHA:1

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:ORC

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

... faz o calculo da transferencia de potencial. No caso, Água Branca, a própria Emurb que é...

O SR. ADRIANO DIOGO - PT - Achava que Sempla e Emurb deviriam ter vindo juntas.

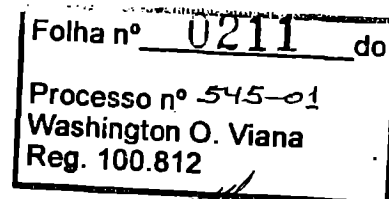
O SR. _____ - Não sei se é pelo caso da Emurb ter um orçamento separado. Não direto. Não sei. Isso aí é uma questão.

O SR. _____ - Aí, foi uma falha. Não sei de onde partiu. Isso não nos interessa. É que a Sempla era ligada, hierarquicamente, organizacionalmente a Secretaria de Vias Públicas e a Emurb foi colocada no mesmo dia da antiga SVPV, quando deveria estar aqui hoje.

O SR. ASRIANO DIOGO PT) - Cabe essa discussão. Queria fazer uma compatibilização dos projetos que a Emurb está fazendo para a Sempla, para ver qual o nível de compatibilização e tal. Mas acho, pelo menos foi importante todas esses esclarecimentos.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Alguém mais quer fazer uso da palavra? (Pausa).

Dr. José Magalhães o senhor falou inicialmente na questão de projeto básico, projeto executivo. É mais um negócio conceitual. A prioridade então seria os projetos básicos. Gostaria que o senhor recomentasse um pouco a questão.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T21 FOLHA:2

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:ORC

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

O SR. JOSÉ DE MAGALHÃES - Estou aqui falando inclusive como conselheiro na condição, do Instituto de Arquiteto. Estamos sempre afirmando de que a obras públicas devem ser colocadas em licitação com projeto do Executivo.

O Projeto Executivo é a única forma de você poder orçar uma obra. De dizer olha: vai tantos parafusos, tantos metros cúbicos de pedra, de areia, cimento. É a partir do projeto Executivo é que você tem esse direcionamento. O projeto Executivo, sempre é uma aproximação à própria realidade. Os projetos, no caso anti projetos, projetos básicos, não têm ainda a consolidação dos projetos executivos. Por exemplo, projeto de estrutura, hidráulica, telefonia. É só projeto executivo que você irá dizer; olha têm tantas toneladas de ferro com barras com esse tipo de aço. Num projeto básico não dá para fazer isso. Então, evidentemente essa prática se coloca em fazer licitação com projeto básico, porque sempre tem prazo. Ah! Não dá para fazer. e sempre não se leva em consideração essa condição. Então eu digo, muitas vezes. Ah! Tudo isso para projeto? É. Porque projeto custa. Agora se for comparar o custo de projeto com o montante da obra, é nada. Então é que é necessário. E é por isso que entendo de que uma peça orçamentária é importante porque dá tempo para que a Administração possa, primeiro; saber qual a visão que Sempla coloca. Queremos abrir pré qualificação de profissional. Temos a lei 866, complicada, hoje, para contratação. Se contrata um profissional por notável saber se questiona, desde convites que hoje é de 150 mil reais. Você têm de ter todo um procedimento; tomada de preços que é necessário que tenha 90 dias, por lei. Então veja; para que você

Folha nº	0212	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T21 FOLHA:3

TAQ.:Dalva

COMISSÃO:ORC

ORADOR:

DATA: 19-10

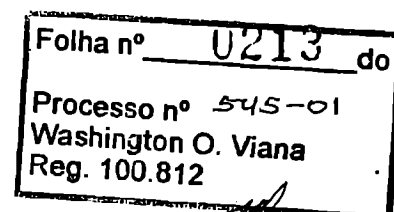
SEM REVISÃO

tenha, condição de ter um projeto executivo, põe em licitação, e ter condições de aparecer obras na cidade, devolver a tal da mais valia, como podemos dizer, colocar a infra-estrutura que é a distribuidora de renda, você tem todo esse espaço. Que tem de ser feito. E tem de ser tomado. É por isso que viemos aqui advogar, realmente, há necessidade de ter projeto executivo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, em que pese o pessoal da Sempla tem sido os primeiros a chegar, temos muito a discutir sobre as operações urbanas, mas gostaria de fazer uma proposta; está previsto a vinda Emurb aqui para o dia 30, terça-feira, é um dia muito sobrecarregado; porque tem Infra-estrutura Urbana, SSO, Serviço Funerário. Inclusive, está totalmente inadequado. A Emyrb não tem nada mais a ver com esses órgãos. Então gostaria de saber se não há um agendamento da Sempla junto com a Emurb para haver uma maior compatibilidade. Gostaria de pedir desculpas ao Magalhães.

O SR. _____ - Até sugiro, se a Comissão pudesse agendar até outro dia, e colocar Sempla e Emurb junto. Talvez até iremos ter a presença do Sr. Secretário. É uma sugestão muito boa.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Com a palavra, Dr. Police.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T22	FOLHA:1	TAQ.Dalva:	COMISSÃO:ORC
ORADOR:		DATA: 19-10	SEM REVISÃO

O SR. POLICE - Dr. Magalhães, é um prazer conhecê-lo pessoalmente e quero dizer que ouvi atentamente suas colocações. Todas pertinentes. Quero deixar claro que os recursos alocados em planos urbanos e estudos de projetos urbanos no orçamento, formam, praticamente, uma dotação simbólica. Porque a intenção, quando nos foi solicitado, por exemplo, a colocação de intervenções, quando o senhor falou desses projetos que seriam necessários serem executados, intervenções de bairros. Os 40 milhões alocados nos projetos centro e bairros, serão no momento e deverão ser transferido para o senhor, para fazer o que couber.

Por exemplo, a Emurb, se contratada, ela vai ser contratada com esses recursos. Revitalização do centro, temos cinco milhões, onde tem recursos para projetos. Em cada secretaria o que se procurou fazer foi o seguinte; deixar o projeto específico na secretaria, a Emurb a Sempla intervir quando chamados pela Secretaria. Aí posso, falar que não houve o corte e sim um ajuste na forma de tratar o assunto. Havíamos, na verdade, colocado, valores maiores do que esse daqui, e num último momento, fomos obrigados a reduzi-lo, ficando esse valor, quase que simbólico. Mas tenha certeza de que a questão do projetos serão priorizada e devidamente com a aporte de recursos no momento oportuno.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de requerer do pessoal da Sempla, sem prejuízo do requerimento anterior, que em reunião com a Emurb, pudesse trazer

Folha nº <u>0214</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T22 FOLHA:2

TAQ.Dalva:

COMISSÃO:ORC

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

todos os documentos relativos a orçamentos que puderem dispor para esta Comissão.

Outra questão que gostaria de deixar consignado é o seguinte; estou estranhado muito essa questão de tão pouco recursos para a área de projetos e tal, porque é uma decisão, política da Sra. Prefeita, de priorizar todas as operações urbanas. Isso é prioridade, zero absoluto para a Sra. Prefeita. A única forma dessa cidade sair dessa encalacrada é por meio das operações urbanas que vão estar contidas no Plano Diretor.

O SR. JOSÉ MAGALHÃES - Sobre as operações urbanas, é possível, até, claro, embutir dentro dos recursos auferidos pelas operações urbanas, valores para projetos. No entanto temos de trabalhar antes, para se colocar, realmente uma operação urbana na rua. E adequada para que você possa receber os recursos, para não acontecer como aconteceu na Faria Lima, de onde entrou aqueles primeiros recursos, se diz, não. se pagou a obra da avenida. No entanto... O projeto é uma coisa que anda antes. Então tem de ter uma capacidade, praticamente de poder ter os recursos com antecedência, para depois, mais tarde a própria operação urbana possa suprir.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Encerrando, gostaria de agradecer Dr. José Magalhães pela explanação e mais uma vez agradecer Dr. Police, e antes de encerrar - agora uma coisa particular - gostaria de convidar todos para a sessão solene que haverá aqui na Câmara

Processo nº	0215	do
545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:T22 FOLHA:3

TAQ.Dalva:

COMISSÃO:ORC

ORADOR:

DATA: 19-10

SEM REVISÃO

Municipal terça-feira, às 16 horas, "40 Anos da rede da legalidade", com presença de Leonel Brizola.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Presidente, apenas para deixar consignado, se a Sempla voltar, que houvesse um capítulo especial na explicação do Sepax(?). Essa questão é polêmica e gostaríamos de ter mais esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Obrigado a todos. estão encerrados nossos trabalhos.

Folha nº 0216 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Yute - re aos autos *Assinado* *19/10/01*

S.J. - Secretaria dos Negócios Jurídicos - Orçamento Anual para 2002

21.10 - Gabinete da Secretária

PROJETO, ATIVIDADE OU OPERAÇÃO ESPECIAL	CÓDIGO DA DOTAÇÃO					Valor Solicitado P/ 2002	Valor Concedido	% de Atend. em Relação ao Pedido
	Órgão e Unid.	Função, Subfunção e Programa	Proj.Ativ. Oper.Esp.	Elemento de Despesa	Dig. CTL			
Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.10	02.128.0106	2180	3.3.90.39.00	4	12.000,00	9.000,00	(-) 25%
Auxílio Refeição - Auxílio Alimentação	21.10	02.331.0129	2115	3.3.90.46.00	4	1.640.000,00	1.640.000,00	100%
Aquisição de Vale-Transporte - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.10	02.331.0129	2116	3.3.90.39.00	6	930.000,00	800.000,00	(-) 14%
Construção da Sede da Secretaria dos Negócios Jurídicos - Obras e Instalações	21.10	02.122.0150	3850	4.4.90.51.00	9	1.000,00	1.000,00	100%
Melhorias e Benfeitorias nas Dependências de SJ. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.10	02.122.0192	3851	3.3.90.39.00	6	4.140.068,00	620.000,00	(-) 85,024%
Operação e Manutenção da Frota - Material de Consumo - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Equipamentos e Material Permanente	21.10	02.122.0251	2101	3.3.90.30.00	6	18.000,00	10.000,00	(-) 44%
				3.3.90.36.00	4	1.000,00	1.000,00	100%
				3.3.90.39.00	3	16.000,00	11.000,00	(-) 31,25%
				4.4.90.52.00	4	5.000,00	1.000,00	(-) 80%
Aquisição e Locação de Veículos para Frota - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.10	02.122.0251	2102	3.3.90.39.00	1	540.460,00	43.000,00	(-) 92,04%
Aluguéis de Imóveis, Indenizações e Seguros - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.10	02.122.0251	2103	3.3.90.36.00	0	674.176,00	674.176,00	100%
				3.3.90.39.00	0	584.114,00	584.114,00	100%
Realização de Despesas Através de Adiantamento Bancário - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.10	02.122.0251	2109	3.3.90.39.00	9	12.000,00	12.000,00	100%
Consumo de Água, Energia Elétrica, Gás Encanado, Telefone e Telex - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Despesas de Exercícios Anteriores	21.10	02.122.0251	2114	3.3.90.39.00	5	750.000,00	750.000,00	100%
				3.3.90.92.00	3	25.000,00	25.000,00	100%

Folha nº 0217 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

21.10 - Gabinete da Secretária

②

S.J. - Secretaria dos Negócios Jurídicos - Orçamento Anual para 2002
21.15 - Procuradoria Geral do Município

PROJETO, ATIVIDADE OU OPERAÇÃO ESPECIAL	CÓDIGO DA DOTAÇÃO						Valor Solicitado P/ 2002	Valor Concedido	% de Atend. em Relação ao Pedido
	Órgão e Unid.	Função, Subfunção e Programa	Proj. Ativ. Oper. Esp.	Elemento de Despesa	Dig. CTL				
Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.15	02.128.0106	2180	3.3.90.39.00	2		10.000,00	5.000,00	(-) 50%
Serviço Especial de Assist. Juríd. à Pop. de Baixa Renda e aos Idosos - Material de Consumo - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Equipamentos e Material Permanente	21.15	02.062.0117	4816	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00 4.4.90.52.00	0 8 9	Folha nº 0219 do Processo nº 545-01 Washington O. Viana Reg. 100.812	1.000,00 1.000,00 1.000,00	1.000,00 1.000,00 1.000,00	100% 100% 100%
Apoio ao Aperfeiçoamento dos Integrantes da Carreira de Procurador - Diárias - Civil - Material de Consumo - Passagens e Despesas com Locomoção - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Equipamentos e Material Permanente	21.15	02.128.0131	4815	3.3.90.14.00 3.3.90.30.00 3.3.90.33.00 3.3.90.39.00 4.4.90.52.00	3 9 8 6 7		25.000,00 3.793,00 15.800,00 55.890,00 54.155,00	13.000,00 3.000,00 9.500,00 37.500,00 10.000,00	(-) 48% (-) 20,90% (-) 40% (-) 32,90% (-) 81,53%
Publicação de Editais e Outras Legais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.15	02.131.0149	2153	3.3.90.39.00	3		2.562,00	1.000,00	(-) 60,96%
Operação e Manutenção do Centro Infantil de Proteção à Criança - Material de Consumo - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Locação de Mão de Obra - Equipamentos e Material Permanente	21.15	02.365.0151	2105	3.3.90.30.00 3.3.90.39.00 3.3.90.37.00 4.4.90.52.00	0 8 9 9		5.951,00 48.998,00 60.820,00 10.127,00	5.951,00 57.049,00 0,00 3.000,00	100% (+) 16,43% No Elemento 39 (-) 70,37%
Administração da Procuradoria Geral do Município - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessol Civil - Diárias - Civil - Material de Consumo - Passagens e Despesas com Locomoção - Serviços de Consultoria - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Locação de Mão de Obra - Equipamentos e Material Permanente	21.15	02.122.0251	4814	3.1.90.11.00 3.3.90.14.00 3.3.90.30.00 3.3.90.33.00 3.3.90.35.00 3.3.90.36.00 3.3.90.39.00 3.3.90.37.00 4.4.90.52.00	1 6 1 0 3 0 9 0 0		0,00 10.000,00 64.691,00 18.211,00 7.000,00 2.000,00 150.381,00 187.513,00 35.953,00	4.228.450,00 8.000,00 14.000,00 15.000,00 7.000,00 2.000,00 209.000,00 0,00 10.000,00	S.F (-) 20% (-) 78,36% (-) 17,63% 100% 100% (+) 38,98% No Elemento 39 (-) 72,19%

S.J. - Secretaria dos Negócios Jurídicos - Orçamento Anual para 2002
21.15 - Procuradoria Geral do Município

PROJETO, ATIVIDADE OU OPERAÇÃO ESPECIAL	CÓDIGO DA DOTACÃO					Valor Solicitado P/ 2002	Valor Concedido	% de Atend. em Relação ao Pedido
	Órgão e Unid.	Função, Subfunção e Programa	Proj. Ativ. Oper. Esp.	Elemento de Despesa	Dig. CTL			
Realização de Despesas Através de Adiantamento Bancário - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.15	02.122.0252	2109	3.3.90.39.00	1	6.000,00	3.600,00	(-) 40%
T O T A L (Exceto Pessoal Civil)						777.845,00	416.600,00	
Folha nº 0220 do Processo nº 545-01 Washington O. Viana Reg. 100.812								

S.J. - Secretaria dos Negócios Jurídicos - Orçamento Anual para 2002
21.20 - Departamento de Desapropriações

PROJETO, ATIVIDADE OU OPERAÇÃO ESPECIAL	CÓDIGO DA DOTACÃO						Valor Solicitado P/ 2002	Valor Concedido	% de Atend. em Relação ao Pedido
	Órgão e Unid.	Função, Subfunção e Programa	Proj.Ativ. Oper.Esp.	Elemento de Despesa	Dig. CTL				
Publicação de Editais e Outras Legais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.20	02.131.0149	2153	3.3.90.39.00	8		1.000,00	1.000,00	100%
Processamento de Feitos do Departamento de Desapropriações - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	21.20	02.062.0208	4824	3.3.90.36.00	8		800.000,00	500.000,00	(-) 37,50%
Realização de Despesas Através de Adiantamento Bancário - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.20	02.122.0251	2109	3.3.90.39.00	1		3.600,00	3.600,00	100%
Administração do Departamento de Desapropriações - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Material de Consumo - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Locação de Mão de Obra - Equipamentos e Material Permanente	21.20	02.122.0251	4823	3.1.90.11.00 3.3.90.30.00 3.3.90.39.00 3.3.90.37.00 4.4.90.52.00	5 5 2 3		0,00 50.000,00 350.000,00 120.000,00 50.000,00	10.592.418,00 23.000,00 300.000,00 0,00 10.000,00	S.F. (-) 54% (-) 14,29% 0 (-) 80%
T O T A L (Exceto Pessoal Civil)							1.374.600,00	837.600,00	

Folha nº 0221 do
 Processo nº 545-01
 Washington O. Viana
 Reg. 100.812

S.J. - Secretaria dos Negócios Jurídicos - Orçamento Anual para 2002
21.30 - Departamento Judicial

PROJETO, ATIVIDADE OU OPERAÇÃO ESPECIAL	CÓDIGO DA DOTAÇÃO					Valor Solicitado P/ 2002	Valor Concedido	% de Atend. em Relação ao Pedido
	Órgão e Unid.	Função, Subfunção e Programa	Proj.Ativ. Oper.Esp.	Elemento de Despesa	Dig. CTL			
Publicação de Editais e Outras Legais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.30	02.131.0149	2153	3.3.90.39.00	0	1.000,00	1.000,00	100%
Processamento de Feitos do Departamento Judicial - Diárias - Civil - Passagens e Despesas com Locomoção - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Despesas de Exercícios Anteriores	21.30	02.062.0208	4832	3.3.90.14.00 3.3.90.33.00 3.3.90.36.00 3.3.90.39.00 3.3.90.92.00	8 2 1 0 9	3.000,00 64.840,00 480.000,00 377.600,00 80.000,00	3.000,00 30.000,00 140.000,00 157.320,00 80.000,00	100% (-) 53,73% (-) 70,83% (-) 58,33% 100%
Realização de Despesas Através de Adiantamento Bancário - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.30	02.122.0251	2109	3.3.90.39.00	4	3.600,00	3.600,00	100%
Administração do Departamento Judicial - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Material de Consumo - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Locação de Mão de Obra - Equipamentos e Material Permanente	21.30	02.122.0251	4831	3.1.90.11.00 3.3.90.30.00 3.3.90.39.00 3.3.90.37.00 4.4.90.52.00	9 9 6 7	0,00 50.000,00 69.000,00 44.400,00 30.000,00	12.320.302,00 30.000,00 113.400,00 0,00 10.000,00	S.F (-) 40% (+) 64,38% No Elemento 39 (-) 66,66%
T O T A L (Exceto Pessoal Civil)						1.203.440,00	568.320,00	

Folha nº 0222 do
 Processo nº 545-01
 Washington O. Viana
 Reg. 100.812

S.J. - Secretaria dos Negócios Jurídicos - Orçamento Anual para 2002
21.40 - Departamento Patrimonial

PROJETO, ATIVIDADE OU OPERAÇÃO ESPECIAL	CÓDIGO DA DOTAÇÃO					Valor Solicitado P/ 2002	Valor Concedido	% de Atend. em Relação ao Pedido
	Órgão e Unid.	Função, Subfunção e Programa	Proj.Ativ. Oper.Esp.	Elemento de Despesa	Dig. CTL			
Publicação de Editais e Outras Legais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.40	02.131.0149	2153	3.3.90.39.00	3	1.000,00	1.000,00	100%
Herança Jacente - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.40	02.062.0171	4837	3.3.90.39.00	5	9.000,00	9.000,00	100%
Processamento de Feitos do Departamento Patrimonial - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.40	02.062.0208	4839	3.3.90.36.00 3.3.90.39.00	1 0	245.000,00 2.400,00	150.000,00 2.400,00	(-) 38,77% 100%
Realização de Despesas Através de Adiantamento Bancário - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.40	02.122.0251	2109	3.3.90.39.00	7	1.800,00	1.800,00	100%
Administração do Departamento Patrimonial - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Diária Civil - Material de Consumo - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Locação de Mão de Obra - Equipamentos e Material Permanente	21.40	02.122.0251	4838	3.1.90.11.00 3.3.90.14.00 3.3.90.30.00 3.3.90.39.00 3.3.90.37.00 4.4.90.52.00	9 3 9 6 7	0,00 500,00 48.000,00 365.411,00 11.978,00 10.000,00	9.393.850,00 500,00 21.300,00 356.000,00 0,00 10.000,00	S.F 100% (-) 55,62% (-) 2,57% 0 100%
T O T A L (Exceto Pessoal Civil)						695.089,00	552.000,00	

Folha nº 0223 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

S.J. - Secretaria dos Negócios Jurídicos - Orçamento Anual para 2002
21.50 - Departamento Fiscal

[illegible]

21.60 - Departamento de Procedimientos Disciplinarios

9

19/10/01 - 10 HORAS - Anexo G - 3ª Reunião Técnica - Proposta Orçamentaria 2002 e Plano Plurianual 2002/2005 da Comissão de Finanças e Orçamento

PRESENTES

NOME LEGÍVEL

ENTIDADE / TELEFONE / GAB. VEREADOR

F: 31055032

Jose' Anibal G. Almeida 'Fórum Orçamentário' - CORECON-PP.
GUIDO HEVI CONRÊA Gabinete Elisen Gabriel - vereador
FABIO PEREIRA DOS SANTOS - SEMPLA - 32914870
LUCIMAR GOUVEA DE LIMA Gab. Ricardo Monteiro
NOBERTO ANTONIO BATISTA 38º SSP. Ver. Roberto Tripoli
WILSON FABBRI VER. BISPO ATILIO
Arnaldo Fonte Ver. Celso Jatene
DULCE EUGENIA OLIVEIRA. S.F.G.

Folha nº 0226 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



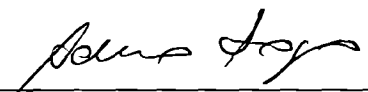
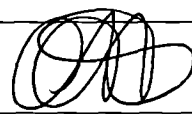
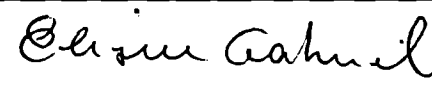
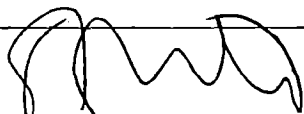
Câmara Municipal de São Paulo

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

4ª REUNIÃO TÉCNICA Proposta Orçamentaria 2002 Plano Plurianual 2002/2005

12 DE OUTUBRO DE 2001
10 HORAS - Sala Tiradentes

LISTA DE PRESENÇA DOS SENHORES VEREADORES

ADRIANO DIOGO	
AUGUSTO CAMPOS	
BISPO ATÍLIO FRANCISCO	
ELISEU GABRIEL	
ÍTALO CARDOSO	
MILTON LEITE	
RICARDO MONTORO	
VIVIANI FERRAZ	
WADIIH MUTRAN	

À Presidência da Mesa, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, do Ato 654/99.


ELISEU GABRIEL
Presidente

Folha nº 0227 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

MEMBROS: ELISEU GABRIEL - PRESIDENTE
WADIH MUTRAN
AUGUSTO CAMPOS
ÍTALO CARDOSO
RICARDO MONTORO
MILTON LEITE
JOSÉ VIVIANI FERRAZ
ADRIANO DIOGO
ATILIO FRANCISCO

**REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO, EM 22 DE OUTUBRO DE 2001.**

Folha nº 0228 do
Processo nº 4545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R1	FOLHA:1	TAQ.: Dalva	COMISSÃO: FIN
ORADOR:		DATA: 22-10	SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Bom dia a todos. Vamos dar início a nossa reunião técnica, com órgãos do Governo, para discussão da proposta orçamentária 2002. Hoje trataremos a questão da Secretaria de Implementação das Subprefeituras. Temos a honra de contar com a presença do Sr. Secretário Arlindo Chinaglia Júnior, que convidamos para fazer parte da mesa juntamente com Dr. Police.

Com a palavra o Sr. Secretário Arlindo Chinaglia Júnior.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Bom dia a todos os presentes. Em primeiro lugar quero dizer que é uma honra estar aqui na Câmara de Vereadores para relatar aquilo se pretende e os recursos disponíveis, no caso da Secretaria. Penso que cada vez mais o Poder Legislativo no País tem de ter um protagonismo maior, até porque a lei orçamentária em nosso País, apenas autoriza e não determina o que o Poder Executivo deva fazer.

Portanto creio que seja de fundamental importância a valorização do Poder Democrático que é o Legislativo. A Secretaria de implementação das Ssubprefeituras, tem como tarefas, pelo menos em linhas gerais...

(inclui rodízio 02) segue Ane (03)

Folha nº <u>0229</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R-3 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

...pelo menos em linhas gerais aquilo que nós poderíamos chamar de trabalho de zeladoria da Cidade. Então, envolve aspectos relacionados a jardinagem - mato, galhos, etc -, atividades referentes a microdrenagem - limpeza de córregos, galerias, bocas-de-lobo. Isso evidentemente ganha relevância numa cidade que foi irregularmente construída e continua sendo. Também é função da Secretaria a fiscalização do uso e ocupação do solo e, portanto, isso tem a ver com edificações, tem a ver com propagandas de maneira geral - faixas, placas, out-doors, etc. Também é função dessa Secretaria o ordenamento do comércio ambulante. Faço essa referência, porque é um tipo de trabalho que também exige fiscalização. É função ainda a manutenção do viário no que diz respeito a vias asfaltadas - tapa-buracos, recapeamento. Isso tem como consequência a administração de usinas de asfalto de propriedade da Prefeitura. Também é função da Secretaria, através de um serviço chamado SGTI cuidar de toda a frota da Prefeitura. É bom observar que nos últimos anos houve acentuada terceirização do serviço de transporte na Prefeitura de São Paulo. Em nossa Secretaria, a idade média dos veículos mais novos é de 10 anos. Máquinas e equipamentos pesados a idade média é de 12 anos. Então, há um sucateamento bastante grave dos equipamentos da nossa Secretaria. Está na nossa alçada ainda os chamados projetos especiais. Por exemplo, a acessibilidade para as pessoas que têm deficiência na capacidade de locomoção, com construção de rampas. Além disso, a construção de muros e passeios, praças, parques e jardins, pequenas galerias, muros de arrimo, escadarias e vielas, guias e sarjetas, enfim, estou procurando dar uma idéia dos múltiplos e variados

Folha nº	0230	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R-3 FOLHA:2

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

trabalhos da Secretaria, observando-se que até o ano passado também era função da Secretaria - não é mais - o pagamento para a SAR de varrição, coleta de lixo e limpeza de vias públicas. Quando algum vereador, analisando o Orçamento, comparar 2000 com 2001, é bom levar em conta que a queda nos valores diz respeito a essas tarefas que não estão mais em SIS.

Bem, procurei, de maneira bem sucinta, apresentar a competência da Secretaria. Gostaria de fazer uma observação de ordem geral. Falei da frota, mas não se resume a ela o processo de sucateamento. No início do ano, não havia contrato de tapa-buraco, e a Cidade estava literalmente esburacada. Além disso, havia muito mato. Passamos este ano, dentro dos limites orçamentários, fazendo intervenções. Isso deve explicar algumas mudanças de foco para 2002. Se observarem, no nosso orçamento de 2002 há uma verba de 29 milhões de reais que poderíamos definir como sendo para pequenas obras que estavam semiparalisadas no ano 2001 por inexistência de verbas. Essas pequenas obras são: muro de arrimo, muros e passeios, pequenas galerias, praças, guias e sarjetas. Qual foi o processo para fazer essa escolha? As 28 Regionais foram instadas a apresentar suas demandas, de 5, 10 ou mais anos. Essa verba de 29 milhões será, portanto, pulverizada em todas as Administrações Regionais.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Eu gostaria de registrar a chegada do nosso Relator e informar a S.Exa. de que o Sr. Secretário apenas fez uma panorâmica da Secretaria.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Foi avisado de que o nobre Relator estava chegando.

Folha nº 0231 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R-3 FOLHA:3

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

Quanto a obras de maior porte, existe uma prioridade transmitida pela Sra. Prefeita: para que, em todos os bairros, haja uma intervenção de maneira equilibrada, procurando atender toda a Cidade, mas essas pequenas obras, a que nos referimos antes, por suas características, elas vão beneficiar nitidamente a periferia de São Paulo. Existem 40 milhões destinados para todos os bairros, onde vai-se procurar fazer o trabalho que tem a ver com a recuperação desses bairros ou, pelo menos, de algumas regiões. Faremos desde serviços de paisagismo, recapeamento, construção de galerias. Então, esperamos que em 2002 tenhamos uma intervenção bem mais acentuada na Cidade.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Secretário, como temos aqui o Orçamento oficial da Secretaria, eu gostaria de saber em que rubrica está contido isso aí.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - É de 1.130 a 1.141.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Está aqui: é infra-estrutura para desenvolvimento urbano: projetos especiais, construção de muros e passeios, praças, parques, muros de arrimo, vielas, escadarias, execução de guias e sarjetas. É isso?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - É isso mesmo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O que puxa é a rubrica 15.451. O resto é tudo complementar. Tem 78,9 milhões para projetos e 14,8 para atividades, num total de 93,7 milhões.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Isso mesmo. Aí está combinando o que eu falei: são duas intervenções, a chamada pequenas obras e a outra, que é recuperação de bairros.

Folha nº	0232	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

[Assinatura]



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R-3 FOLHA:4

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

Um outro elemento importante é que temos um problema na Cidade. Além dos buracos, a idade média do asfalto no Centro é de 40 anos e na periferia, 20 anos. Na última gestão foram recapeados 156 quilômetros e vamos destinar pelo menos 10 quilômetros para recapeamento das vias públicas. A operação tapa-buracos - todos percebemos - só é suficiente para evitar algumas consequências para os munícipes, como quebra do veículo, acidentes, etc, além de ajudar em muito na velocidade e conforto do tráfego. Temos um projeto de recapear 26% da Cidade em quatro anos, mas isso ficaria um valor em torno de 650 a 700 milhões de reais. Como a Cidade gasta 13% da receita líquida pagando dívida, então já existe a atenção voltada para o Recap. Já recuperamos uma máquina de fresagem, porque às vezes não existe buraco, mas o asfalto está todo enrugado. Aqui no Orçamento está constando 10 milhões.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Qual é a rubrica?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - 1.139 - Recapeamento de vias públicas. Nesse valor de 78 milhões... (Anelise)

Folha nº 0233 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R-4 FOLHA:1

TAQ.: Anelise

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

Nesse valor de 78 milhões que o Vereador somou, havia também esse outro elemento.

A idéia é, além de fazer a operação tapa-buracos, fazer um programa de recapeamento da Cidade. É uma prioridade. Há estudos internacionais mostrando que, quanto mais tempo se demora para fazer a manutenção do asfalto, fica infinitamente mais caro. E os gastos de cada cidadão com veículo - aqui em São Paulo temos a proporção de um veículo a cada duas pessoas - também justifica que comecemos o recapeamento ainda neste ano. Precisamos recapear, por exemplo, a Avenida dos Bandeirantes.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mas será usado aquele polímero da Petrobrás? O polímero de impermeabilização?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Quanto à escolha, temos lá bons profissionais. Há toda uma discussão de se fazer com novos materiais, de maneira geral, particularmente o cimento, que é bem mais caro. A escolha dos técnicos será pela escolha do método tradicional.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - São 10 milhões para essa rubrica?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - 10 milhões.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Não seriam necessários 640 milhões?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Em quatro anos. Mas pretendemos, dentro dos limites... Porque, nesses 40 milhões para fazer no Centro, uma parte também irá para Recap. Também existe, na Secretaria de Transportes, a intenção de fazer o programa de vias livres. Então, nós vamos, possivelmente, aumentar... (Paula)

Folha nº	0234	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R05 FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:22-10-01

SEM REVISÃO

Então, vamos, possivelmente, aumentar, ter um valor maior para o recape.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Esse recape é contratado, não é feito com a massa asfáltica própria da Secretaria?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Estamos com a usina de asfalto em sua quase plenitude. Estamos carregando 150 toneladas por dia de asfalto, mas não é suficiente. Isso é para o trabalho de manutenção. Possivelmente haverá compra do asfalto para quem for fazer o serviço de recape. Temos de pagar também o asfalto.

São 150 caminhões. Quantas toneladas dá por dia? Dá 750 toneladas, dá bem mais.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Qual é a produção da usina?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Carrega 150 caminhões e dá 6750 toneladas, aproximadamente.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Por dia?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Por dia.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 750 toneladas por dia?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - E ela já está quase em seu limite. Existe, inclusive, por falar em usina, só pegar aqui a tabela...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - São 11 milhões para a usina.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Isso. Quero mostrar quanto aumentou. Nós vamos colocar a usina em pleno funcionamento.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - É uma usina ou são duas?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - São cinco usinas de asfalto. Localize, por favor, onde está a usina de asfalto.

Folha nº 0235 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R05

FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 156, 620, 211, dois, ponto, 335.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Mas sei que são 11 milhões.

Queria comparar para ver quanto aumentamos.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Isso é só para tapar buraco.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - É basicamente para tapar buraco e faz pequenos recapes, particularmente na periferia. Para 2001 são 11 milhões 378 mil; para 2002 são 15 milhões 738 mil aproximadamente. É um dado que tenho aqui. Então, o nosso está incluindo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Isso é usina própria da Prefeitura.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Bom, tem um processo em curso de orçamento participativo, que ainda que não seja função da nossa Secretaria vamos gastar meio milhão no ano de 2002. Um orçamento participativo até porque quando vierem as subprefeituras com certeza elas terão um protagonismo maior no que diz respeito ao orçamento participativo.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Por que não está distribuído aqui por administração regional? Esse aqui é só da Secretaria, do nível central?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Não sei que documento está aí, mas temos por cada administração regional.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Esses dois documentos, seria bom ter uma cópia para o Sr. Secretário para que ele possa saber do que estamos falando. Me dá um destaque também. Essa é uma pergunta que sempre fazem para a gente.

- Os Srs. Membros analisam documento.

Folha nº	0236	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R05 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA:22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Para poder estabelecer uma comparação geral, se retirarmos do Orçamento de 2000 o realizado sem lixo, sem varrição, sem limpeza e também sem pessoal, o pessoal será nos três exercícios, o Orçamento realizado foi de 182 milhões 471 mil e 180. Em 2001, deverá ser, sem pessoal também, 215 milhões 790 mil. Em 2002, o que está previsto na proposta é 295 milhões 500 mil, o que dá 45% a mais, aproximadamente. De 2001 para 2002 dá 37% de aumento.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - É que de 1999 a 2000 a coleta e a varrição. Agora está fora. Então, precisaria tirar daqui para a gente saber.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Já estou dando a informação. Já está sem essa atividade. Bem, ainda em linhas gerais a manutenção de córregos, a limpeza de córregos em 2001 foram 500 mil e em 2002 será de 2 milhões de reais. Terá um aumento no que diz respeito a frota de 51%. Essa dotação em 2001 foi 1.5 milhão e vai passar para 2.3 milhões.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Secretário, por que a Administração Regional da Sé tem um orçamento de 19 milhões 761 e regiões tão carentes como Guaianases têm um orçamento tão menor? Por que tem essa diferença?

(O SR. ARLINDO...Paula)

Folha nº 0237 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R.06 FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

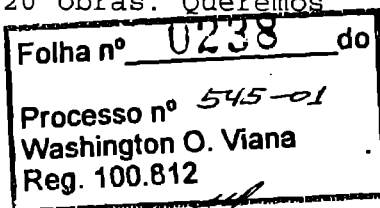
DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Essa diferença é permanente. A Sé sempre teve o maior orçamento. Aí, podemos contar agora 5 milhões de reais que serão para a recuperação do Centro. Existe um projeto da Prefeita de fazer dessa recuperação uma expansão de comércio na área central e, portanto, de empregos e tudo aquilo que diz respeito a uma discussão que existe com a Associação Pró-Centro e outras entidades de recuperar o centro da cidade. Outra explica, segundo os próprios funcionários de carreira da Prefeitura é que por ser a região da Sé aquela onde existe uma população flutuante de área de mais de dois milhões de pessoas isso implica em um encarecimento brutal do serviço de manutenção. Então, a limpeza de maneira geral, boca-de-lobo, galeria, etc. é bem mais caro.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mas, ela não tem obra, ela só tem manutenção.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Ela tem favelas também. Ela tem áreas de risco. Então, pelas características da cidade, a usina de asfalto, como estávamos comentando, a verba que terá em 2002 será 45% superior a de 2001, exatamente porque estamos investindo para que haja a produção própria, imaginando-se que fique bem mais barato do que comprar, eventualmente, a produção de fora. Com as atividades de conservação de avenidas, de vias expressas, terá um aumento de 50% na verba, em 2002 chegará a 13.5 milhões. Aqui não tem o valor de áreas de risco. Quero chamar a atenção para o ano de 2001 nós remanejamos verbas e vamos gastar cerca de 7 milhões a 8 milhões com áreas de risco. Então, ainda este ano estamos fazendo, já foram licitadas 20 obras em área de risco e estão sendo licitadas mais 20 obras. Queremos





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R.06 FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

ver se morre menos gente quando tiverem as inundações na cidade. Para o ano de 2002 será uma verba aproximada também de 2002. Pretendemos manter esse volume durante 4 anos. Fizemos uma atualização das áreas de risco. Era muito comum falar na Prefeitura em 1.300, 1.350 áreas de risco ainda na administração Luiza Erundina. Atualizamos e temos hoje cerca de 649 áreas de risco e, portanto, fazendo aí 40 a 50 intervenções por ano nós conseguiremos ao final de 4 anos pelo menos fazer as mais graves áreas de risco da cidade, em torno de 200. Então, é um avanço bastante significativo nessa área.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Essas áreas de risco são áreas de inundações, de barrancos?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Isso. Inundação, área que pode ter soterramento, tudo aquilo que está em condição de moradia onde não poderia estar construída.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Secretário, sempre que tenho andado pela periferia tenho encontrado esse problema de Zoonoses, de leptospirose. Aí, fica aquela confusão e nunca se sabe se está na Zoonoses ou se está nas administrações regionais.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Nas regionais não está.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - É, porque não tem nada de dinheiro aqui. Aí, a população vai na regional pedir para fazer desratização. Aí, estou vendo que aqui tem uma rubrica, mas não tem dinheiro, tem apenas um valor simbólico. Como está essa questão afinal? Onde está esse dinheiro? Vai ficar com Zoonoses?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Vai ficar com Zoonoses porque é uma tarefa para a Saúde. Evidentemente há situações. Por exemplo,

Folha nº 0239 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R.06 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

nesse ano houve mutirões de limpeza coordenador especificamente pela Secretaria da Saúde quando várias regionais foram.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quer dizer, dependendo do trabalho não tem regional, o dinheiro está na Saúde, em Zoonoses.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Assim imaginamos dada a competência. Agora, em algumas atividades, evidentemente, se houver necessidade faz-se o remanejamento. Agora, a porta de entrada nesse caso seria a Zoonose.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Quero anunciar a presença do Bispo Atílio que também faz parte da nossa Comissão.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Procurei aqui dar linhas gerais daquilo que a gente pretende estabelecer como prioridades. No que diz respeito a acessibilidade, que ainda não comentei, estavam previstos 500 mil reais para o ano 2001, mas vamos gastar 1 milhão, além de uma parceria com a Telefônica que fará o recapeamento do corredor Nove de Julho- Santo Amaro num projeto de fazer a acessibilidade em todo o corredor para a Telefônica.

(Então, vamos gastar ...Paula)

Folha nº	0240	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R07

FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

Então, vamos gastar com acessibilidade 1 milhão por parte da Prefeitura e aí esse projeto da Telefônica terá um investimento provavelmente 4 vezes maior do que se previa. Fizemos um seminário, são necessários cerca de 7 milhões de reais aproximadamente para ao cabo de 4 anos mudarmos a fase no que diz respeito a acessibilidade. Estamos falando dos excluídos dentre os excluídos que são as pessoas que não têm a locomoção garantida. Para que os senhores possam comparar, no Ministério da Justiça existe uma verba para tentar obter verba para essa questão para o Brasil inteiro no valor de 400 mil reais. A Prefeitura de São Paulo vai gastar duas vezes mais do que o Ministério da Justiça para o Brasil inteiro. Então, pretendemos aumentar para o próximo ano.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Secretário, quero colocar algumas coisas importantes da sua Secretaria. Primeiro, quero saber como está o serviço de drenagem urbana, desaçoreamento, limpeza de bueiros, de vias. Então, nesse item das enchentes, 2197, tem executado este ano até 30/9, 9 milhões. Me entregaram um gráfico que só tem até 2001. Queria ver 2002.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Para 2002 há um aumento substantivo. É só acharmos aqui os valores porque não existe um sistema que coordene o serviço de microdrenagem na capital. Então, como é feita essa limpeza tradicionalmente? Tradicionalmente é a limpeza manual de galerias, boca-de-lobo, postos de visita e também limpeza mecânica. Mas, não há nenhum sistema na Prefeitura hoje que garanta a limpeza. Então, isso é um agravante até porque da maneira como foram contratados esses serviços paga-se por equipes e não pela

Folha nº 0241 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R07 FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

produção. Bom, o que vai ocorrer? Essa licitação está em curso. Estamos ultimando o edital. Vamos instituir um gerenciamento de microdrenagem na capital, onde além de fazer a limpeza prioritariamente mecanizada, que é mais eficaz, vai ser instituído um sistema de filmagem porque quando alguém da população ou qualquer um do Poder Público ou da Câmara quiser saber o que é de fato foi feito ou não foi feito, isso estará documentado. Isso permitirá dar um diagnóstico seguro das inundações que atormentam São Paulo. Isso estará combinado, vamos começar em janeiro de 2002 com uma verba, se não me engano, de 11 milhões, a limpeza, vamos desaquecer 40 córregos na cidade.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Onde está essa rubrica, por favor?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Vamos achar. São 11 milhões e começa em janeiro. Por que não fizemos este ano? Porque não tinha dinheiro. Vamos guerrear com as chuvas.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - 11 milhões? Chama saneamento? É o 117512? Prevenção e apoio de combate a inundação? Está aqui 37 milhões, total 42 milhões. É isso?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Isso.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - São 42 milhões 929 mil. É isso?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Exatamente.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Manutenção de córregos canalizados, conservação 19 milhões. É do capítulo saneamento. Então, infraestrutura para saneamento urbano, 5.6 milhões. Mas, aqui precisava um pouco mais.

Folha nº	0242	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R07	FOLHA:3	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 22-10-01	SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Além disso, se pegar a rubrica "serviços de manutenção" 15.452.02492.212, é a sétima linha de cima para baixo. Tem mais 17.5 milhões, naquela mesma página, na 210. Serviço de manutenção, está aqui o valor: 17.5 milhões. Então, isso se soma aos 42 milhões e mais os 5.6 milhões. Dá um valor altíssimo. Inclui essa recuperação.

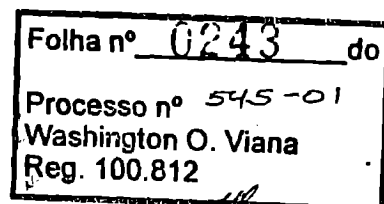
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Esse serviço de manutenção inclui drenagem?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Inclui e também o desaçoreamento de córregos. Quando falei de 11 é porque já começa em janeiro. Agora tem mais verba. Esse, com certeza, foi o maior aumento que houve no Orçamento de SIS.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Isso é importante. Quero pedir um destaque para a secretaria da Comissão para unificarmos no relatório essas duas rubricas. Quero fazer um requerimento nesse sentido, Sr. Presidente. A secretaria da Comissão pode anotar que o 154.520.2492.312, serviço de manutenção, que tem 17.5 milhões, diz respeito a drenagem e desaçoreamento e deve somar coma rubrica 17.512, saneamento urbano básico, que tem 42 milhões 929 mil para entrar no capítulo de drenagem e desaçoreamento. E, junto está todo aquele negócio de galeria, boca-de-lobo, poço de visita, tudo isso.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - De limpeza, sim.

(O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - ...Paula)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R08

FOLHA:1

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - A Defesa Civil está com vocês? Não, está na Secretaria de Governo.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Eu pediria que a assessoria anotasse essa questão do vereador, que é muito importante, no relatório.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Unificar essas duas rubricas, o serviço de manutenção com drenagem e desaçoreamento.

Secretário, não é pouco dinheiro, embora também tenha esse trabalho de Vias Públicas, não é muito pouco dinheiro para a construção de pequenas galerias 5.6 milhões? O senhor não tinha uma expectativa maior dessa dotação?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Aqui, como o vereador já bem observou, é um serviço que hoje é dividido com Surb. Então, aqui são pequenas galerias. As grandes galerias...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mas, tem uma demanda muito grande.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Sem dúvida. Isso deve ser combinado com a verba de Surb. Não sei quanto vão destinar.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Qual era a expectativa que a Secretaria do senhor tinha para essa rubrica?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Olha, vou dar um informe apenas para vocês: quando a Prefeita orientou para que cada Secretaria elaborasse o Orçamento, nós consultamos as regionais para que as regionais funcionassem a pleno vapor. O Orçamento bateu em 1 bilhão. Aí, enviamos para a Secretaria das Finanças uma propostas de 352 milhões, sabendo da dificuldade da Secretaria das Finanças.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mas isso sem pessoal

Folha nº	0244	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R08

FOLHA:2

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Sem pessoal.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quanto a sua Secretaria gasta de pessoal? Dos 443, quanto é de pessoal e quanto é para atividade fim?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Atividade fim será 295.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Pessoal 147 e atividade fim 295.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Isso. E, como é normal que ocorra ao se estabelecer prioridades, a Prefeita em sucessivas reuniões com o secretariado procurou estabelecer as prioridades de Governo. Resultou que o nosso Orçamento foi um dos que teve um aumento significativo. Com isso pode ser que na construção de pequenas galerias amanhã, havendo a necessidade, vamos colocar mais verbas fazendo um remanejamento interno.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Qual era a necessidade inicial nessa rubrica?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Ilimitada. Eu coloquei que dava 1 bilhão, mas é ilimitada. Quanto entrar de dinheiro é necessário.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mas, sabe por que eu estou fazendo essa pergunta? Aqui, no relatório mais detalhado aparece ...não sei se esse foi fornecido pela própria Secretaria, mas tem um quadro sintético onde o Secretário diz assim: "construção de escadão no Jardim Maracá ao Jardim Russo; construção de escada Rua Manoel". Então, quero entender porque têm coisas que já vêm denominadas. Uma coisa que seremos instados: "urbanização da Praça Fenelon Guedes Pereira, Jardim Santo Elias". A minha pergunta é objetiva, é o seguinte: quando aprovarmos esse orçamento de 5.6 milhões para

Folha nº 0245 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R08 FOLHA:3

TAQ.:Paula

COMISSÃO:Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

pequenas galerias a primeira pergunta que vai aparecer é a seguinte: quais galerias estão contidas nesse Orçamento? No nosso Orçamento, na nossa peça, não tem esse nível de detalhamento.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Não tem. Aqui, como existe uma demanda ilimitada do ponto de vista de capacidade de atendimento existe um trabalho de gerenciamento permanente. Então, tem desde situações onde uma galeria compromete moradias, e aí tem uma decisão judicial, desde aqueles segmentos onde existe digamos uma demanda que tem mais tempo e aí terá de ter uma escolha de prioridades.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Vou tentar fazer a pergunta de outra forma: na Prefeitura é lógico que cada galeria é uma galeria de uma determinada profundidade. Mas, com 5.6 milhões quanto em média, quantos quilômetros daria para fazer de galeria? Dessas pequenas.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR - Vamos comparar com o Orçamento de 2001 para ver quanto fizemos para chegarmos nesses valores. Vamos ver se vocês conseguem. Nós mandamos para a Secretaria das Finanças discriminação das galerias que serão realizadas. Se houver interesse mandamos para cá, pelo menos a proposta inicial. Penas que não temos aqui, não veio, mas na Secretaria tem.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Porque teremos de dar satisfação para os vereadores e esse capítulo vai pegar em quais são as galerias relacionadas, mas não tem o custo médio de quilômetro de galeria? Então, quero fazer um requerimento para que a secretaria dê destaque que estamos pedindo que a Secretaria de Implementação das Subprefeituras envie que com 5.6 milhões quais as galerias podem ser

Folha nº	0246	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R08	FOLHA:4	TAQ.:Paula	COMISSÃO:Finanças
ORADOR:		DATA: 22-10-01	SEM REVISÃO

feitas, embora saibamos que esse é um crédito aberto, que poderia ser ilimitado, mas quais as galerias (mais importantes ..Marcelo)

Folha nº 0247 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09	FOLHA:1	TAQ.:Marcelo	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 22.10.01	SEM REVISÃO

...mais importante do ponto de vista do risco, da emergência a que elas estão relacionadas, qual é o custo médio de galeria na cidade de São Paulo. E se pudesse, também, ter uma expectativa de quais outras galerias estariam priorizadas, projetadas era importante.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Está deferida a solicitação. Gostaria que o pessoal da Secretaria encaminhasse a solicitação do Vereador Adriano Diogo.

Gostaria de fazer uma indagação ao nosso Secretário. A canalização de córregos isso não é...

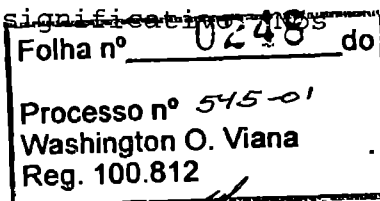
O SR. ARLINDO CHIGNALIA - É de Siurb.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - A canalização tem um custo muito mais elevado, com certeza.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - É mais elevado. Na nossa área, na nossa Secretaria é o desassoreamento, que também é caro, é demorado. Então vai meses para desassorear um córrego e tem um agravante, que os que precisam ser desassoreados têm tanta construção em volta que as máquinas não conseguem entrar. Isso também encarece o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Sr. Secretário, para sair no horário que V.Exa. tinha programado quero saber se já fez todo resumo que estava fazendo? Gostaria de encerrar? Tinha encerrado sua colocação inicial? Depois em seguida, porque o senhor tem o teto de 10h40min, e a partir daí abrir a palavra para o Vereador Bispo Atílio, o Dr. Police e algumas pessoas que estão aqui nos assistindo.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Eu vou rememorar até para ver se cheguei nos elementos centrais. Estamos tratando agora, aproveitando, da questão de micro drenagem, que houve um aumento significativo nos





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09 FOLHA:2

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.01

SEM REVISÃO

falamos de recapeamento, também houve aumento de verbas para essa área.

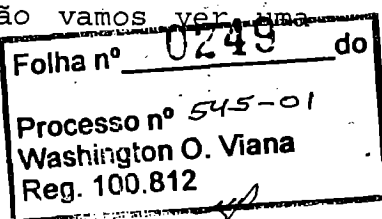
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Desculpe interromper, mas caso contrário a gente perde o raciocínio. Quanto a recapeamento o senhor disse o seguinte, que, na realidade, precisaria de 600 milhões de reais em quatro anos, o que dá uma média de 120 milhões de reais. Não é isso?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Isso.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, se o senhor precisava de 120 milhões de reais por ano... Quanto o senhor tem por ano de recapeamento mesmo?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Para poder fazer essa avaliação tem que pegar, também, o orçamento de cada regional, porque uma coisa são os dez milhões que estão na Secretaria. Agora, vai haver mais recursos para recape nas regionais. Por quê? Porque cada regional procurou e nós fizemos esse levantamento e chegamos a esse valor de 150 aproximadamente para recapear foi através das demandas dos administradores regionais levantaram. Portanto, quando eu estimo que deveremos ter em torno de 40 milhões para recapeamento, somando-se os recursos em SIS e os recursos em cada regional, porque eles estão descentralizados.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, Secretário, isso que eu queria entender: Por exemplo, numa regional, quais são as atividades de uma regional que gastam dinheiro? O que eles fazem para gastar dinheiro? Eles têm que ter recursos próprios? E quais são as chaves que estão abertas? Por exemplo, recape é uma. Então vamos ver, uma





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09 FOLHA:3

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.01

SEM REVISÃO

regional. Como é a estrutura de gastos da regional, sem os valores? Está no orçamento?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Está no orçamento.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então me explique, por favor.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Operação e manutenção da frota. Vocês vão perceber que há duplicidade. Então, por exemplo, além da regional trabalhar com manutenção da frota, SIS, o gabinete também trabalha por causa do SGTI. Então você tem a manutenção descentralizada e a manutenção centralizada. Por exemplo, quem é que vai fazer a retífica de um motor? Então, pretendemos que seja feito no SGTI. Fornecimento de combustíveis, aquisição de uniformes, construção de muros de passeios, praças, parques e jardins, construção de muros de arrimo, construção de escadarias em vielas, execução de guias e sarjetas.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu estou perguntando isso porque cada regional tem uma característica, umas são mais centrais outras não.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Mas aí a prioridade vai ser estabelecida em cada região e valores também.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Porque as regionais mais centrais têm um recape muito grande.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Há uma combinação de recursos das regionais com a nossa. Por exemplo, marginais...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mas mesmo o recape tendo 40 milhões...

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Eu estimo, eu não fiz as contas.

Folha nº 0250 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09 FOLHA:4

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Digamos que tenha um valor ótimo, uma valor otimizado de 40 milhões. Na realidade há um deficit de pelo menos 80 milhões.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - É bem menos do que precisa.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quanto a galerias o senhor não conseguiu levantar quanto. Eu sei que é limitado.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Mesmo com referência a galerias, se pegar o orçamento de cada regional, elas também tem verbas próprias. Então estou vendo aqui a regional da Penha, construção de pequenas galerias, tem 200 mil reais para a Penha. Então há uma somatória, na hora que o relator for analisar o orçamento dessa Secretaria, em várias rubricas há uma duplicidade, na regional e na Secretaria. Por quê? Porque houve uma descentralização, mas tem algumas áreas, e aí evidentemente é para se fazer, por exemplo, recape de marginais, que estão na Secretaria. Com que critério? O sistema viário que atende toda cidade e envolve várias regionais não pode ser decisão de uma regional, não exclui as regionais da participação nem com dinheiro e nem com a decisão, mas tem que ter uma política para atender a cidade.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Secretário, eu tenho uma preocupação que é a seguinte, por exemplo, eu acho fantástica essa idéia da usina de asfalto, acho até que deveria ter uma usina para cada regional, eu sempre me preocupei com a questão dos insumos básicos, quais são as duas questões que a periferia precisa mais? É pedra para fazer manutenção de ruas que não são pavimentadas e areias, pedra e areia são dois elementos básicos da regional. Aí minha pergunta é a seguinte, já que a Prefeitura tem uma usina de asfalto,

Folha nº 0251 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09 FOLHA:5

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.01

SEM REVISÃO

porque ainda tem cinco usinas de asfalto, quais são as cinco usinas de asfalto da Prefeitura?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Barra Funda, Mooca, Santo Amaro, Itaquera, Parelheiros.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu queria saber se o senhor poderia recorrer à área técnica e me responder por que a Prefeitura não tem uma pedreira municipal, mesmo que seja fora do limite da cidade de São Paulo, que é baratíssimos ter uma pedreira, requerer uma área, e ter um porto de areia municipal?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Eu já tinha feito essa pergunta quando assumir a Secretaria Municipal. Ela é instigante mesmo, mas o nosso chefe de ATOS, Assessoria Técnica de Obras e Serviços, repetiu a informação, há cerca de 40 anos concluí-se que não era economicamente viável dada as características da cidade, porque envolveria todo um sistema de transporte e também de funcionários.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quanto se gasta de pedra por ano e bica corrida?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Nós podemos levantar. Ainda que bica corrida hoje já tenha um certo questionamento se deve se utilizar ou não.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Porque é caríssima. Mas se a gente produzisse...

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Mas nessa linha, até para a aproveitar o momento, estamos recuperando uma máquina de reciclagem de entulho.

Folha nº 0252 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09 FOLHA:6

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Aquela da pedreira Itatinga? Aquela borracheira?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - De entulho da construção civil. De Itatinga. Isso permite, como o Vereador sabe, com o subproduto fazer esse trabalho. Quanto à pedreira municipal: os técnicos avaliam que não é recomendável do ponto de vista econômico.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Agora, tem perspectiva de comprar outras máquinas moageiras de entulho para outras administrações, porque uma está na zona sul, no extremo da zona sul e precisa ter pelo menos uma por administração regional, tal é a produção de entulho na cidade. Quanto custo uma máquina? Um milhão e meio cada, usina moageria de entulho.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Quero anunciar a presença do nobre Vereador Ricardo Montoro.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então está sendo recuperada uma usina moageira de entulho e vai entrar em funcionamento quando?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Este mês acho que já está em funcionamento.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Lá na pedreira Itatinga?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Isso para atender essa demanda de que se não dá para asfaltar vielas e ruas vicinais, pelo menos dá um tipo de material que para um tráfego leve é suficiente. O que eu queria informar, no que diz respeito a essa recicladora, é que ela pode ser deslocada. Uma pode não ser suficiente, mas como ela é móvel não há necessidade de em cada região ter uma. Então, como era um trabalho que estava totalmente paralisado,...

Folha nº 0253 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09	FOLHA:7	TAQ.:Marcelo	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:		DATA: 22.10.01	SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Está paralisado desde aquele quebra-quebra que teve na pedreira Itatinga?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Isso. Ao retomar essa já vai ser um ganho significativo. Nós não temos a estimativa de comprar, por falta de dinheiro, agora...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Um milhão e meio cada moageira. Mais simples ainda.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - A que nós temos é mais cara. Chegou a informação que o Vereador tinha solicitado, o custo da galeria...

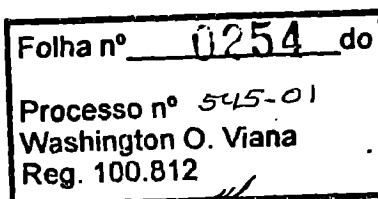
O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Queria pedir, Sr. Presidente, que a Secretaria da Comissão anotasse esses dados, porque aqui é difícil fazer a recuperação de notas taquigráficas, então, como o relatório não tem recuperação de notas taquigráficas, queria pedir ao Presidente que a Secretaria desse destaque a essa informação que o Secretário vai dar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Solicito que a Assessoria atenda o Vereador Adriano Diogo.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Aquela pergunta que o Vereador Adriano Diogo tinha formulado, de qual é o preço médio para construção de galerias, se for de um diâmetro de um metro, fica aproximadamente em 500 reais.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Tubular? Tubular de um metro?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Cada metro. Fica aproximadamente 500 reais por metro.





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R09 FOLHA:8

TAQ.:Marcelo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Então, se temos cinco milhões e 500, dá dez mil metros de galerias. Então, com esse dinheiro, cinco mil e 600 será possível, em tese, se fazer dez mil metros de galerias.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Essa é a estimativa. Com referência ao desassoreamento de córregos, que também foi perguntado, o custo médio é 40 reais por metro cúbico de desassoreamento de córrego a céu aberto.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Ou galeria moldada também? Em média quanto é?

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Quarenta reais.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - E nós temos para essa rubrica 17 milhões e mais 19 milhões. Então dá aproximadamente 36 milhões de reais para conservação e limpeza de galerias. Trinta e seis dividido por quatro, dá pouco, 900 mil metros cúbicos. Quanto um caminhão transporta? Um grande são dez metros cúbicos. Dá 90 mil caminhões.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA - Apesar de que esses valores não serão todos para o desassoreamento, essa conta, digamos...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - É que desassoreamento inclui também a máquina, não é só o caminhão. Tem a dragagem. E quanto é galeria moldada qual é o método que utiliza para fazer?

- Manifestação fora do microfone. Inaudível.

O Sr. Adriano Diogo (PT) - Mesmo a galeria fechada?...

Folha nº 0255 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R11 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Mesmo a galeria fechada?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - E vai ter dinheiro para aquele serviço de raios-x para fazer aquela investigação? Que tem aquele aparelho que faz...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - No sistema de microdrenagem, nesse novo gerenciamento, vai ter.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Eu queria saber o de sucção também, vai ter? Vai ter um para cada regional ou não tem dinheiro para...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Isso já tem.

Folha nº 0256 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Queria só fazer uma observação: falou-se em 90 mil caminhões, que acharam um exagero isso? Porque o asfalto, se for 150 caminhões/dia, dá 45 mil caminhões. Quer dizer, não está tão fora de propósito. A usina produz 45 caminhões, é isso?

O SR. - É. É isso mesmo, se fizer as contas.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Esse caminhão de hidrovácuo já houve a contratação, o que vai mudar? Porque toda contratação é feito pagamento por equipes e não por produção. Então, nesse novo sistema de



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R11 FOLHA:2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

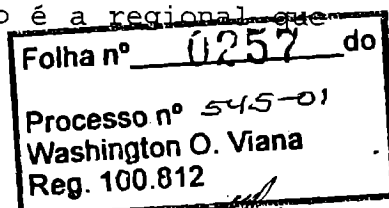
SEM REVISÃO

gerenciamento o que se pretende é que eles recebam pelo serviço executado e, para que recebam só o serviço executado, tem que documentar que realizou esse serviço. Então, aí, digamos, muda profundamente a qualidade da fiscalização e a gente espera que haja um barateamento por consequência.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - O desassoreamento de piscinões, desses reservatórios d'água fica a cargo da Secretaria também, não fica?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não, esse é um problema que nós temos...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Na regional, não é a regional que faz?



O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não, ante quando o contrato do lixo ficava sob a coordenação, por exemplo, do pagamento de SIS, isso era um subproduto do contrato do lixo. Aí quando o Pitta, no final do ano passou tudo para a Secretaria de Obras, então ficou algo perdido, é um elo perdido. Hoje a limpeza de piscinões fica o administrador regional sem verbas e, ao mesmo tempo, Limpurb também não tem essa verba prevista, que é o que está dando problemas. Saiu uma matéria nesse final de semana, a conferir, nos já limpamos todos os piscinões mais de uma vez e, por sinal, suja muito mesmo.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R11 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

Mas isso está sendo debatido, não sei se a Secretaria de Finanças já definiu, porque tem que ir para uma dada secretaria, de preferência com acompanhamento de verbas. Mas ao que se presume não estará em SIS. Pelo menos o nosso não tem essa previsão de trabalho, nem tampouco de verbas.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - É porque cada limpeza de piscinão equivale a um quinto do valor da obra.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - A dotação, eu estava falando aqui em Limpurb, não: é Siurb. (Pausa) Então é Limpurb, está certo. Está em Limpurb e, até prova em contrário, caberá a Limpurb fazer esse tipo de manutenção.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Guia e sarjeta é uma coisa que consome também muito dinheiro. Guia e sarjeta ainda está na responsabilidade da Secretaria?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Está.

Folha nº 0258 do
Processo nº 545-D'
Washington O. Viana
Reg. 100.812

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quanto tem para guia e sarjeta?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Bom, aí é bom repetir que está tanto na Secretaria, uma parte, quanto em todas as regionais.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R11 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Lógico, nas regiões mais centrais não há necessidade, mas na periferia...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Cinco milhões e quarenta mil.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Quanto é o metro de guia e sarjeta, ou o quilômetro de guia e sarjeta? Esse é mais fácil calcular. (Pausa) Tá, se puder pegar a informação para nos é importante.

Eu queria agradecer o Sr. Presidente e o Sr. Secretário.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Sr. Secretário, mais alguma colocação? Vereador Bispo Atílio, Vereador Montoro? V.Sa. já não tem mais tempo, Sr. Secretário?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Eu posso as perguntas, caso existam.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - O Dr. Police também, se quiser fazer uso da palavra. O Vereador Bispo Atílio e o Vereador Montoro têm prioridade agora para eventuais perguntas.

Com a palavra o nobre Vereador Bispo Atílio.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - Eu analisando aqui todo o relatório, como o trabalho de recolhimento de entulho no momento é feito pelas regionais, eu queria saber do Secretário

Folha nº	0259	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R11 FOLHA:5

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Olha, é Limpurb, não é feito pelas regionais.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - Não é pelas regionais?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não. No passado era, mas como houve essa alteração, todo o mundo é induzido a esse tipo de observação, mas é Limpurb. (Pausa) Porque não achou nada aí?

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (PTB) - É, não achei nada. Porque realmente o problema do entulho na nossa cidade também é um problema muito sério e me consta, tenho algumas informações, que era feito um recolhimento de entulho diário de dez mil toneladas, coisa parecida, e na atual gestão foi diminuído para quatro mil e, há poucos dias atrás, tive uma informação que foi diminuído ainda para mil os serviços prestados pela atual Limpurb. Então, fico preocupado em aonde está sendo jogado esse entulho, de que maneira está sendo controlada essa questão do entulho. Então, queria perguntas...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Ainda que não seja da nossa área, queria observar que com certeza isso tem a ver também com a intensificação da fiscalização. Ou seja, ao se analisar, quando vier aí o orçamento referente a esse item de entulhos, como houve uma intensificação da fiscalização, e aí as regionais tem contribuído, entram de maneira auxiliar, fez com que as pessoas jogassem menos entulho em lugares inapropriados e, por consequência, gasta-se menos

Folha nº 0260 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R11 FOLHA:6

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

para fazer a remoção. Não é da minha área mas a gente, por convivência e por atividades afins, já detectou isso. Então, quando for o momento de se debater esse tipo de orçamento, essa variável vai estar presente seguramente.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Só pegando essa observação: existem iniciativas de reciclagem desse entulho através de cooperativas, etc., vocês têm algum acompanhamento disso?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Existem várias entidades, houve inclusive um seminário, do qual não pude participar lamentavelmente. Agora, não me sinto à vontade para dizer que intervenção vai ocorrer de fato.

Agora, é verdade que existe esse trabalho de reciclagem, mas aquela máquina de reciclagem a que nós nos referimos é entulho especialmente da construção civil. Vai para aquela máquina para depois ser utilizado para um tipo de calçamento. Não é calçamento, é um pó eu é jogado e dá uma...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Isso.

Folha nº 0261 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Uma espécie de cascalho. Antigamente se usava muito cascalho.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R11 FOLHA:7

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

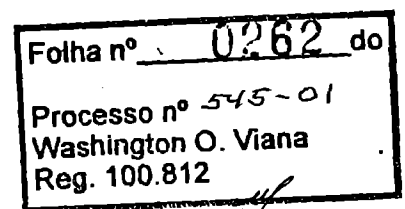
O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Vereador Montoro, alguma questão?

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Bom dia, Secretário, mais uma vez muito obrigado pela atenção em vir visitar novamente esta Casa.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - É um prazer.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - Eu estava numa reunião da Comissão de Turismo e Gastronomia no La Tavola e por isso me atrasei, Sr. Presidente, e assim não sei se já foi abordado este tema. Na medida em que seja aprovada a questão das subprefeituras, Secretário, como vai funcionar a questão orçamentária, imaginando ser aprovado esse projeto?

E também, antes de o senhor responder... (R12)





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R12 FOLHA:1

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

E também, antes de o senhor responder, não tem nada a ver com a Comissão, estou profundamente empenhado na necessidade de criação de subprefeituras, mas que esse projeto que chegou à Casa não tivesse o caráter de urgência que foi dado depois de enviado. Quando o projeto foi enviado, sei que estou fugindo um pouco do tema, mas queria aproveitar a presença...

Folha nº 0263 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - V.Exa. havia falado esse comigo.

O SR. RICARDO MONTORO (PSDB) - ... a presença do Secretário. Quando chegou, eu numa intervenção até cumprimentei o Vereador João Antonio, que justamente estava defendendo a subprefeitura, que é uma necessidade da Administração e também é uma bandeira do PSDB, cumprimentei dizendo: "Olha, acho que a coisa começou muito bem porque o projeto foi enviado a esta Casa sem a urgência. Portanto, vai poder ser bem discutido." Não que não esteja sendo, está sendo, há muito tempo discutido, mas acho que agora, que chegou o momento, esse projeto deveria ser encaminhado sem o caráter de urgência, porque a urgência significa que em 30 dias, ou seja, já passaram talvez uns dez dias, daqui a 20 dias ele tem que estar em condições de pauta para votação.

Parece-me um pouco prematuro e existe uma solicitação suprapartidária no sentido de que a gente possa realmente, para que ele seja perene, duradouro, discutir aqui na Câmara Municipal com mais vagar, com mais reflexão a respeito do assunto para que realmente ele possa ser definitivo e perene.



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R12 FOLHA: 2

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

Mas, em se aprovando a subprefeitura, como o orçamento, como o remanejamento, como vai funcionar a questão orçamentária?

Folha nº 0264 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - O Vereador Montoro honra a tradição da família ao fazer a defesa da descentralização e do controle social. Eu o parabenizo por isso também.

Veja, nós, por determinação da Prefeita, já começamos um processo de descentralização. Na nossa Secretaria já começamos inclusive o processo de descentralização financeiro-orçamentária. Agora, é verdade que quando o projeto for votado e aprovado, como for, e sancionado pela Prefeita, se depender da nossa opinião, as futuras subprefeituras terão autonomia financeiro-orçamentária e, portanto, parte do que eu estou aqui relatando poderá sofrer mudanças radicais, até porque numa dada subprefeitura pode surgir a diferença entre o centro e periferia, entre lugares onde há inundação e onde eventualmente não há e assim sucessivamente. Onde há ruas não pavimentadas e assim por diante.

Portanto, creio que internamente, como a subprefeitura é outra estrutura, não é uma administração regional mudada, é outra estrutura, creio que vai ter que haver, digamos, uma imediata adequação orçamentária para as subprefeituras. Essa adequação, como vai-se dar, e aí a Câmara vai ter um papel porque não quero entrar aqui num debate sempre difícil, que é o do remanejamento de verbas porque um dia, dando uma entrevista, falei, aquilo virou a pauta, tudo mais de subprefeitura perdeu importância. Então, esse é um tema que eu prefiro dizer da seguinte maneira: vai ter que haver uma adaptação à nova



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R12 FOLHA:3

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

estrutura com a evidente participação da Câmara porque o que está embutido no projeto das subprefeituras é a transferência de tarefas e de recursos. Como não dá para fazer isso da noite para o dia sob pena de colocar uma administração desse porte no buraco do tamanho da Cidade, isso inclusive eu não consigo responder como é que agente vai fazer porque determinadas atividades de uma da secretaria vai para a subprefeitura.

Então, como é que nós vamos fazer porque vai além de pessoal, além de equipamentos, no que couber também terá que ir a questão orçamentária. E transferência. Então, cada secretaria vai passar parte da sua verba para a subprefeitura. Aí, penso que caberia a coordenação por parte do governo na Secretaria de Finanças, respeitando-se aí todo o processo legislativo, o processo de execução orçamentária.

Mas é algo, digamos, que fatalmente vai ocorrer, porém esta bastante incerto, não consigo responder hoje. Caberá à SIS, a secretária eu estou hoje, a coordenação desse processo> Ao final, SIS será extinta e aí vai ter outra secretaria executiva subordinada diretamente ao gabinete da Prefeita.

Quanto à tramitação de urgência, ainda que não seja a pauta, eu concordo, se há o interesse aqui de fazer o debate, presumo, não estou autorizado, tem os vereadores inclusive da base do governo, que essa ponderação deve ser feita ao líder de governo, ao líder da bancada, para ver qual a possibilidade de eventualmente, no caso da subprefeitura, se possível, ter um tempo maior de debate. Acho que qualquer um de nós levará em conta que é importante debater mais, dado o interesse despertado.

Folha nº 0265 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R12 FOLHA:4

TAQ.: Monteiro

COMISSÃO: Finanças

ORADOR:

DATA: 22-10-01

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Com licença um pouquinho. Queria falar com o Vereador Montoro que V.Exa. havia comentado essa sua proposta comigo e eu cimentei com o Vereador Montor. Falei também da minha opinião, que é a mesma que a sua, e o que existe é talvez a possibilidade de esticar um pouco mais, em vez dos 20 dias que faltam talvez esticar até dezembro, meados de dezembro, alguma coisa assim. Claro que a gente está cheio de coisas para votar, mas acho que é possível fazermos isso.

Vereador Adriano Diogo com a palavra.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Vereador Montoro, queria dirigir-me em particular ao senhor e ao Sr. Secretário, o Presidente da Comissão e demais vereadores para dizer o seguinte: em que pese acredite que o caráter de urgência é ruim para o debate, prejudica o debate, mas eu tenho uma opinião... (R13)

Folha nº	0266	do
Processo nº	545 - 01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R13 FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

Mas eu tenho uma opinião que, primeiro, o objetivo da implantação das subprefeituras é consensual. Segundo, tem uma determinada ocasião aqui na Câmara em que só se vota o orçamento. A terceira é a seguinte: se não votar as subprefeituras este ano, ano que vem não vota nem implementa.

É o seguinte: se a gente não conseguir votar neste ano, criar este ano e elas começarem a funcionar no ano que vem, porque teremos de sofrer toda uma readequação... Segundo, ano que vem é ano político. Então, o debate político, as intransigências políticas e as barreiras políticas vão ser maiores que a racionalidade que o dia-a-dia exige. Então, qualquer assunto vai servir para divergências políticas intransponíveis - entre aspas.

Acho assim. Nós, que acreditamos no projeto das subprefeituras, em que pesem todas as adequações necessárias, temos de aprová-las até o fim deste ano. Se não o fizermos e não implantar ano que vem, morreu; não vai implantar nunca mais. Isso já ocorreu no primeiro governo do PT, quando tentamos implantar e não se conseguiu. O próprio governo atrasou, quis fazer um projeto tão perfeito que acabou o governo e não teve subprefeitura.

Plano Diretor, por exemplo, só será entregue ano que vem. No meu entender, é um erro. Ele entrar em fevereiro do ano que vem é a mesma coisa que não entrar. Vai se ficar discutindo um ano e não se vai aprová-lo nunca. Acho que o Plano Diretor deveria entrar neste ano e ser aprovado junto com as subprefeituras. Agora, infelizmente, não é assim que o mundo funciona.

Folha nº 0267 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R13 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

Então, respeitando a sua opinião, acho que não é um problema que o Executivo ou nós, da base governista, estamos estrangular o debate; não! Subprefeituras e Conselhos de Representantes, se não votar neste ano, como é que vai se eleger os representantes? Então, não vai ser o projeto mais perfeito, mas acredito que a gente, discutindo e encaminhando, nós vamos conseguir.

Sr. Secretário, queria fazer a seguinte pergunta. Como considero a atividade da sua Secretaria básica para a organização da cidade - até não sabia, nunca tinha acompanhado o orçamento da Regional da Sé, e não tinha atentado para esse problema que V.Exa. se referiu, e pelas carências que a cidade tem -, acredito que a margem de remanejamento é um instrumento útil, principalmente em sua Secretaria, porque se houver possibilidades, embora o nosso orçamento seja muito amarrado... Este ano, embora tivéssemos margem de remanejamento de 15% só o foram 6% até a presente data, acho que com a criação das subprefeituras a necessidade de remanejamento, até externo, vai ser muito grande. Então, acho que a grande justificativa e a necessidade está exatamente nesta Secretaria.

Mas eu acho que apesar da implantação das subprefeituras deve haver um nível de coordenação central que tenha visão global da cidade, no planejamento, etc. Então, nesse sentido, quero perguntar sobre a questão de projetos, pois acho que a Secretaria passa a ter papel importante na visão global que ela tem da cidade, principalmente na questão dos projetos.

O senhor estava falando que tinha feito toda uma projeção para o recapeamento da cidade, que o senhor tinha feito toda uma projeção

Folha nº	0268	do
Processo nº	545	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R13 FOLHA:3

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

para o desassoreamento de córregos e tudo o mais. Queria saber se a Secretaria tem uma reserva exatamente para esses projetos, porque nós não estamos aqui só discutindo orçamento. Estamos discutindo o Plano Plurianual. Então, para nós é muito importante saber, dentro da visão...

Pessoal, quero pedir um pouco de silêncio, por favor.

Eu queria saber, dentro da visão plurianual, o que o senhor poderia trazer para os próximos anos. O que a Secretaria vislumbra para até o fim do mandato, para os próximos três anos? Como a Secretaria vislumbra essa questão do planejamento da cidade, dessas questões tão graves de infra-estrutura urbana e de serviços, principalmente desse planejamento da organização da cidade das áreas de risco e tudo o mais?

Por favor, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Foi muito oportuna a pergunta e nos dá a possibilidade de colocar, digamos, aquilo que são linhas gerais para a cidade. Eu concordo ser fundamental essa visão panorâmica para que o Poder Público, cada um em sua esfera, possa entender para aonde a cidade caminha ou deveria caminhar.

Naquilo que diz respeito à nossa Secretaria, então já temos proposta para recape de 26% da cidade. Já temos proposta e plano para esse gerenciamento...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Queria pedir que a Secretaria da Comissão anotasse essa questão do Plano Plurianual de todas as projeções que eles estão fazendo para os próximos quatro anos, que eu queria dar um destaque no relatório. Ele está falando do recapeamento,

Folha nº 0269 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R13 FOLHA:4

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

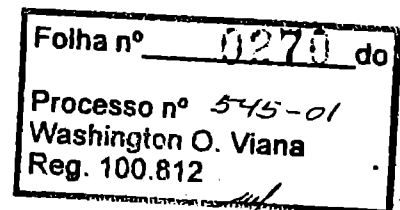
DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

que ele está prevendo para os próximos quatro anos. Isso eu queria que a gente tivesse um destaque para a questão do Plano Plurianual, por favor.

O SR. SECRETÁRIO - Bom, com referência à microdrenagem, que também é uma área fundamental para a cidade, nós estamos também instituindo um sistema de gerenciamento. Eu vou repetir, porque agora não se tem controle: é limpeza manual, limpeza mecânica, de galeria, de boca-de-lobo, poços de visita, etc. Agora, não há série histórica. Então, não há como falar: olha, naquela região há inundação e alagamento com mais frequência. Quantas vezes ali houve limpeza?

Pode até... segue Alex





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R14 FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

Pode até haver um controle, porém precário. A primeira coisa: onde é que inunda mais? É o óbvio! Vamos trabalhar primeiro lá. Mas não tem. Nós dependemos da informação da CET.

Então, a Secretaria e portanto a Prefeitura, a partir da finalização desse edital de concorrência, vai ter para todo o sempre, a não ser que ele seja eventualmente extinto, um sistema de gerenciamento. Recapeamento tem. E o recapeamento, é bom que se diga, também tem uma proposta de gerenciamento.

Eu não disse, mas é oportuno fazê-lo agora, temos um projeto de informatização - óbvio - das regionais e da Secretaria. É um valor estimado, no orçamento do ano que vem, de 2,5 milhões. Claro que é um valor pequeno frente a todo o trabalho de informatização. Estou falando sobre o terceiro item. Com a informatização, nós vamos poder fazer, digamos, a chamada concorrência gerencial. Por que uma regional demora 10 dias para soltar um alvará e a outra, 30, e outra eventualmente 3? Hipoteticamente. Então, com a informatização, é possível fazer um sistema de controle infinitamente superior do que é o hoje o SAC. A Prodam faz um ranking das regionais cujo próprio sistema de lançamento é falho. Então, ainda que um ou outro regional se vanglorie de estar nos primeiros lugares do ranking, aquilo não é suficiente.

Bom, se você informatiza, você tem como controlar áreas de risco, tem como controlar todas as atividades como limpeza de praça, demandas da população. Nós vamos além. Nós apresentamos, enquanto proposta, mas isso não está aprovado, é bom que se registre, o seguinte.

Folha nº	0271	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R14 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

Uma cidade do tamanho de São Paulo, além das subprefeituras, por que não ter algo que denominamos genericamente de "agência executiva municipal"? A pessoa quer pagar um imposto, quer tirar um alvará, não precisa ir na regional ou na subprefeitura mas poderá se dirigir à Ladeira Porto Geral, por exemplo, onde passam milhares de pessoas, onde haverá uma instalação; ou numa rodoviária, ou num ponto de ônibus e assim por diante. Mas isso, digo, é para radicalizar a idéia da descentralização.

Então, recape, drenagem, informatização; são plano gerais. Hein?

- Pergunta feita fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - Hoje não há informatização. Alvará, impostos, edificações, tudo o que é trabalho de uma regional.

Por exemplo, aquilo que V.Exa. perguntava: o que faz a regional? Vai fazer, por exemplo, muros de arrimo. Ali está todas as necessidades, o que foi e o que não foi feito, e quanto custou. Então, os programas, aí, irão se multiplicar. Só estou dizendo que na linha geral a informatização eu a tinha esquecido de comentar.

- Pergunta feita fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - Dois milhões e 500 mil para 2002. (Pergunta fora do microfone) Aí muda porque como a gente está trabalhando o tempo todo com a falta de recursos, e a compra de equipamentos, a licitação, deverá ser feita ou pela Prodam ou por outras Secretarias, estamos colocando um valor modesto. O que a gente vai gastar vai ser, digamos, com o sistema e o serviço prestado, dependendo de como for o

Folha nº 0272 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R14 FOLHA:3

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

serviço a ser instalado. Só estou lembrando que tem a informatização, e que será necessária.

A linha é no sentido geral. Eu já comentei. Nós também fizemos um plano de acessibilidade, que é nosso trabalho. Existe a coordenação de Sehab. Tem uma estrutura toda da Prefeitura. Agora, cabe à SIS a execução de se fazer rampas e tal. Para isso também há um plano. Fizemos um seminário.

Uma coisa que eu não disse, porque não envolve orçamento, mas tem repercussão incisiva sobre a questão orçamentária, é um novo sistema de fiscalização na cidade. Assumimos a Secretaria tendo esta Câmara Municipal executado uma CPI de profundo e renovadoras conseqüências para a cidade. Então, temos um sistema em que não confiamos e temos recursos humanos que não foram talvez preparados para executar tarefa de tal envergadura. Então, estamos preparando neste ano um seminário internacional sobre fiscalização. Portanto, vai haver uma nova proposta de fiscalização. No que diz respeito a limpeza de córregos, de praças, etc., havendo a informatização, vai para o programa e se tem um controle. Então, não dá para fazer Plano Plurianual de limpeza, por exemplo, de poda de árvore e de jardinagem. Mas na medida em que começamos a gastar nessa área, porque havia pouco investimento... Como em qualquer atividade, quando está muito desorganizado você gasta muito no início e depois se passa a gastar menos.

O que estamos combinando, então? Sistema de gerenciamento, nova fiscalização e um investimento maior no início, então em algumas áreas seguramente, no futuro, iremos gastar menos do que foi preciso.

Folha nº **0273** do
Processo nº **545-01**
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R14 FOLHA:4

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

no início. Se for do interesse, depois podemos municiar esta Comissão, ou no futuro, com tudo aquilo que formos produzindo. Mas temos tudo planejado. O que faltava era dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Será do interesse. São importantes essas informações.

O SR. SECRETÁRIO - Até porque, Sr. Presidente, queremos deixar as futuras subprefeituras com sistemas instalados, para que amanhã a Sra. Prefeita, ou a Secretaria do Executivo, ou a população, ou todos nós, tenhamos reais informações. Então, como que o Conselho de Representantes de uma futura subprefeitura vai poder trabalhar no gerenciamento de recursos? Precisarão de dados informatizados. Então, estamos desde já preparando esse futuro iminente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Sr. Secretário, só queria aproveitar a oportunidade, porque é um assunto que está muito em pauta nas conversas na Câmara, para dizer que uma das questões mais complicadas do controle externo, no caso do Tribunal de Contas do Município, é a falta do controle interno. Quer dizer, a informatização é básica para isso. O senhor falou desse seminário internacional sobre fiscalização. Isso certamente deverá ser levado em conta.

O SR. SECRETÁRIO - Muito boa observação. Um dos convidados é o Dr. Paul Vell (?), que é quem instalou, coordena e controla todos esses "etis", que são as comissões internas que controlam os ministérios em âmbito federal.

A esse propósito, e a guisa de contribuir - não posso escapar dessa vocação do debate, como parlamentar licenciado -, fui presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara. Nessa

Folha nº 0274 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R14 FOLHA:5

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

condição, fui até os Estados Unidos para saber como é que o parlamento se utiliza... Porque essa discussão de tribunais de conta é antiga. No caso do Tribunal de Contas da União, ali o apelido é que um ministro do Tribunal. Do ponto de vista do imaginário popular, aquilo que é um órgão auxiliar do Congresso passa a ter, talvez, em dados momentos, mais força política do que o Congresso Nacional, com o que sou contra. Sou contra!

Veja... segue Alex

Folha nº	<u>0275</u>	do
Processo nº	<u>545-01</u>	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R15 FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

Veja: lá, nos Estados Unidos, como a coisa funciona? Existe uma estrutura, com cerca de 700 a 800 funcionários de carreira, como se fossem funcionários da Receita Federal, de altíssimo padrão, e que de fato são auxiliares das comissões e do Poder Legislativo daquele país, da Câmara e do Congresso.

Eu cheguei a comentar com a Vereadora Aldaíza Sposati, mas na correria não tive condições de passar para ela um relatório que fiz da volta. Ela tentou obter em Brasília e não sei se conseguiu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Se V.Exa. tivesse - falando agora como deputado - tivesse esse relatório, que pudesse nos fornecer, o que seria de grande valor.

O SR. SECRETÁRIO - É um relatório de quem vai viajar e escreve à noite, com sono. Pelo menos, registrei ali o que foram as reuniões que fiz, com toda a dificuldade de língua e tal. De qualquer maneira, posso empenhar-me para ver se se consegue esse brevíssimo relatório. Em homenagem ao debate que a Câmara vem fazendo, creio que temos de, na minha opinião, alterar profundamente. Aí, a questão das comissões internas, é uma boa...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Essenciais.

O SR. SECRETÁRIO - Eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Há ainda mais algumas perguntas.

O SR. SECRETÁRIO - Antes que me esqueça, quanto custa a construção de guias e sarjetas? São feitas juntas. Custam 30 reais o metro, em média.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Destaque para o relatório.

Folha nº 0276 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R15 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. SECRETÁRIO - Metro linear.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - E quanto de dotação tem para guia e sarjeta para 2002?

O SR. SECRETÁRIO - Cinco milhões e 40 mil.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - É o custo dela, instalada?

O SR. SECRETÁRIO - A construção. Instalada.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Sr. Secretário, sou geólogo de formação básica. Tenho discutido muito com os meus colegas mineração em área urbana, tal. E mineração em área urbana é altamente predatória, principalmente com aqueles portos de areia da zona Sul e as pedreiras da Serra da Cantareira. Mas, por exemplo, uma das coisas mais caras que a Prefeitura paga, principalmente a sua Secretaria, é concreto usinado. Não tem cabimento, é um absurdo o que as betoneiras daquelas empresas de concreto usinado cobram. Realmente, não estou convencido do porquê nós não temos uma pedreira municipal. porto de areia é muito mais complicado, não é, porque além de ser predatório, e tal, se bem que também deveria ter um porto de areia... Agora, pedreira é injustificável. É lógico, se houve uma pedreira municipal com estrutura de funcionalismo pública, imagine: para licitar uma dinamite, demorará um ano, dois anos. É complicado, reconheço. Agora, modernamente, já temos estruturas mais ágeis.

Assim como temos usina de asfalto, que é uma coisa difícil e complicada, porque tem pedra, areia e tudo o mais, também precisamos de uma usina de concreto. (Pausa)

Folha nº	0277	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R15 FOLHA:3

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. SECRETÁRIO - Perguntei aqui se há algum estudo, se já houve. Não se tem notícia que alguém tenha produzido um estudo a respeito. Mas eu o ouço com atenção as suas ponderações, porque a minha vocação vai no mesmo sentido.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Imagine: pedreira, que é pica pedra, é uma atividade milionária na cidade de São Paulo. hoje, com determinados métodos de aplicação, com um pouco de pedra e material, poderíamos fazer um asfalto muito mais simplificado, que daria uma vida de 5 até 10 anos, e com guia e sarjeta, e não esse método convencional de guia de pedra, mas guia e sarjeta fundidas, por método extrusivo. Daria para fazer quilômetros e quilômetros de guia e sarjeta dos bairros mais periféricos. Você faz como se fosse uma betoneira e você injeta numa forma e você vai produzindo. É uma peça única, guia e sarjeta, fundida em cimento. Agora, o problema é que como o concreto usinado da Prefeitura é comprado de betoneira, é um absurdo o preço do concreto. Se a gente comprasse o cimento, a pedra e a areia, e fizesse, fazia um pré-moldado, e fizesse mesmo pelo método tradicional, a guia e sarjeta, no processo de urbanização, daria para fazer por mutirão, baratíssimo. Isso, para a população mais pobre, dessas ruas pequenas, de cinco metros, vielas... Por exemplo, hoje, viela é uma coisa que ninguém consegue fazer na periferia.

O SR. SECRETÁRIO - Permita-me uma informação, que talvez seja útil. Nós temos uma comissão na Secretaria que tem estudiosos da questão geral do asfalto. Podemos e vamos fazer isso; fazer essas observações diretamente à comissão para que inclua na sua reflexão tanto a questão da pedreira - porque deve ter, na bibliografia, algo

Folha nº 0278 do

Processo nº 345-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R15 FOLHA:4

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

que nos convença de maneira mais cabal - bem como a questão do concreto asfáltico. Aí, comprometo-me, assim que eles ultimarem o trabalho, passar.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Porque uma pedreira não custa nada. É só pedir a concessão de lavra e comprar o equipamento.

O SR. SECRETÁRIO - Eu não sou geólogo. De qualquer maneira, é bastante útil solicitar a essa comissão, que inclusive tem representantes de outras Secretarias, para ver qual é a experiência, não só a nossa como também a de outros Estados e até a experiência mundial.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Qualquer empreiteira que trabalhe no Interior e, por exemplo, vá fazer uma estrada, eles pegam uma determinada pedreira e usam como área fonte de serviço. Depois que acaba a estrada, abandonam. Na Grande São Paulo há muita facilidade para conseguir pedreira.

Acho que nós não vamos conseguir pavimentar. Esse método de asfalto é caríssimo. É impossível a gente pavimentar a cidade. Eu, por exemplo, trabalhava no DAEE no tempo do saudoso Montoro e Valdemar Casadei, de Taubaté, fez uma usina de tubos para o Estado todo. Nós compramos as formas para fazer os tubos de diferentes diâmetros e fazíamos tubos para o Estado todo. A Prefeitura dava alguma coisa de cimento e pedra, ou pagava, e nós fazíamos tubos. Fazíamos até galerias moldadas em formas. Isso foi um avanço espetacular. O tubo era baratíssimo e dava para fazer para o Estado todo. Isso municipalizado. A Prefeitura... segue Alex

Folha nº 0279 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R16 FOLHA:1

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

A Prefeitura entrava com uma quota e a gente fazia tubo. Eu era encarregado desse setor, de fazer tubo. E não tinha superfaturamento. Tínhamos uma demanda até para outros Estados. Era uma coisa muito boa.

Acho que a gente tem de trabalhar mais com a questão dos insumos. Acho que há hoje mecanismos de contratação, é uma coisa tranqüila.

Tenho participado de seminários com o pessoal que trabalha com entulho. Eles convidaram até especialistas espanhóis, pessoal mais avançado no mundo em recuperação - inclusive, eles têm laboratório de granulometria e composição química do entulho, para efeito de fazer concreto, coisas altamente sofisticadas - e acho que esse pessoal toparia uma parceria para as usinas moageiras de entulho, essas que vocês falam ser de reciclagem de entulho. Lógico que há uma bandidagem enorme no setor, mas tem um grupo de elite - elite no bom sentido da palavra - que tem uma visão de engenharia do processo. E tem uma visão de reciclagem, de qualificação. Lá em Guarulhos eles estão fazendo um trabalho excelente. O entulho, hoje, virou sedimento de fundo de rio ou inadequação. Às vezes, leva até restos de fundição, lixo químico. Então, tem um pessoal que quer trabalhar direito.

A produção de entulho na cidade de São Paulo, hoje, assume proporções incalculáveis. Como não tem depósito de entulho inerte, sendo que o único fica na beira da represa, em Ipatinga, eu acho, até gostaria de sugerir no relatório, que a gente colocasse que cada administração regional deveria ter uma área cedida pela Prefeitura, ou com a administração direta da Prefeitura ou em parceria com a iniciativa privada, que cada administração regional devesse ter uma

Folha nº 0280 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R16 FOLHA:2

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

unidade moageira de entulho ou de reciclagem de restos da construção civil. Acho que é uma coisa importante. Embora o investimento inicial custe caro, depois, ao longo dos anos, a máquina se paga, porque é um insumo básica de cascalhamento, pavimentação. Dá para empregar muita gente, dá para fazer um sistema de cooperativa. Enfim, essa é uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel - PDT) - Tem a palavra o Sr. Norberto Batista, do gabinete do Vereador Roberto Tripoli.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Gostaria de contradizer um pouco o Sr. Secretário, principalmente quando se referiu a falta de verbas. No exercício 2001, as regionais somente, fora o gabinete do Secretário, tinham verba de 254,8 milhões. Até setembro, foram aplicado 131 milhões, aproximadamente 52%.

O SR. SECRETÁRIO - As duas informações estão equivocadas. O senhor quer continuar ou quer que eu as esclareça?

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Não, elas não estão equivocadas, a não ser que o SEO esteja.

O SR. SECRETÁRIO - A consulta pode ter sido equivocada. Eu posso provar o que estou falando.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Tudo bem. Esses são dados, tenho as relações, uma por uma.

O SR. SECRETÁRIO - É que o senhor começou dizendo que iria contradizer, então quero aproveitar para informá-lo dos valores adequados, porque senão o senhor irá fazer toda uma inferência - aliás, estão algumas delas nos jornais - e seria bom esclarecer já. O senhor não acha?

Folha nº **0281** do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R16 FOLHA:3

TAQ.:ALEX

COMISSÃO:Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA -Fique a vontade.

O SR. SECRETÁRIO - Primeiro, qual é o orçamento de 2001? O senhor tirou um valor de 254 milhões. Primeiro, o orçamento de 2001, e aqui está o Sr. Police, que foi quem enviou uma portaria para SIS, até pouco tempo atrás - se não me engano de número 7 - o orçamento que nos estava autorizado era de 187,459 milhões. Recentemente, houve autorização para ir para 208/209 e, depois, para 215. Mas estava estimado, autorizado, apenas 187,459 milhões. Desses, já foi realizado até o dia 1º de outubro, 152,490 milhões. Ou seja, significa uma realização orçamentária de 81,35%.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Ok. Então precisamos corrigir os dados do Sistema de Execução Orçamentária.

O SR. SECRETÁRIO - Mesmo com a recente autorização... A Prefeita, ao ler noticiário no jornal, pediu informações à Secretaria das Finanças. Esta, informou-a que eram 209 milhões. Eu disse à Prefeita que a informação estava errada. Está aqui o Dr. Police, que foi procurado pelo meu chefe de gabinete. Estávamos nos orientando pela portaria da Secretaria de Finanças. É bom esclarecer aqui e agora isso, até porque quando a Secretaria de Finanças nos autorizou, imediatamente enviamos quase 5 milhões para a usina de asfalto e começamos a fazer algumas licitações, porque aí tivemos autorização dela.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Tudo bem. Nós podemos conferir esses dados, item por item, se for o caso.

O SR. SECRETÁRIO - Claro. Será um prazer.

Folha nº 0282 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.:R16 FOLHA:4

TAQ.:ALEX

COMISSÃO: Comissão de Finanças

ORADOR:

DATA: 22 10 2001

SEM REVISÃO

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA - Agora, baseando-me em três itens especificamente, conservação e limpeza de galerias e canais, conservação de vias públicas e conservação e limpeza de bocas-de-lobo... segue Vianna

Folha nº 0283 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R17 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

...conservação e limpeza de bocas-de-lobo, nós tivemos para o ano 2001 um orçamento de 92 milhões - espero que não esteja errado também -, 92 milhões, números redondos. Desses, até o dia 14 de setembro foram utilizados somente 21 milhões, ou seja, aproximadamente 22%. Para o ano 2002 estão previstos 60 milhões. Isso significa uma redução significativa - desculpem a redundância. Então o senhor está dizendo que vai aumentar a verba. Na realidade, aqui está diminuindo 32 milhões. Eu gostaria de uma posição a respeito.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Eu vim com os dados aqui, estou pedindo para a assessoria, referentes ao ano 2002, mas tenho aqui uma síntese referente ao ano 2001. Portanto, esse valor que o senhor inicialmente colocou, de 90 milhões, eu não tenho como conferir no momento. Até peço ajuda aqui para ver se nós...

O SR. - Se quiser eu posso especificar cada um dos itens.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não, não é necessário, até porque eu vim para discutir o Orçamento de 2002, o senhor está discutindo a realização de 2001.

O SR. - Estou fazendo uma colocação paralela porque acho que a gente discutir 2002 sem levar em consideração 2001 também fica meio vazio.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Depende. Veja, se o senhor considerar então que... Foi realizado quanto, segundo a sua informação?

O SR. - Repito: até o dia 14 de setembro, 21 milhões, com base...

Folha nº	0284	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R17 FOLHA: 2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Esse Orçamento que o senhor estimou em 92 diz respeito a que itens de atividade? O senhor poderia descrever, por favor?

O SR. - Conservação e limpeza de galerias, canais e córregos, cujo orçamento dera de 23,286 milhões, e foram liquidados 8 milhões até o dia 14 de setembro. Para conservação e limpeza de boca-de-lobo, 31.586.878, cuja liquidação foi de 6.405.567. Conservação de vias públicas tinha 37.663.478, cujo valor liquidado foi de 7.242.053.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Deixa eu falar para o senhor os dados que eu tenho, mas aí nós precisamos conferir. Eu faço questão depois de responder, porque eu não trouxe aqui os dados. O que tenho aqui, veja: gastos com limpeza e conservação de bocas-de-lobo, incluindo gabinete e administrações regionais. Veja, o Orçamento 2001. O que já foi empenhado são 10,504 milhões; o que foi reservado é 2,373 milhões, o que dá um total de 12,877 milhões. Esse é o dado que eu tenho. Gastos com limpeza e conservação de galerias, canais e córregos também dá um total de 13,340 milhões. Então, até o dia 4 de outubro, o que está reservado e empenhado nesses dois itens: 20,752 milhões, só nesses dois. Então, os valores que o senhor tem estão bastante díspares, mas eu precisaria...

O SR. - Não, não estão díspares, não. Eu só explicaria o seguinte: é que o empenhado é uma coisa que pressupõe a idéia de realizar, e eu utilizo...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - No caso, aqui...

Folha nº 0285 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R17 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. - Em termos de enchentes, eu utilizo aqui os dados como liquidado, que são aquilo realmente efetivados, autorizados para pagamento, ou seja, obras feitas.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Isso, eu sei. Eu sei a diferença. Agora, isso aqui...

O SR. - Eu sei que o senhor sabe. Eu só estou tentando, porque os outros... talvez tenha alguém que não saiba. Me desculpe.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - OK. Eu quero informar ao senhor e a todos que o que nós estamos tratando aqui - e eu não faria diferente disso - como reservado e como empenhado é aquilo que está realizado. Posso afirmar isso porque já existem ou ordens de serviço emitidas e, no que está reservado, é porque já existe algum tipo de trabalho previsto, mas que eu fico no momento devendo. É uma fálha não termos trazido esses dados de 2001 de maneira especificada. Agora, quando o senhor se refere com o Orçamento, esse 90 milhões, é em que data? Porque se tivesse essa verba para 90 milhões...

O SR. - A data do Orçamento de 2001.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Do Orçamento no início?

O SR. - Sim, no início.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Houve ou não remanejamento? Talvez o Dr. Police pudesse nos informar?

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Dr. Police queria falar?

O SR. - Não...

O SR. - O remanejamento, se o senhor quiser eu tenho os dados aqui. O remanejamento houve...

Folha nº <u>0286</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R17 FOLHA:4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Porque seria uma verba... Está me impressionando se nós tivéssemos tido 90 milhões. Creio que não tivemos. Essa é a minha necessidade.

O SR. - Tudo bem. Eu dou o valor remanejado para o senhor também. No mesmo dia, conservação de galerias e canais, de 23,286 passou para 23,952; bocas-de-lobo, de 31,586 passou para 30,451 milhões; conservação de vias públicas, de 37,663 passou para 35,306. Quer dizer, a relação... a redução aí... teve uma que aumentou e duas que reduziram um pouco.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - É muito pequeno, é irrelevante em números gerais.

O SR. - Perfeito.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Bem, o senhor sabe que esses serviços são realizados, na forma contratada até então, num sistema chamado atas de registro de preço. Então, existe a ata de registro de preço; e quem é que demanda cada ata de registro de preço? São as Administrações Regionais. Então, no trabalho de cada Administração Regional pode ter havido escolhas que incidiram sobre outras atividades que não estas. É o máximo que eu posso dizer no momento. Aí eu precisaria pegar Regional por Regional para ver, primeiro, as suas referências. Eu não estou dizendo que não estejam certas. Aquelas outras eu afirmei que estavam incorretas, essas eu não tenho elementos no momento. Se for do interesse da Comissão, nós enviaremos os nossos dados por Regional. Aqui não sei se teríamos.

- Falas fora do microfone.

Folha nº 0287 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R17 FOLHA: 5

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Veja, aqui numa dada Regional - essa aqui é Cidade Ademar -, conservação e limpeza de bocas-de-lobo, em 2000 foram 600 mil reais, até agosto de 2001 foram 625 mil reais. Eu presumo que foram escolhas em decorrência da falta de recursos, por isso que nunca esteve presente, digamos, que nós tínhamos 90 milhões para gastar, até porque imagino que ia ter 189 inicialmente, ou 183, me parece, e 90 milhões só numa única rubrica, não trabalhamos... não está... Por isso que eu estou duvidando não da sua informação, mas eu quero trabalhar melhor esse orçamento.

O SR.

- Não, em uma única... (R18)

Folha nº <u>0288</u> do
Processo nº <u>545-01</u>
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R18 FOLHA:1	TAQ.: Vianna	COMISSÃO: Finanças e Orçamento
ORADOR:	DATA: 22.10.2001	SEM REVISÃO

O SR. - Não, em uma única não; em três rubricas.

Só para completar, porque dá impressão que...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não, não. Eu digo numa única atividade que engloba três rubricas, que tratamos de microdrenagem.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - OK. Ficou claro? o Secretário ainda quer...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não. O que ficou claro...

- Falas fora do microfone.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Vou dizer uma coisa para o senhor. Todo dia está sendo colocado na imprensa que a gente não gastou com plano de prevenção de enchentes e tal. Então pelo menos da sua Secretaria vamos deixar claro isso, porque senão a gente fica apanhando de graça aqui. Nunca houve tanta transparência. Lógico que os recursos não são os melhores, mas se não houver possibilidade de informar agora...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Não. Eu vou dar informações de cabeça.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - ... informar depois, porque eu faço questão até para pôr no relatório, porque é evidente que o serviço de execução orçamentária é uma coisa importantíssima e devia ser até mais democratizado, devia até estar em linha para todo mundo acessar. Agora, como eu sei que tudo o que foi feito é transparente, está sendo publicado e dito, eu quero deixar porque sempre tem um campo, uma área cinzenta subjacente. Vamos deixar claro de uma vez, porque com a gente não tem esse negócio de ficar escondendo nenhum dado, nenhum número. Por favor.

Folha nº	0289	do
Processo nº 545-01		
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R18 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Eu quero dar algumas informações. Eu lamento que não tenhamos trazido aqui informações, mas eu vou - e respondo pelo que está gravado - dar alguns números aqui. Existem na Cidade pouco menos de 400 mil, são 380 mil bocas-de-lobo; nós limpamos 480 mil. Ou seja, pode até ter ficado alguma boca-de-lobo sem limpar por falta de gerenciamento, mas pelo menos 100 mil bocas-de-lobo foram limpas duas vezes, nós limpamos 100 mil a mais. Estão aqui os dados? (Pausa) Bom, aqui: de um total existente na Cidade de 365 mil bocas-de-lobo, nós realizamos a limpeza de 493,454 mil procedimentos de limpeza. Então são mais de 100 mil que poderão ter sido limpas duas vezes. A limpeza e pequenos desassoreamentos de 640km de córregos. Nós temos 800 e quantos quilômetros de córregos na Cidade? (Pausa) Não sabe. Bom, então fica só essa informação, 640km de córregos. A remoção de detritos nas margens dos mesmos, em aproximadamente 2.155km, o que representa quase 100% da extensão de córregos. Então, veja, pode ser até que não tenha sido gasta toda a verba que estava prevista. Agora, eu creio, na nossa opinião, que a maneira de analisar não é ter que gastar uma verba que a gente não sabia se foi bem prevista ou não, porque o Orçamento foi aprovado no ano passado; mas é apresentar o que tem na Cidade e o que nós realizamos. Então, nós estamos seguros, portanto, Vereador Adriano Diogo e todos os demais, que nós limpamos...

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - (Fora do microfone) - ... mandar esse relatório nos mínimos detalhes, tanto de boca-de-lobo, desassoreamento...

Folha nº 0290 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R18 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Claro. Galeria, desassoreamento, porque aí pode ser que complemente a informação de que toda a verba prevista no Orçamento não tenha sido realizada, admitindo como verdade.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Quero passar a palavra para o Sr. Reinaldo Júnior, do Gabinete do Vereador Celso Jatene.

O SR. REINALDO JÚNIOR - É mais simples, é só uma informação. Dentro dessa linha de nós termos os quantitativos em relação aos valores orçamentários, saber dessa verba de recapeamento que o Secretário diz que tem 10 milhões na Secretaria e mais aproximadamente uns 30 nas Regionais, aproximadamente quanto isso representa em quilômetros de vias que nós vamos ter recapeadas ao longo do próximo ano.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Eu quero reiterar, num esforço de tentar traduzir aquilo que é a nossa percepção, por que é que hoje, primeiro, nós não temos segurança de quanto vai caber às Regionais. Eu estimei em 30 milhões, mas quero reiterar que pode ser mais 20, pode ser 15, pode ser até mais 30 mesmo, porque existe ainda... primeiro vai ter o trabalho aqui na Câmara no que diz respeito ao Orçamento, e tem as definições por cada - desculpem o cacófono - Administração Regional. Estou estimando, daquilo que a gente vem trabalhando em sucessivas reuniões com as Regionais. De qualquer maneira, nós daremos a informação independente do quanto será recapeado, do quanto custa em média o metro de recapeamento. Já temos aqui? (Pausa) Certeza? Temos um dado aqui que o recape é em média 15 reais por metro quadrado.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Destaque para efeito de relatório.

Folha nº	0291	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R18 FOLHA:4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ARLINDO GHINAGLIA - O metro quadrado de recape. Agora, isso é estimativo porque, dependendo do momento que vai fazer o recape, pode custar muito mais caro do que isso ou até mais barato.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Quero passar a palavra para o senhor Sugi Tominaga, Delegado do Orçamento Participativo. De que lugar o senhor é?

- Falas fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Cidade Ademar.

O SR. SUGI TOMINAGA - Bom, pela verba do Orçamento dessa Secretaria, seriam apenas 500 mil para orçamento participativo. Eu acredito que essa verba seja muito pouca, isso dividindo em todas as regiões não iria sobrar nada para que as comunidades pudessem participar dessa verba, desse orçamento. Se pudesse...

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Secretário, com a palavra.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Deixa eu dar um esclarecimento. Veja, não é 500 mil para ser usado, para atender as demandas do orçamento participativo; é 500 mil para criar condições nas Regionais, hoje, de apoio logístico, de organização, porque cada reunião do Orçamento Participativo tem custos e as Regionais partilharam desse processo sob a coordenação do Orçamento Participativo, mas muitas vezes as Regionais tiveram de convocar, tiveram de fazer todo um trabalho de apoio logístico. Então não é para atender demandas e vai ser suficiente para o trabalho que a Regional vai fazer, até porque não é só a Regional que faz a mobilização; vocês, os delegados, vão baratear bastante o nosso custo.

Folha nº	0292	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R18 FOLHA:5

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. SUGI TOMINAGA - Realmente, nós temos os nossos custos, mas pessoais, não é? Sai do bolso da gente.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Mas aí não cabe a nós nem discutir nem financiar.

O SR. SUGI TOMINAGA - É verdade.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Só isso, Sr. Tominaga.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Por exemplo, imprimir um panfleto, aí a Regional terá dinheiro para isso e assim por diante.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Antes de encerrar... (R29)

Folha nº	0293	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R19 FOLHA:1

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Antes de encerrar, queria ver se os Vereadores querem fazer alguma colocação. O Vereador Adriano quer fazer um convite para o Sr. Secretário. Com a palavra o Vereador Adriano.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - Primeiro vou fazer um convite, que o Vereador Eliseu Gabriel está muito emocionado porque amanhã ele vai receber o patriarca Dom Brizola e amanhã vai ter um ato do PDT pelos 40 anos da cadeia da legalidade, então, para melhorar um pouco a minha relação com o PDT, eu estou fazendo esse convite ao Secretário que é um democrata, grande lutador das liberdades democráticas neste país, companheiro Arlindo Chinaglia. Queria pedir primeiro que o Secretário entregasse para a comissão, para efeito de relatório, para nós nos basearmos - se puder entregar -, sem que a gente faça nenhum confronto com a peça oficial, os documentos que trouxe para basear a sua... Se for possível, se puder deixar algum documento que ajudará na elaboração do relatório.

Secretário, no dia 27 vai ter uma plenária de Orçamento Participativo que vai começar às 10h. Virão os 52 delegados eleitos, os 52 titulares e mais 200 pessoas na galeria que são os conselheiros - tem os delegados e os conselheiros, essa é a hierarquia -, e vai ser no plenário nobre, no plenário dos Vereadores. Então os delegados vão ficar nas cadeiras dos vereadores, os suplentes nas cadeiras do fundo e os conselheiros na galeria, 200 conselheiros, 180 conselheiros na galeria. Nós vamos fazer uma sessão e espero que além de nós quatro, Vereadores, que estamos vindo a todas as sessões, todos os Vereadores da Comissão estejam presentes. Todos os 55 Vereadores da Casa serão

Folha nº 0294 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R19 FOLHA:2

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

convidados e como eu tenho certeza que a sua Secretaria, embora não tenha participado das plenárias porque era basicamente educação e saúde, mas infra-estrutura urbana... subprefeituras - desculpe -, essa questão de infra-estrutura ligada a subprefeituras e Administrações é uma questão muito importante para a população. Enfim, eu acho que vai ser uma das audiências mais profícuas, mais concorridas, mais debatidas, a população está acreditando demais nesse processo de Orçamento Participativo, e como ele não foi politizado, não foi partidarizado, todo mundo que quis participar participou; é bem plural. Então faço questão, eu sei que é uma coisa difícil para um Secretário que tem uma agenda tão complicada como o senhor, que no dia 27 às 10h da manhã. Podemos ir até umas 2h da tarde, não é, Secretário? se houver concordância, não sei se os vereadores vão poder participar, mas pelo menos nós quatro que estamos podendo acompanhar melhor, o Ítalo está na CPI, o Augusto está na CPI, todo mundo está envolvido em CPIS aqui na Casa, mas pelo menos nós quatro reservássemos o horário das 10h da manhã às 2h da tarde, sábado. Não tem problema? Ótimo. Então, queria passar a palavra para o Dr. Police, para o Secretário fazer... Não?

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Dr. Police queria usar a palavra? Não. Então nós estamos encerrando, queríamos agradecer demais a presença do Secretário Arlindo Chinaglia. Esta reunião foi muito instrutiva. E convidá-lo para a reunião do Orçamento Participativo, dia 27, sábado e também para amanhã, que vá estar aqui o Brizola, no ato sobre os 40 anos da Legalidade, às 16h, aqui na Câmara, com a

Folha nº	0295	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R19 FOLHA:3

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

oposição do nobre Vereador Montoro. Eu já disse que se fosse o pai dele, aqui, eu...

- Falas fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Ah, estará presente. Que maravilha. Encerrando a reunião com as palavras do Secretário, Deputado Federal Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Presidente Eliseu Gabriel. Quero agradecer tanto a acolhida quanto as perguntas, que eu creio em alguns momentos exigiram até um pouco mais do que eu vim preparado para informar, mas nos colocamos à disposição para prestar todas as informações que se fizerem necessárias.

Segundo, agradecer o convite formulado pelo Relator, Vereador Adriano Diogo, companheiro de lutas. No sábado a Prefeita vai estar se reunindo com alguns administradores regionais, um a um, e eu estou em todas. Estou tão sensibilizado que eu lembro que nesse dia estarei completamente tomado com essas reuniões, não poderei estar aqui presente. Mas seguramente virão aqui alguns representantes da Secretaria.

Para amanhã, com a presença aqui do Presidente Nacional do PDT, com quem tive vários momentos de convivência política, concordando ou discordando, quando Secretário Geral do PT Nacional, portanto, eu deixo um abraço porque amanhã também vou estar com a agenda completamente lotada. Mas ele com certeza nos identifica aí, digamos, como parceiros em várias lutas.

Eu queria encerrar dizendo que é uma satisfação estar aqui na Câmara debatendo com os vereadores um tema tão relevante e, naquilo

Folha nº 0296 do
Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: R19 FOLHA:4

TAQ.: Vianna

COMISSÃO: Finanças e Orçamento

ORADOR:

DATA: 22.10.2001

SEM REVISÃO

que cada vereador quiser e puder fazer sugestões, nós estamos abertos, totalmente abertos. Agora encerro dizendo que queremos trabalhar com a maior precisão possível, do ponto de vista de números, para que a gente não incorra em erros.

- Falas fora do microfone.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Eu queria falar quanto àquela observação inicial do Sr. Norberto.

- Falas fora do microfone.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA - É. Primeiro que ele também não nos respondeu aquela história de ser um orçamento de 250 milhões. Então, ele ficou me devendo essa informação. Eu informei que é de 215,600 e pouco. Naquela seqüência, felizmente, a Secretaria de Finanças nos autorizou recentemente a aumentar o nosso gasto e estou devendo as informações referentes ao que foi executado, trabalhado também na questão de microdrenagem. Enviarei tanto à comissão como especificamente ao gabinete, aos cuidados do Sr. Norberto.

Obrigado a todos.

O SR. ELISEU GABRIEL (PDT) - Uma salva de palmas para o Sr. Secretário. (Palmas) Está encerrada a reunião.

Folha nº	0297	do
Processo nº	545-01	
Washington O. Viana		
Reg. 100.812		

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DESPESA ORÇADAS PARA 2002 X PROPOSTA ENVIADA PARA CAMARA

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO DA DOTAÇÃO								VALOR ORÇADO PARA 2002	VALOR PROPOSTO PARA 2002	NOME DO PROGRAMA
	ADM	ORG	UNI	FUN	SUB	PROG	PRO/ATI	EL. DESPESA			
Informatização do Órgão	60	32	10	14	126	176	2170				Informatização
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	13.000,00	10.000,00	
Equipamentos e Material Permanente								4.4.90.52.00	36.035,00	15.928,00	
Total da Atividade									49.035,00	25.928,00	
Administração da Ouvidoria Geral do Município	60	32	10	14	122	251	8260				Suporte Administrativo
Vencimentos e Vantagens Pessoais								3.1.90.11.00	620.000,00	620.000,00	
Material de Consumo								3.3.90.30.00	63.490,00	33.490,00	
Material de Distribuição Gratuita								3.3.90.32.00	30.000,00	20.000,00	
Passagens Aéreas com locomoção								3.3.90.33.00	10.000,00	10.000,00	
Locação de mão-de-obra								3.3.90.37.00	107.000,00	60.000,00	
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	104.862,00	84.862,00	
Equipamento e Material Permanente								4.4.90.52.00	11.720,00	10.000,00	
Total da Atividade									947.072,00	838.352,00	
Aluguéis de Imóveis, Indenizações e Seguros	60	32	10	14	122	251	2103				Suporte Administrativo
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física								3.3.90.36.00	1.000,00		
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	99.000,00	91.720,00	
Total da Atividade									100.000,00	91.720,00	
Realização de Despesa através Adiantamento Bancário	60	32	10	14	122	251	2109				Suporte Administrativo
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	36.000,00	20.000,00	
Total da Atividade									36.000,00	20.000,00	
Operação e Manutenção da Frota	60	32	10	14	122	251	2101				Suporte Administrativo
Material de Consumo								3.3.90.30.00	18.000,00	12.000,00	
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	5.000,00	5.000,00	
Equipamento e Material Permanente								4.4.90.52.00	1.000,00	1.000,00	
Total da Atividade									24.000,00	18.000,00	
Aquisição e Locação de Veículos para Frota	60	32	10	14	122	251	2102				Suporte Administrativo
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	45.000,00		
Equipamento e Material Permanente								4.4.90.52.00	110.000,00	106.000,00	
Total da Atividade									155.000,00	106.000,00	
Consumo Agua, Energia Elétrica, Gás Encanado Telefone e Telex	60	32	10	14	122	251	2114				Suporte Administrativo
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	90.000,00	60.000,00	
Total da Atividade									90.000,00	60.000,00	
Auxílio Refeição	60	32	10	14	122	251	2115				Beneficio a Servidores
Auxílio Alimentação								3.3.90.46.00	80.000,00	70.000,00	
Total da Atividade									80.000,00	70.000,00	
Aquisição de Vale-Transporte	60	32	10	14	122	251	2116				Beneficio a Servidores
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica								3.3.90.39.00	40.000,00	30.000,00	
Total da Atividade									40.000,00	30.000,00	
Total da Unidade									1.521.107,00	1.260.000,00	

folha nº 0299 do
processo nº 545 - 0
Washington O. Viana
Reg. 100.812

Justiça
27/10/01

22/10/01 - 10 HORAS - Sala Tiradentes - 4ª Reunião Técnica - Proposta Orçamentaria 2002 e Plano Plurianual 2002/2005 da Comissão de Finanças e Orçamento

Folha nº 0299 do

Processo nº 545-01
Washington O. Viana
Reg. 100.812

PRESENTES

NOME LEGÍVEL

ENTIDADE / TELEFONE / GAB. VEREADOR

Guido Keli Corra	GABINETE ELISEU GABRIEL
Ursula Dias Pexen	Sec. Finanças PMSF
Moabeiro Antonio Batista	3855A. VEC. TRIOLI
KELLY CRISTINA SANTOS	- VER. ADRIANO DIOGO
"Carmelo Zitto Neto	- Ver. Ricardo Montoro
Paulo C.M. Junqueira	- Ver. Ricardo Montoro
DAISY BARREIRA	SEM
Mª de Fátima C. de Oliveira	SGH- Coordenadora do Orçamento Participativo
Elio Esteves Junior	3455P GAB. VER. WILSON MATEUS
DIMITRI BRANDI DE ABREU	GAB. VER. ÍTALO CARDOSO
WILSON FABBRI	GAB VER. BISPO ATILIO
Arnaldo Forte	Gnh. Ver. Celso Tetene
REYNALDO JUNIOR	" " " "
SHUJI TOMIYAGA	DELEGADO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
FABIO RIVA DOS SANTOS	VER. MARCOS ZERBINI
Cristina D. Simões	Ser. Wilton Leite
Mª ROSARIA RICCO	Coord. Orçamento - 66 948822
GUTEMBERG BURA	AR-MO - 292-2122
Edson J. GUT	Vereador Kopydin